

CADERNOS DE FORMAÇÃO

Volume 2

História do socialismo

Setembro de 2015

Página  13

Cadernos de formação

Volume 2

História do socialismo

1ª edição: setembro de 2015

Diagramação

Sandra Luiz Alves

ISBN

Este texto pode ser copiado livremente, desde que citada a fonte.

Índice

Apresentação	5
--------------------	---

Capítulo I

Introdução	6
Uma volta no tempo	7
O estudo da Economia Política	16
O capitalismo	22
O ingresso na Era Imperialista	28
A revolução russa	35
Desafios das novas contradições interimperislistas	44
Desafios da Guerra Fria	48
A revolução chinesa	53
Transformação da democracia popular chinesa em socialismo	58
Reajustamentos e reformas do socialismo chinês	63
A revolução cubana e as reformas de seu socialismo	67
A revolução vietnamita	71
Crise do modelo soviético e reformas no socialismo vietnamita	77
Notas sobre o socialismo da Coreia do Norte	82
Tentativas revolucionárias socialistas na África e Oriente Médio ..	85

A batalha do Chile	86
O socialismo socialdemocrata	90
O socialismo no Brasil.....	95
A crise do neoliberalismo e as perspectivas socialistas	102
O socialismo como transição	109

Capítulo II

Bibliografia	118
Filmes sobre lutas sociais e socialismo	122

Apresentação

Este Caderno de formação sobre a história do socialismo contém dois capítulos. O primeiro discute o termo socialismo e de como ele surgiu na história. Relembra como ele ganhou diferentes conotações conforme se desenvolveram as lutas econômicas, sociais e políticas travadas pelas classes sociais a partir de determinado momento da história. Procura apresentar as principais teorias e estratégias que emergiram dessas lutas e as influenciaram, assim como extrair as lições legadas por elas e pelas experiências de transição socialistas tentadas desde os anos 1920.

Isso não significa a pretensão de esgotar o tema. Ao contrário, visa apenas estimular a vontade e a necessidade de aprofundar o estudo da história da luta socialista de modo que os problemas da atualidade sejam contemplados com maior conhecimento de causa. E, diante da crise do neoliberalismo, como teoria e prática, e do capitalismo como sistema, procura mostrar a atualidade do socialismo.

Por isso, o segundo capítulo – disponível apenas em versão digital – apresenta uma bibliografia diversificada sobre o tema, com autores das mais diversas correntes autodenominadas socialistas. Da mesma forma que todos os pensamentos elaborados no curso da história da humanidade, o socialismo também compreende uma série de correntes de pensamento e de ação, com pontos comuns e divergentes. A bibliografia procura contemplar essas contradições.

O segundo capítulo contém, também, uma lista de filmes que apresentam não só a luta direta pelo socialismo, mas também as condições e lutas sociais que podem evoluir para uma posição socialista.

Capítulo I

Introdução

Se se perguntar a alguém por que não é socialista, o mais provável é que não saiba responder. Ou que dê uma resposta de acordo com a propaganda dominante: “o socialismo morreu”; “o socialismo não deu certo”; “socialismo é igual a comunismo, que quer tirar o que tenho para distribuir entre quem não tem”; “sou religioso e o socialismo não admite religião”; e por aí afora. O que nos incentiva a realizar pesquisas específicas para se ter uma ideia mais clara da penetração das concepções antissocialistas entre a população.

Por outro lado, se perguntarmos a um socialista por que é socialista, as respostas também podem variar: “porque quero o bem estar do povo”; “porque quero terminar com o sistema de exploração”; “porque sou anticapitalista”; “porque desejo a igualdade entre todos”. E também vai por aí afora, do mesmo modo merecendo a realização de pesquisas específicas para uma percepção mais clara sobre o que pensam os socialistas de si mesmos.

De qualquer modo, dessas respostas pode-se deduzir que o socialismo tem algum tipo de relação com exploração, capitalismo, religião, comunismo, igualitarismo, e bem estar social. Nesse sentido, a primeira coisa que talvez deva ficar clara é que o socialismo, da mesma forma que todas as correntes de pensamento e de ação, não existiu sempre. Ele surgiu num determinado momento da história humana, em virtude de condições econômicas, sociais e culturais específicas.

Uma volta no tempo

O mais interessante é que, se voltarmos no tempo, o que vamos encontrar primeiro, antes do surgimento das ideias socialistas, são as transformações que causaram enormes distúrbios no feudalismo europeu, entre os séculos 14 e 19. Esses são os séculos do surgimento e do desenvolvimento do *mercantilismo*, que saqueou imensas riquezas minerais e agrícolas dos povos colonizados pelas potências europeias de então (Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França), e que promoveu a acumulação dessas riquezas nesses países.

Na Inglaterra, entre os séculos 14 e 16, esse processo foi acompanhado de verdadeiras revoluções técnicas e sociais. Primeiro, na agricultura, houve a expansão da criação de ovelhas para fornecimento de lã para as manufaturas holandesas. Paralelamente a isso, e para tanto, ocorreu a expropriação pacífica e/ou violenta dos camponeses das terras feudais e das terras comunitárias, e de seus outros meios de produção. O que causou a criação de uma imensa massa de miseráveis nas cidades, ou burgos, de então.

O sistema de arrendamento de terras por dinheiro passou a ser a nova forma de extração da renda fundiária pelos feudais, ao mesmo tempo em que arrendatários assalariavam trabalhadores. A expansão das manufaturas dos comerciantes também ampliou o sistema de assalariamento, abrindo caminho para a sobrevivência de parcelas dos expropriados. Mas a situação de miserabilidade da massa de pobres vagabundos era de tal ordem que obrigou a monarquia inglesa, apesar da resistência de parte da nobreza e dos comerciantes, a estabelecer uma Lei dos Pobres, para evitar que morressem de fome.

Foi essa situação que levou Tomas Morus a escrever sua Utopia, na qual um dos símbolos mais fortes era superar a situação em que as ovelhas comiam seres humanos. Mas a utopia de Tomas Morus (1516), de Tommaso Campanella e sua Cidade do Sol (1602), de Gerrard Winstanley e dos diggers (1640), de Gabriel Mably (1709), de Etienne Morelly (1717), de Gracchus Babeuf e da Conjura do Iguais (1793), de William Morris (1834), de outros inconformados sociais, não era socialista. Era comunista, do mesmo modo que eram comunistas os cristãos primitivos das catacumbas e os milenaristas.

Ou seja, a primeira reação social, econômica, política, cultural e/ou religiosa, criada pelo surgimento das novas formas de produção e de relações de trabalho foi supor a possibilidade de constituir uma sociedade sem classes, sem exploração e sem opressão, na qual o trabalho humano fosse voluntário e em benefício de toda a comunidade. Porém, ao contrário desse desejo, ocorreu um processo de articulação, interação e combinação contraditória entre uma série de novos fatores presentes naquele momento histórico.

Primeiro, a riqueza promovida pelo mercantilismo podia causar problemas monetários e surtos inflacionários nas sociedades feudais em que foi acumulada, a exemplo da Espanha. Segundo, tal riqueza acumulada também podia ver-se diante uma enorme massa populacional desprovida de qualquer outra propriedade que não fosse sua própria força de trabalho, como ocorreu na Inglaterra e, em parte, na França, e ser utilizada para transformar-se em dinheiro e comprar meios de produção e aquela força de trabalho. Neste caso, o emprego dessa força de trabalho nas manufaturas, para transformar matérias primas em objetos de uso e de troca, resultava num retorno de dinheiro muito maior do que o investido na compra de meios de produção e força de trabalho.

Desse modo, particularmente após a nova revolução técnica que criou a indústria mecanizada, entre 1760 e 1840, conformou-se um modo de produção radicalmente diferente do modo de produção feudal. Neste, a agricultura era o principal setor da economia, e os trabalhadores agrícolas, ou camponeses, eram os produtores, mas

pagavam diferentes tributos, ou diferentes formas de renda fundiária aos senhores feudais, fossem eles donos ou tivessem apenas a concessão monárquica do feudo.

Na Inglaterra, onde a constituição desse modo de produção avançou mais rapidamente, a burguesia impôs sua força econômica à monarquia durante a guerra civil de 1640. É nesse período que, ao lado dos *diggers* comunistas emergem os *levellers*, democratas populares, que enfatizaram, em seu Acordo do Povo”, a soberania popular, o sufrágio universal, a igualdade perante a lei e a tolerância religiosa.

Na França, o sistema feudal continuava intocado, mantendo a maior parte da força de trabalho presa à terra. A mão de obra que os burgueses donos de artesanatos e manufaturas conseguiam contratar nos burgos era de camponeses fugidos dos feudos. Além disso, os senhores feudais impunham taxas à circulação das mercadorias, organizavam assaltos aos transportes de bens e realizam toda sorte de boicote ao desenvolvimento do novo modo de produção.

Essa situação só foi resolvida em 1789, quando a burguesia, tendo como força de combate os *sans coulottes*, isto é, os desprovidos de qualquer propriedade, a não ser sua própria força de trabalho, realizou a revolução, liquidou o regime antigo e, sob o slogan de liberdade, igualdade e fraternidade, libertou os camponeses e os transformou em trabalhadores livres para vender sua força de trabalho.

Portanto, para que o novo modo de produção capitalista emergisse foram necessárias pelo menos duas transformações no modo de produção feudal. Isto é, que os trabalhadores amarrados ao sistema dos feudos se tornassem livres, e que as riquezas acumuladas fossem utilizadas por seus donos como capital produtivo, comprando meios de produção (matérias-primas, máquinas, prédios etc) e comprando força de trabalho livre, em troca de um salário, para colocar os meios de produção em funcionamento e transformar as matérias-primas em objetos a serem vendidos. Em termos sociais, esse processo deu surgimento a duas novas classes sociais: os capitalistas (ou burgueses, por estarem situados principalmente nos burgos) e os proletários, ou operários.

O proletariado não era uma categoria totalmente nova na história. Na Roma escravista antiga, na qual o Estado mantinha um exército para conquistas territoriais e para defesa contra ameaças externas, os homens livres pobres que tinham como única propriedade muitos filhos (do latim *proles*) eram empregados nas usinas de fabricação de armas, em troca recebendo um *salarium argentum* (*moeda de sal*), da mesma forma que os soldados do exército. Foi com base nisso que Marx denominou os trabalhadores obrigados a vender sua força de trabalho em troca de um salário de *proletários modernos*.

No processo de revoluções que algumas burguesias nacionais foram obrigadas a travar contra os feudais para consolidar seu novo modo de produção no século posterior à revolução francesa de 1789, os trabalhadores também jogaram o papel principal nos combates, a exemplo da revolução de 1832, na França.

Na Inglaterra, a partir de 1838 o proletariado começa a se tornar uma força politicamente independente, com o surgimento do *cartismo*. Através de um documento escrito em 1837, a Carta do Povo, os trabalhadores se lançaram numa luta específica por seis direitos políticos: sufrágio universal masculino; voto secreto; soldo anual para os deputados, de modo que os trabalhadores pudessem exercer um mandato político; eleições anuais para o parlamento, de modo a evitar a corrupção, abolição do requisito da propriedade privada para participar no parlamento; e estabelecimento de circunscrições iguais, que assegurassem a mesma representação ao mesmo número de votantes.

As manifestações e lutas cartistas perduraram até 1848, constituindo uma experiência importante na descoberta tanto dos direitos econômicos, quanto dos direitos políticos democráticos. Só bem mais tarde, com exceção das eleições anuais, as demais reivindicações cartistas foram incorporadas ao sistema político inglês.

Em 1848 ocorreram revoluções na França e na Alemanha, com grande participação operária, mas ainda no contexto da luta da burguesia contra os feudais. Nesse período o proletariado já era relati-

vamente grande na Inglaterra e na França, e começava a se fazer presente na Alemanha. No resto do mundo era residual. De qualquer modo, também na França ele apresentou os primeiros sinais de uma independência de classe quando o apelo de Louis Blanc para uma rebelião popular pelo sufrágio universal foi atendido por dezenas de milhares e operários, enquanto a burguesia se colocou contra por temer a revolução social dos pobres. A essa altura, as forças políticas em campo eram os republicanos (burguesia moderada e pequena burguesia) e os socialistas (proletariado), exigindo não só o sufrágio universal, mas também a melhoria das condições de trabalho e de vida dos operários.

Desse modo, foi através das lutas conjuntas da burguesia e do proletariado contra o sistema feudal, e também das lutas independentes do proletariado contra a burguesia, que o modo de produção, circulação e distribuição capitalista consolidou a manufatura e a indústria como os setores mais importantes da economia, e o assalariamento como a principal relação entre os donos do dinheiro e os proprietários da força de trabalho. E saltou à vista que os produtores, aí incluídos mulheres e crianças, os proprietários de força humana, física e mental, vendida por tempo de trabalho aos donos de dinheiro, ou capital, eram brutalmente explorados. Suas jornadas de trabalho chegavam a mais de 16 horas diárias, e seus salários eram muito inferiores ao que precisavam para sobreviver.

Essa situação conduziu a inúmeros tipos de lutas dos assalariados contra os donos dos meios de produção, e a repressões selvagens contra os trabalhadores. A constatação dessa realidade desumana fez nascer um novo sentimento numa série de pensadores da época, a exemplo de Robert Owen, na Inglaterra, e Louis Blanc, Saint Simon e Charles Fourier, na França. Eles acreditaram que, com a educação, ou com a organização de cooperativas de trabalhadores, seria possível que os capitalistas se civilizassem, reduzissem o sistema de exploração e opressão, e surgisse uma organização socialmente avançada, a que chamaram socialismo. Este surgiu, pois, como uma nova utopia.

Utopia tem origem na língua grega, *u-topos*, ou nenhum lugar. Ou seja, as sociedades pintadas ou descritas pelos utópicos não existiam. Apenas demonstravam o desejo a uma vida humana diferente. Elas faziam a crítica à sociedade capitalista e a suas consequências perversas, mas não entendiam os mecanismos de seu funcionamento e desenvolvimento, nem as formas de superá-los. Por isso, Marx e Engels, fizeram uma crítica contundente utópico da ocasião, e adotaram a postura comunista.

Essa crítica apareceu primeiro no *Manifesto Comunista* e no *Manifesto da Associação Internacional dos Trabalhadores*. Foi reiterada em outras obras, como *A ideologia Alemã* e *Princípios do Comunismo*. Eles classificaram os diversos tipos de socialismos existentes, de “socialismo feudal”, “socialismo pequeno-burguês”, “socialismo alemão verdadeiro”, “socialismo conservador ou burguês”, e “socialismo utópico”. Mas não perderam a ocasião para critica também o que chamaram de “comunismo utópico”.

Paradoxalmente, o *socialismo feudal* teve sua origem nas aristocracias inglesa e francesa em sua luta contra a burguesia revolucionária, que então consolidava seu poder econômico e marchava para conquistar o poder político. Esse socialismo fingia defender os trabalhadores contra a exploração burguesa, mas limitava tal defesa ao âmbito literário. Sua crítica ao regime burguês era reacionária, porque pretendia o retorno ao sistema feudal, no qual inexistiam o proletariado e suas lutas incômodas, e a burguesia limitava-se a comerciar os produtos agrícolas e do artesanato.

O *socialismo pequeno-burguês* resultou da nova situação que a pequena-burguesia e o campesinato, que deram origem tanto à burguesia quanto ao proletariado, tiveram que enfrentar à medida que a civilização capitalista se firmava. Oscilando entre a burguesia e o proletariado, e vendo-se empurrada à proletarização em virtude da concorrência capitalista, os representantes da pequena-burguesia se viram obrigados, a exemplo de Jean Charles Sismondi, a defender a causa dos operários a partir de seus próprios interesses. Isto é, não de superação do capitalismo e de extinção de todas as classes,

mas de predomínio da pequena agricultura, da pequena indústria, do pequeno comércio, e dos pequenos serviços.

O socialismo alemão, ou socialismo verdadeiro, surgiu sob a influência do socialismo e do comunismo franceses, mas em condições diferentes. Na França, a burguesia fizera sua revolução e impusera, além do poder econômico, seu próprio poder político. E a principal contradição social já era aquela que opunha o proletariado à burguesia. Na Alemanha, ao contrário, a burguesia ainda não conquistara totalmente o poder econômico, lutava pela conquista do poder político, e a principal contradição ainda era a que a opunha ao regime feudal. Diante dessa situação, a interpretação livresca do socialismo francês, voltado contra o capitalismo e a burguesia, levou o socialismo alemão a apoiar os feudais contra a revolução burguesa.

O socialismo conservador ou burguês surgiu em virtude do impacto da exploração capitalista sobre os trabalhadores. Burgueses letrados começaram a buscar remédios para minorar os males sociais, mas sem mudar o sistema capitalista. Criaram teorias a respeito da transitoriedade da exploração capitalista à medida que o sistema se desenvolvesse e tivesse condições de criar um sistema de bem-estar social, no qual a cooperação entre burgueses e proletários se transformaria na principal relação entre essas classes. Os burgueses seriam burgueses, mas no interesse da classe dos trabalhadores assalariados.

O socialismo utópico surgiu num momento em que o capitalismo realizava sua revolução industrial, mas a classe operária ainda não tinha acumulado experiência de luta, nem tinha condições de formular as teorias sobre sua emancipação. Ou seja, as condições para tal emancipação ainda não haviam amadurecido. O sistema capitalista ainda não tinha chegado a um ponto de desenvolvimento em que seria possível vislumbrar as contradições que o levariam à superação. Nessas condições, os primeiros trabalhos socialistas foram reacionários, a exemplo de Morris, que pregava um ascetismo geral e um igualitarismo grosseiro.

Por outro lado, à medida que a luta entre a burguesia e o proletariado ganhou envergadura, surgiu um socialismo que admitia o papel histórico da propriedade privada, fazia a crítica do capitalismo e percebia claramente os antagonismos de classe. Seus principais formuladores, Robert Owen, Saint Simon e Charles Fourier, porém, não enxergavam o papel histórico do proletariado em sua própria emancipação. Ao invés de procurarem na pesquisa social as condições materiais e históricas daquela emancipação, criaram teorias de organização social à parte da realidade da luta real de classes.

Propuseram suprimir as diferenças entre o campo e a cidade, extinguir a família, estabelecer a igualdade entre as mulheres e os homens, abolir o lucro e o trabalho assalariado, estabelecer a harmonia social e transformar o Estado num instrumento de administração da produção. Isto, numa época em que as condições para a concretização de tais propostas ainda não estavam dadas. Assim, embora tenham realizado uma crítica consistente do capitalismo e contribuído para o esclarecimento dos operários sobre o sistema em que trabalhavam, a distância de suas propostas em relação à realidade tinha um sentido caracteristicamente utópico.

Em resumo, o socialismo teve sua emergência histórica associada a classes não trabalhadoras, embora o centro de suas preocupações fosse o proletariado. Como veremos mais adiante, essa diversidade de socialismos continua presente na atualidade, com destaque para o “socialismo utópico”. Como naquela época, o distanciamento entre suas propostas e a realidade econômica, social e política tem levado seus adeptos, embora nem sempre conscientemente, a adotarem posições reacionárias quando consideram que seus projetos cooperativistas são capazes não só de contrapor-se ao capitalismo, mas também de evitar seu desenvolvimento, negando o papel histórico de criar as forças produtivas essenciais para a emancipação dos trabalhadores.

Um exemplo disso são os que se opõem à construção de grandes hidrelétricas, às vezes sob o argumento de que elas vão afetar o meio ambiente e as populações locais, e em boa parte sob o

argumento de que vão fornecer energia para grandes empresas capitalistas. Outro exemplo é a oposição ao desenvolvimento industrial, na maior parte das vezes também sob os argumentos ambientalistas e anticapitalistas.

Na prática, esse “anticapitalismo” pretende um retrocesso, carecendo de uma visão científica sobre o desenvolvimento das forças produtivas como condição essencial para o processo da luta de classes e de superação do capitalismo. Isto, em grande parte, pela profunda ignorância sobre a Economia Política e sobre a relação entre as condições materiais e as condições culturais de vida.

O estudo da Economia Política

Para evitar cair no comunismo utópico, havia a necessidade de se voltar resolutamente para o estudo da Economia Política. Ou seja, para “a análise teórica da moderna sociedade burguesa”, como escreveram Marx e Engels na *Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política*, em 1859.

Para eles, a análise teórica da moderna sociedade burguesa pressupunha considerar que “tanto as relações jurídicas quanto as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela evolução geral do espírito humano”. Essas relações e formas possuem sua raiz no “conjunto das condições materiais de vida”, ou na “sociedade civil”. Para descrever a anatomia dessas condições materiais de vida, ou da sociedade civil, seria preciso utilizar a Economia Política como instrumento principal.

As condições materiais de vida, ou a sociedade civil, evoluem tendo por base as contradições existentes em seu meio. Deduziram daí que, no comunismo primitivo, a propriedade privada e os escravos já existiam em germe na divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, e nos prisioneiros de guerra. No escravismo, o feudalismo já existia em germe na divisão familiar entre homens livres e clientes servis. E, no feudalismo, o capitalismo já existia em germe na acumulação de riquezas pela burguesia comercial e manufatureira, e na possibilidade dos camponeses serem expropriados de seus meios de produção e serem transformados em vagabundos livres.

No estudo concentrado da Economia Política como instrumento científico, ambos chegaram a várias conclusões preliminares que

os nortearam, depois, na pesquisa sobre o capitalismo. Em primeiro lugar, perceberam que, “na produção social de sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção”.

Por exemplo, no comunismo primitivo, a divisão sexual do trabalho. Os homens tendo a propriedade dos meios de caça e pesca, e suprindo as necessidades alimentares da família; as mulheres tendo a propriedade dos bens e da organização da casa, e determinando a linhagem familiar. Na transição do comunismo primitivo para o escravismo (patriarcado), com a descoberta da pecuária e da agricultura, os homens tendo a propriedade privada dos novos meios de produção (gado, ferramentas agrícolas e escravos) e o poder sobre toda a família, constituída pelos escravos e por familiares livres, mas subalternos (clientes).

O patriarcado evoluiu no sentido do escravismo, mas não conseguiu transformar todos os clientes em escravos. No escravismo o senhor era proprietário do ser humano, de quem exigia o trabalho, e sobre quem tinha poder de vida e morte. Ao mesmo tempo, devia fornecer-lhe os meios de vida e de trabalho. O declínio do escravismo, em geral, ocorreu à medida que esse modo de produção não conseguiu mais atender às necessidades não só dos senhores, mas também dos demais homens livres que exigiam viver às custas dos escravos.

Seguido de rebeliões e guerras, e da paulatina conformação de senhores fundiários com forças armadas próprias, o escravismo cedeu lugar ao feudalismo. Neste, o trabalhador “comprou” o direito de amanhar a terra do senhor fundiário e produzir alimentos (cereais, legumes, gado), em troca da “obrigação” de entregar ao senhor parte de sua produção, trabalhar alguns dias a serviço do senhor (corveia), e participar dos embates contra outros senhores e bandoleiros. Na Europa foi estabelecida a regra dos trabalhadores camponeses pertencerem à terra, não podendo ser expulsos dela, passando a ter “obrigação” com outro senhor no caso deste receber ou adquirir o feudo.

O feudalismo entrou em crise à medida que a produção agrícola e artesanal cresceu, o comércio se intensificou, e a classe dos mercadores, tida de segunda categoria, acumulou riquezas e estabeleceu acordos com as monarquias para romper os entraves feudais e gremiais. Na China, isso ocorreu entre os séculos 12 e 15. Porém, na luta contra os senhores feudais, os mercadores foram derrotados, e a China mergulhou numa regressão feudal comandada pelos invasores manchus. Na Europa, a partir do século 15, os mercadores e as monarquias de Portugal e Espanha se jogaram na empreitada marítima das “Índias”. Os primeiros descobriram o caminho até a Índia, China e Japão através do contorno da África, enquanto os segundos esbarraram num continente até então desconhecido, que chamaram América.

Essas descobertas desencadearam uma corrida mercantilista, à qual se juntaram a Holanda, Grã-Bretanha e França, que permitiu uma colossal acumulação de riquezas, como descrito acima, e levou ao surgimento do capitalismo. A relação própria desse modo de produzir tem, de um lado, um homem livre dono de capital, na forma de dinheiro e meios de produção, e de outro também um homem livre, mas desprovido de capital e da propriedade de meios de produção. Este homem livre vende sua força de trabalho para o dono de capital, por tempo determinado, recebendo em paga uma parte do capital para reproduzir a força que gastou no trabalho dos meios de produção que não lhe pertencem.

Como se pode ver, cada uma dessas relações descritas acima “corresponde a uma determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais”. No comunismo primitivo a lança, o arco, a flecha e outros instrumentos que eram apenas uma extensão das mãos. No escravismo, o arado de madeira e, depois, de bronze, às vezes tracionado pelo próprio escravo e, mais tarde, por bois. A essa invenção foram adicionadas a da roda, de carros tracionados por homens e animais, da roca de fiar e do tear manual, e das embarcações a remo. No feudalismo, o arado de ferro, tracionado por cavalos ou muares, e diversos outros instrumentos de ferro. Embarca-

ções a vela, pólvora, bússola. No capitalismo, máquina a vapor, tear mecânico, e um infinito rol de equipamentos técnicos cada vez mais produtivos.

Embora pouca gente duvide da correspondência das relações de produção com fases determinadas da evolução das forças produtivas, e de que o “conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade”, tem havido uma polêmica ainda não resolvida de todo sobre quem corresponde ao que. Para alguns, ao contrário do que afirmaram Marx e Engels, são as relações de produção que permitem o desenvolvimento das forças produtivas, dando àquelas uma proeminência na correspondência. Voltaremos a isso quando discutirmos as experiências de construção do socialismo nos séculos 20 e 21,

Além disso, em seu estudo da Economia Política, Marx e Engels chegaram à conclusão de que a “estrutura econômica da sociedade” é a “base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de convivência social”. Dizendo de outro modo, segundo eles, as leis, as formas de Estado, as formas de organização da família, as manifestações culturais e outros aspectos da convivência social estão assentadas sobre uma estrutura econômica determinada, e não sobre uma estrutura econômica fixa ou genérica.

Ou seja, sobre cada uma das formações econômicas historicamente aparecidas – comunismo primitivo, escravismo, feudalismo e capitalismo - havia uma superestrutura jurídica e política especificamente correspondente. E como o desenvolvimento histórico das estruturas econômicas em cada região ou país tem sido bastante desigual, as superestruturas também apresentam uma diversidade considerável, embora mantendo a correspondência indicada.

Na prática, ao chegarem a uma “determinada fase de desenvolvimento”, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes. A expressão jurídica desse fato consiste em que o nível alcançado pelas forças produtivas entra em contradição com as relações de propriedade

“dentro das quais se desenvolveram até então”. Portanto, ao modificar-se a base econômica, revoluciona-se “toda a imensa superestrutura erigida sobre ela”.

Então, quando essas revoluções são estudadas, deve-se sempre fazer uma distinção entre as mudanças materiais das condições econômicas de produção, e as formas ideológicas com as quais os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. As condições econômicas podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais. Mas as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, precisam ser captadas por pesquisas específicas.

Além disso, Marx e Engels também chegaram a uma conclusão que normalmente tem sido esquecida por quase todos que têm tentado construir sociedades socialistas. Descobriram que “nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que cabem dentro dela. E jamais aparecem novas e mais altas relações de produção antes que as condições materiais para a sua existência hajam amadurecido no seio da própria sociedade antiga”.

Dizendo de outro modo, o comunismo primitivo não desapareceu antes que as sociedades escravistas houvessem superado as forças produtivas que as sociedades comunistas primitivas haviam desenvolvido. Formas escravistas se mantiveram por tempos indeterminados no feudalismo. E formas feudais também persistiram durante o desenvolvimento do capitalismo. Apesar disso, há muita gente que acreditou na possibilidade do comunismo moderno passar ao largo dessa lei histórica, a exemplo dos populistas russos, só para citar um caso.

Foram essas premissas históricas do estudo da Economia Política que propiciaram a Marx os instrumentos teóricos para dedicar-se à análise do capitalismo. E como tal análise pressupunha “relações burguesas desenvolvidas”, e a Inglaterra estava à frente nesse desenvolvimento, foi lá que ele foi pesquisar as contradições desse novo modo de produção, circulação e distribuição. Ou seja, verifi-

car qual seria o germe da transformação do capitalismo em outra formação econômico-social.

A esse tempo, alguns dos economistas clássicos, a exemplo de Adam Smith e David Ricardo, já haviam descoberto que o trabalho humano era a fonte criadora do valor. Não sabiam, porém, qual era o mecanismo através do qual parte do valor criado pelo trabalho era apropriado pelo dono do capital e levava a uma acumulação maior de capital.

O capitalismo

Em suas pesquisas, Marx descobriu que o mecanismo que permite a valorização do capital começa pela compra da força física e mental do trabalhador, realizada no mercado pelo capitalista. Essa compra, por um determinado tempo de trabalho, é paga por um salário que, na melhor das hipóteses, corresponde ao custo socialmente necessário para a reprodução do trabalhador como força de trabalho.

Na melhor das hipóteses, ao trabalhar metade, dois terços, três quartos, ou quatro quintos do tempo de trabalho estipulado, o trabalhador produz um valor correspondente ao salário que receberá. Desse modo, o capitalista se apropria de metade, um terço, um quarto ou um quinto do valor produzido. Esse *valor extra, mais-valor, ou mais-valia*, apropriado pelo capitalista, é acrescentado a seu capital, num processo contínuo de acumulação.

Ao descobrir esse segredo, Marx descobriu a natureza da cooperação e, também, do conflito entre capitalistas e trabalhadores. Embora inconsciente e espontaneamente, ao lutar pelo aumento dos salários e pela redução das jornadas de trabalho, os trabalhadores lutam pela redução da mais-valia a ser apropriada pelos capitalistas. A maior parte das lutas e revoltas trabalhistas dos séculos 18, 19, e de boa parte do século 20, esteve relacionada a salários e jornadas de trabalho.

À medida que se aprofundou no estudo dessa contradição, Marx e Engels compreenderam que os capitalistas também cooperavam e competiam entre si, às vezes ferozmente, concorrendo pelo domínio do mercado. Essa concorrência os levava constantemente a in-

troduzir inovações técnicas no processo produtivo e nos produtos, com consequências diretas sobre os trabalhadores.

Por um lado, as inovações técnicas promoviam o aumento da produtividade do trabalho. Por exemplo, o que antes era produzido por 10 trabalhadores passava a ser produzido por um. Ou seja, nove podiam ser descartados. Nesse caso, mesmo que o trabalhador sobran-te tivesse um aumento de salário, a mais-valia produzida por ele seria ainda maior. O que levou Marx a distinguir aquela mais-valia resul-tante de um trabalho de baixa produtividade, que chamou de *mais-valia absoluta*, da mais-valia resultante de um trabalho de alta pro-dutividade, de *mais-valia-relativa*. Não por acaso, de forma espon-tânea, muitos trabalhadores enxergaram nas máquinas promotoras de alta produtividade seus principais inimigos, passando a quebrá-las, na expectativa de que, com isso, manteriam seus empregos.

Marx e Engels, ao contrário, enxergaram na constante revolução técnica promovida pelos capitalistas e, portanto, no aguçamento da contradição entre o aumento da capacidade produtiva e o aumento de trabalhadores descartados de empregos produtivos, uma das tendências que levariam o capitalismo a um beco sem saída. Elas promoveriam uma crescente concentração e centralização do capi-tal nas mãos de poucos indivíduos e, ao mesmo tempo, uma cres-cente pauperização da maior parte da população. Com isso, seria inevitável que ocorressem crises constantes entre o aumento da ca-pacidade produtiva e da produção, e a redução da capacidade de consumo, tal contradição aparecendo como uma produção excessi-va, ou superprodução.

Paradoxalmente, a tendência à concentração e centralização do capital também trazia embutida outra contradição relacionada com a lucratividade do capital. A concentração e a centralização do capi-tal se manifestariam na organização de trustes e monopólios capi-talistas, tendendo a fazer com que a taxa média de lucro do capital social caísse. Na tentativa de resolver essa contradição, o capital seria obrigado a tentar transformar o dinheiro em origem pura de mais dinheiro, criando uma massa de moedas sem correspondência com

o valor da riqueza material realmente criada. Isso, que os economistas burgueses costumam chamar de “bolha financeira”, se tornou outra fonte de crises violentas e destrutivas, agora da superprodução de dinheiro, ou recursos financeiros.

Mas o capital também procuraria resolver a tendência à queda da taxa média de lucro através da exportação de capitais para regiões e países agrários de baixos salários. Neles seria possível extrair altas taxas de mais-valia absoluta, fazendo com que a taxa média suba. Ou seja, na prática, o capitalismo desenvolvido se veria constrangido a industrializar países e regiões atrasadas, disseminando o modo de produção capitalista, embora de forma desigual, por todo o mundo. Em outras palavras, o capitalismo tendia a fazer com que todos os povos vivessem sob o tacho do modo capitalista de produção, circulação e distribuição. A globalização capitalista tendia a ser uma realidade.

Na prática, o capital tendia a criar uma civilização com altíssima capacidade produtiva, capacidade capaz de atender às necessidades de vida de toda a população. Porém, a esmagadora maioria dessa população estaria alijada do processo produtivo e de acesso aos bens. Essa contradição só poderia ser resolvida através da luta de classes e de uma nova revolução social que restabelecesse o comunismo num patamar qualitativamente diferente do comunismo primitivo e historicamente muito superior. Nele, a propriedade e a apropriação sobre os meios de produção seriam sociais, e o trabalho deixaria de ser uma obrigatoriedade para a sobrevivência e passaria a ser voluntário, impondo-se apenas como uma necessidade de evolução da espécie humana.

A obra clássica em que Marx, com o auxílio de Engels, defende a abordagem acima é O Capital, que veio à luz em 1867, e consolidou uma linha de interpretação do capitalismo que é adotada, ainda hoje, por intelectuais que não são comunistas, socialistas, revolucionários, nem tampouco se consideram marxistas. Ela é simplesmente científica e corresponde à evolução da realidade desse modo de produção, circulação e distribuição.

Apesar disso, logo depois da publicação de *O Capital* surgiu a “escola econômica *marginalista!*, em 1870, criticando os economistas clássicos por teorizarem que os preços são determinados pelos custos de produção. Os preços, segundo os *marginalistas*, também dependeriam de um certo grau da demanda, enquanto esta dependia da satisfação individual dos consumidores em relação às mercadorias e serviços ofertados. Portanto, os preços seriam *marginais* à produção.

Os *marginalistas* elaboraram conceitos microeconômicos, utilizando indicadores de demanda, oferta e satisfação dos consumidores para a realização de cálculos matemáticos que permitam determinar as tendências reais de demanda. E procuraram demonstrar que, numa economia que chamaram de “aberta”, os fatores de produção (terra, mão de obra e capital) têm retornos equitativos às suas contribuições para a produção.

Entre os teóricos marginalistas destacaram-se William Stanley Jevons, autor de *Theory of Political Economy* (1871); Carl Menger, autor de *Die Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* (1871); Léon Walras, autor de *Éléments d'Économie Politique Pure* (1874); Wassily Leontieff; Von Neumann; Alfred Marshall, autor de *Principles of Economics* (1890); Eugen Von Böhm-Bawerk; Friederich Wieser; e Herman Heinrich Gossen, autor da “Lei dos Rendimentos Marginais Decrescentes” (1854), desconhecido até 1878.

Os marginalistas foram e são teoricamente importantes, tanto por terem sido os principais críticos de Marx até a crise mundial de 1929, quanto por serem a base teórica das modernas escolas neoliberais. Portanto, identificam o capitalismo com a “produção voltada para a troca”, mais precisamente com o comércio, ou com o processo de circulação e distribuição das mercadorias.

Mas, além deles, outra escola que se opõe à teoria marxista e busca “a essência do capitalismo” no “espírito protestante” predominante na época é o weberianismo. Tal “espírito” estaria presente na organização empresarial, no empreendedorismo, na aventura da inovação, no cálculo e na racionalidade. Max Weber é o principal

representante desse pensamento, que expôs em seu livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, de 1904, posteriormente reiterada na obra “Economia e Sociedade”, publicada postumamente, em 1922.

Marx não chegou a viver para assistir à emergência dos grandes monopólios e do imperialismo, no final do século 19. Engels chegou a viver essa emergência, mas não teve tempo de se debruçar em profundidade sobre o assunto, já que dedicou todos os seus anos finais de vida a editar os rascunhos de O Capital, e a tentar reconstruir uma entidade internacional que congregasse os comunistas, socialistas e outras correntes que tivessem o proletariado como preocupação principal. A essa altura, as pequenas organizações revolucionárias foram sendo paulatinamente substituídas por partidos socialdemocratas ou socialistas de âmbito nacional, levando à extinção da Associação Internacional dos Trabalhadores.

De qualquer modo, Marx e Engels demonstraram que quem quer que pretenda revolucionar a sociedade num verdadeiro sentido de liberdade, fraternidade e igualdade, superando os limites do capital e libertando a classe operária, precisa conhecer os princípios básicos da Economia Política e utilizá-los para analisar as sociedades concretas em que está inserido. É também verdade que ambos acreditaram, nesse caso erroneamente, no início da segunda metade do século 19, seja pelo aguçamento das lutas de classe dos trabalhadores, seja pelo desenvolvimento técnico do capitalismo, seja ainda pela concentração de capitais na Europa e nos Estados Unidos, que esse modo de produção, circulação e distribuição já teria alcançado aquele ponto em que poderia ser transformado num sistema comunista.

Para eles, a revolução comunista na Europa e nos Estados Unidos estimularia a revolução no resto do mundo e propiciaria as condições para que os países e povos atrasados desenvolvessem as forças produtivas ao nível elevado de satisfazer a todas as necessidades humanas e globalizar o sistema comunista. No entanto, a experiência da Comuna de Paris, em 1871, levou ambos a reverem essa previsão. Deram-se conta de que o próprio capitalismo avançado

ainda tinha um vasto caminho para desenvolver suas forças produtivas. Além disso, o desenvolvimento desigual do capitalismo nos diversos outros países do planeta poderia fazer com que o período de transição entre o capitalismo e o comunismo fosse mais extenso e mais diferenciado do que haviam suposto originalmente. Em consequência, concordaram aceitaram que tal período de transição fosse denominado *socialismo*.

Mas a derrota da Comuna de Paris não teve influência apenas sobre o pensamento marxista, representando uma viragem. Da luta pelo comunismo passou-se para a luta pelo socialismo. Do ponto de vista capitalista, fez com que a França deixasse de ser a potência líder do continente europeu, esse lugar passando a ser ocupado pela Alemanha. E colocou em evidência mudanças que ocorriam no capitalismo desenvolvido no sentido apontado por Marx, embora com nuances enganadoras.

O ingresso na Era Imperialista

No final do século 19 o capitalismo evoluía em vários sentidos e de forma diferenciada. O capitalismo inglês mantinha um firme predomínio sobre suas colônias e concessões asiáticas (Índia, Malásia, Birmânia, Ceilão, Hong Kong) e africanas (Egito, Nigéria, Tanzânia, África do Sul) e sobre os mares, e conservava a hegemonia sobre as semicolônias americanas. O capitalismo francês, apesar de haver perdido sua liderança continental para a Alemanha, mantinha algumas colônias na Ásia (Indochina) e no Oriente Médio, disputava com os ingleses as colônias na África (Congo Francês, Costa do Marfim etc), e mantinha algumas cabeças de praia nas Américas (Guiana Francesa).

Porém, em alguns outros poucos países, o sistema capitalista esforçava-se para alçar-se ao nível dos outros dois. Os Estados Unidos haviam debelado o escravismo dos estados sulistas, recebido um forte influxo de mais força de trabalho livre, e desenvolvido rapidamente suas forças produtivas industriais. Suas classes dominantes ainda vacilavam entre ter uma política colonial expansionista no estilo britânico e francês, ou levantar o livre comércio como forma de deslocar os concorrentes internacionais do mercado. Por um lado, defendiam o livre comércio na China, Por outro, subtraíram territórios do México, interferiram na guerra de independência cubana contra a Espanha, transformaram Porto Rico e o Hawái em colônia, estabeleceram uma espécie de protetorado sobre as Antilhas, e sonhavam em substituir a hegemonia inglesa pela sua no continente ao sul.

A Alemanha também emergira como nova potência capitalista não só na Europa. Desejosa de participar da partilha colonial asiáti-

ca e africana, estabelecera seu domínio sobre algumas cidades chinesas (Qingdao), sobre algumas ilhas do Pacífico (Micronésia), e sobre alguns territórios africanos. Mas isso não era suficiente para permitir o pleno desenvolvimento de sua indústria. Algo idêntico ocorrera com o Japão, após a restauração Meiji. Para abastecer suas indústrias passara a exercer forte hegemonia sobre a Manchúria, mas tinha pretensões mais vastas, conforme indicava sua preocupação em reforçar sua frota naval de combate.

Por outro lado, algumas potências antigas ainda mantinham domínios coloniais, embora não tivessem mais força econômica e militar para enfrentar as novas potências industriais. Esse era o caso da Turquia e de seu império otomano, que dominava grande parte da Arábia, Iraque e Irã. Os holandeses mantinham a Indonésia e a parte oeste de Timor como colônia, enquanto Portugal tinha feitorias coloniais em Macau (China), Diu e Goa (Índia), e Timor Leste. Os russos, por seu turno, haviam ocupado toda a Sibéria e tratavam a Mongólia como possessão colonial. E todas essas potências antigas e novas tinham tratados que lhes permitiam tratar a China quase como colônia plena.

As novas potências industriais, por sua vez, haviam constituído uma série de grandes grupos empresariais monopolistas, através da organização de trustes e cartéis, com grande participação do capital financeiro, para os quais o domínio colonial e semicolonial era vital.

Do Irã e do Iraque as potências capitalistas arrancavam petróleo. Da Índia extraíam minérios, algodão, especiarias, ópio, e mão-de-obra mais barata. Da China conseguiam minérios, algodão, especiarias, e mão-de-obra barata. A Malásia, a Indonésia, a Indochina e as Filipinas lhes forneciam borracha e minérios. A África, depois de haver sido a principal fornecedora de mão de obra escrava para as colônias americanas, tornou-se supridora de minérios e especiarias. E as Américas do Sul e Central, após terem contribuído para a acumulação de ouro, prata e diamantes na Europa, continuaram sendo, mesmo após a independência política formal, as principais exportadoras de açúcar e café, e crescentes fornecedoras de minérios.

Para garantir essa contínua extração de recursos naturais das colônias e semicolônias, as potências capitalistas impunham acordos através dos quais obtinham direitos e concessões de portos, ferrovias e alfândegas, assim como isenções ou redução de alíquotas sobre os produtos manufaturados que exportavam para lá. Ou seja, o segredo da dominação colonial e semicolonial das potências capitalistas consistia em que elas não só garantiam o suprimento de matérias primas minerais e agrícolas para as indústrias de seus monopólios capitalistas, mas também lhes proporcionavam lucros complementares.

Tais lucros foram essenciais para a adoção de políticas de concessões aos seus trabalhadores, permitindo-lhes amainar a luta interna de classes e mesmo “aburguesar” alguns de seus setores. Isto incluiu o direito dos trabalhadores constituírem partidos políticos de viés socialista, ou socialdemocratas, permitindo à burguesia voltar a sustentar sua bandeira democrática, embora limitando-a à participação eleitoral.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que amainavam a luta interna de classes, essas potências elevaram a concorrência entre si ao nível de ameaças de conflitos armados por novas divisões no sistema colonial e semicolonial. A guerra dos Estados Unidos contra a Espanha, no início do século 20, é considerada por muitos como a inauguração de uma época de disputas interimperialistas, que logo depois Lenin classificou de era das guerras imperialistas e, também, de revoluções proletárias. No entanto, já antes da guerra hispano-americana havia ocorrido a guerra franco-alemã, entre 1870 e 1871. E quase paralelamente à guerra hispano-americana aconteceu a guerra anglo-boer, de 1899 a 1902. E, entre 1902 e 1905, o Japão impôs à Rússia uma derrota e a expulsão da Manchúria.

Paralelamente, havia sinais revolucionários evidentes pelo menos em Cuba, na Rússia e na China. O processo revolucionário cubano foi esmagado, em 1902, pelas tropas norte-americanas, enquanto o tzarismo conseguiu debelar, em 1905, a tentativa de derrubá-lo. Nesse mesmo período, os revolucionários chineses se

esforçavam para derrubar a dinastia Qing, expulsar os manchus, e estabelecer a república, o que só conseguiram em 1911.

Essas mudanças no capitalismo e no mundo deram ensejo a uma furiosa disputa teórica entre diferentes correntes socialdemocratas, socialistas e comunistas, com importantes repercussões práticas no futuro imediato. No período que se seguiu ao colapso da Primeira Internacional, em 1870, os movimentos trabalhistas e socialistas haviam crescido de maneira praticamente independente em cada país, mantendo apenas uma tênue ligação. As cinco conferências internacionais realizadas posteriormente não conseguiram superar o boicote dos anarquistas, que haviam passado a dominar o movimento sindical. Apesar disso, por iniciativa de Engels, em 1889 foi realizado em Paris um congresso com a participação de representantes de partidos socialdemocratas, socialistas e operários de 20 países, resultando na fundação da *Segunda Internacional*, ou da *Internacional Socialista*.

Esse congresso teve em seu bojo duas conferências, uma de orientação marxista e outra de orientação reformista. Os anarquistas presentes ao congresso defenderam a concentração da luta dos trabalhadores essencialmente no terreno econômico, enquanto os demais reafirmaram que os trabalhadores também deveriam lutar por conquistas políticas. Apesar desse avanço, ainda foram necessários outros três congressos para que, em 1900, a Internacional Socialista se consolidasse. Só então foi constituído um Birô integrado por representantes de cada seção nacional filiada. E foi instalado em Bruxelas um escritório central tendo como funcionários um presidente, Émile Vandervelde, e um secretário, Camille Huysmans, ambos do Partido Trabalhista da Bélgica.

A Segunda Internacional foi responsável pelo estabelecimento do 1º de maio como Dia Internacional dos Trabalhadores, do 8 de março como Dia Internacional da Mulher, e do início da luta internacional pela jornada de trabalho de oito horas. A influência marxista, segundo a qual “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores”, manteve-se até o início do século

20, quando começou a ser questionada por correntes que defendiam reformas tópicas no capitalismo e a substituição da luta de classes pela atuação nos parlamentos.

O principal formulador teórico dessas correntes foi Eduard Bernstein, membro do Partido Socialdemocrata Alemão, que procurou refutar as opiniões de Marx sobre o fim inevitável do capitalismo. Para dar mais ênfase a suas concepções, Bernstein acusou Marx de prever o “fim iminente” do capitalismo e de se opor à luta por reformas que melhorassem a situação do proletariado antes do desaparecimento do capitalismo. Para Bernstein, a centralização da indústria capitalista não estava ocorrendo e a posse do capital, ao invés de concentrar-se, tornava-se cada vez mais difusa. Neste caso, as ocorrências posteriores mostraram que Bernstein não estava acompanhando as mudanças no capital.

Bernstein também argumentou que a burguesia estava sendo constantemente renovada pela ascensão social de proletários. Nessas condições, a regulação estatal das jornadas de trabalho e das pensões por velhice desmentiriam as previsões da lei de pauperização relativa e absoluta dos trabalhadores, cuja situação econômica estaria aumentando. Ou seja, tomou a situação momentânea da Europa, beneficiada pelos lucros complementares das colônias e semicolônias, como uma situação permanente.

Bernstein se esforçou ainda em indicar falhas na teoria do valor relacionada com a extração da mais-valia pelos capitalistas e afirmou que o socialismo seria alcançado pelo capitalismo, através da conquista gradual dos direitos pelos trabalhadores. E tentou, ainda, colocar em dúvida o materialismo histórico e a dialética, de modo a atacar a ideia da “inevitabilidade histórica do socialismo em virtude das contradições internas do capitalismo”, assegurando que o socialismo emergiria “por motivos morais e por ser o sistema político mais justo e solidário”.

Essa foi a base das divergências que ocorreram nos congressos da Internacional Socialista, em 1904, 1907, 1910 e 1912, e levaram os socialdemocratas alemães a votarem a favor do orçamento de

guerra da burguesia germânica, comprometendo-se com os planos belicistas desta. Isso significou colocar trabalhadores contra trabalhadores no campo de batalha e cindiu não só os socialistas alemães, mas também os socialistas ingleses, franceses e de outros países capitalistas e não capitalistas, na prática dissolvendo a Internacional. O assassinato de Jean Jaurés, líder da seção francesa da Internacional, poucos dias antes da declaração da guerra, representou o fracasso da doutrina antimilitarista até, então defendida pelos socialistas. Estes cindiram-se entre os social-patriotas e os socialistas internacionalistas.

Assim, a guerra imperialista, entre 1914 e 1918, foi acompanhada da profunda divisão entre os socialistas. De um lado, confrontou a Alemanha, o Império Austro-Húngaro, e o Império Otomano contra a Entente (Inglaterra, França, Rússia, Japão, Estados Unidos), apoiados pelos socialpatriotas de cada um desses blocos de países. Foi a primeira de proporções realmente mundiais e resultou, como era esperado pelas potências imperialistas, numa nova divisão colonial do mundo e dos lucros complementares que a exploração colônia e semicolonial proporcionava. Os alemães perderam as possessões que tinham na Ásia e na Oceania para o Japão. Ingleses e franceses retalharam entre si o antigo Império Otomano, enquanto os Estados Unidos se tornaram credores das potências europeias e passaram a disputar com a Inglaterra a hegemonia marítima e semicolonial.

Na prática, as veleidades do capitalismo sobre a possibilidade de estabelecer uma sociedade afluente nos países em que se desenvolvera e no mundo, ruíram com a deflagração da guerra mundial de 1914. A evolução mundial imperialista significou o confronto bélico armado entre dois grandes grupos de países imperialistas e associados menores, e o deslocamento da luta de classes dos países capitalistas avançados para as colônias e semicolônias, de baixo desenvolvimento capitalista.

Por outro lado, também resultou em algo não esperado, ao menos pelas potências imperialistas e seus teóricos. As revoluções rus-

sas de 1917 (fevereiro e outubro), seguidas de tentativas revolucionárias e de movimentos de libertação na Mongólia (1917), Hungria, Alemanha, Turquia e Arábia (1918), China (1919), e Índia e diversas colônias, foram a primeira demonstração de que o epicentro da luta de classes havia realmente se deslocado dos países capitalistas avançados para os países economicamente atrasados do ponto de vista capitalista. Isto é, países em que as forças produtivas que cabiam dentro deles às vezes nem sequer haviam desabrochado, ou apenas davam seus primeiros passos.

Até esse momento, o imaginário socialista era mantido tanto pela literatura utópica, comunista e socialista, quanto pela literatura científica acerca do socialismo como transição para o comunismo. Com a vitória da revolução russa, o socialismo passava a ser uma experiência prática numa situação material e cultural não prevista pela teoria científica.

A revolução russa

A Rússia era um império politicamente autocrático, no qual ainda predominava a opressão feudal sobre os camponeses e a opressão nacional sobre as diversas etnias ou nacionalidades que englobava. O tzarismo era um regime centralizado, que impedia qualquer autonomia administrativa, utilizando um sistema (okrana) de controle repressivo extremo, e a infiltração policial como forma de desbaratar qualquer oposição. Não fazia qualquer concessão ao campesinato, utilizava a pena de morte e o desterro na Sibéria como formas de impedir qualquer pensamento crítico (Dostoievsky foi condenado à morte, depois transformada em desterro, pelo realismo literário de suas obras), e incentivava as campanhas de matança (progroms) dos eslavos contra semitas, ciganos e outras minorias nacionais.

Do ponto de vista político, desde o início do século 19, a Rússia passou a contar com movimentos e sociedades secretas que trabalhavam pela derrocada do tzarismo. Primeiro, com os dezembristas de 1825, influenciadas pelas ideias liberais. Depois, com os populistas (narodniks), a partir de 1860, comunistas primitivos que supunham possível transformar as terras de uso comunitário (mir) na base material para evitar o desenvolvimento capitalista na Rússia e implantar o comunismo. Um dos principais líderes populistas, Danielson, traduziu *O Capital* e manteve uma interessante correspondência a respeito com Marx.

A seguir surgiram os nihilistas, ou anarquistas, que simplesmente negavam tudo. As organizações Terra e Liberdade, de influência camponesa, e Vontade do Povo, os terroristas individuais e coletivos, e o grupo Emancipação do Trabalho precederam a formação,

em 1898, do Partido Operário Social Democrata Russo, que agrupou várias correntes de tendência marxista, as duas principais sendo os mencheviques (minoridade no Congresso de 1903) e os bolcheviques (maioria no Congresso de 1903).

Os mencheviques eram socialistas que defendiam a necessidade da revolução democrático-burguesa e do desenvolvimento capitalista como condição para a revolução socialista. Os bolcheviques negavam a capacidade da burguesia russa em realizar a sua revolução democrática e empreender o desenvolvimento capitalista. Por isso, defendiam a necessidade de uma revolução popular e de uma ditadura do proletariado como condição de realizar o desenvolvimento das forças produtivas e criar as condições para a construção do socialismo. A revolução de 1905, derrotada, mostrou que a Rússia tendia para o tipo de revolução popular sugerida pelos bolcheviques.

O czarismo bem que tentou realizar algumas reformas após 1907. Introduziu um parlamento (Duma), elaborou uma Constituição, realizou projetos de colonização agrícola, ao mesmo tempo em que suprimiu o sistema de terras comunitárias e incentivou os latifundiários (kulaks) a empregarem trabalho assalariado. No entanto, a partir de 1912, as exigências de mais poder para a Duma, as revoltas camponesas e nacionais, a guerra dos Balcãs e o rearmamento preparatório para a guerra contra a Alemanha e o Império Austro-Húngaro, foram a justificativa para o retorno à autocracia completa.

Com uma industrialização tardia, concentrada em algumas poucas cidades de sua porção europeia, como Petersburgo e Moscou, a Rússia era o elo mais fraco do conjunto dos países imperialistas que se lançou na guerra mundial de 1914. Isto já ficara demonstrado durante sua guerra contra o Japão, em 1904-1905, quando sofreu uma derrota vergonhosa. Mas, durante a primeira guerra mundial, a fraqueza da monarquia russa ficou ainda mais evidente. Obrigada a convocar e armar milhões de camponeses, cujo único desejo era voltar para casa e ter sua própria terra, foi incapaz de treiná-los militarmente e de manter a produção e a distribuição dos gêneros alimentícios para as tropas e para a população civil.

As sucessivas derrotas da Rússia frente à Alemanha, e as perdas territoriais e humanas, fermentaram uma situação revolucionária de muito maior intensidade do que em 1905. Sucederam-se levantamentos populares contra a guerra, e o exército experimentou um crescente processo de desagregação. Uma parte da burguesia se deu conta de que o czarismo era incapaz de dar solução à bancarrota em que o país se encontrava e dirigiu a revolução de fevereiro de 1917, organizando um Governo Provisório na perspectiva mais de manter os acordos bélicos com a Inglaterra e a França do que transformar a Rússia num país capitalista avançado.

Nessas condições, foi incapaz de entender as demandas reais dos camponeses e dos operários armados (paz, pão e terra), que eram a maior parte das tropas, e tentou dar prosseguimento à participação da Rússia no conflito. Entre fevereiro e março daquele ano ocorreram sucessivos levantamentos dos corpos de exército contra o prosseguimento na guerra, e foi formado o comitê do conselho operário (soviet) de Petrogrado, reiterando aquelas demandas. O exemplo do soviet de Petrogrado, dirigido pelos mencheviques, ganhou caráter de massa nas demais cidades e áreas rurais russas, fazendo paulatinamente surgir uma nova situação revolucionária.

Em abril, Lenin conseguiu retornar do exílio e, diante da nova situação, lançou suas Teses de Abril. Nelas, conclamou “todo poder aos soviets”, a constituição da república dos soviets, a nacionalização dos bancos e da propriedade privada, e a terra para os camponeses. Em julho os bolcheviques foram acusados de tentarem um golpe militar contra o governo provisório, justificando a reação das tropas comandadas pelo general Kornilov, e a repressão que se seguiu. Entretanto, a formação de um novo governo, dirigido por Kerensky, e a retomada da tentativa de prosseguimento da guerra, levaram as correntes do POSDR dirigidas por Trotsky, Zinoviev e Kamenev a se aliarem aos bolcheviques e a adotarem as Teses de Abril como seu programa de luta.

A primeira consequência dessa adesão foi a fundação do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia. A isso se seguiu a disputa pelo

apoio dos batalhões do exército, majoritariamente compostos de camponeses e operários. Entre outubro e novembro ocorreu o levante das tropas do soviet de Petrogrado e a derrubada do governo Kerensky. O congresso panrusso dos soviets constituiu o soviet de comissários do povo como órgão de governo, que decretou a cessação da guerra, a divisão da propriedade da terra, e a autodeterminação das nacionalidades que antes faziam parte do império czarista.

Lenin teve que reconhecer que os camponeses não queriam a nacionalização da terra, mas sua propriedade partilhada. Além disso, outras correntes que haviam participado da revolução pressionavam pela eleição de uma assembleia constituinte. A formação desse novo órgão de poder representou uma disputa aberta contra os soviets, sendo resolvida em dezembro pela dissolução da constituinte. O poder soviético tornou-se o único poder, colocando as correntes comunistas e socialistas russas diante de uma situação inusitada.

Elas haviam travado, nos anos anteriores, intensos debates em torno da necessidade do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas para contar com suas realizações técnicas e materiais para construir o socialismo. As lutas de classes que elas incentivavam, para forçar a burguesia a elevar os salários, reduzir as jornadas e melhorar as condições de trabalho, na verdade não tinham como objetivo único a melhoria da situação material e cultural dos trabalhadores. Visavam também empurrar a burguesia a manter o revolucionamento das forças produtivas, e elevar a consciência e a organização dos trabalhadores.

Mas elas se dividiam quanto à possibilidade de tomar o poder político e substituir não apenas a aristocracia feudal, mas também a burguesia nesse poder. O problema é que revoluções sociais são um processo que emerge espontaneamente do aguçamento das contradições e lutas entre as classes. Quando as classes dominantes já não conseguem manter sua influência e seu domínio como antes, e as classes dominadas já não aceitam continuar vivendo como até então, cria-se uma *situação revolucionária*. Tal situação pode ou não transformar-se numa *revolução*, dependendo da ação que as

forças políticas, gestadas de um lado e do outro, desencadearem. Na Rússia de 1917, no espaço de dez meses, criaram-se duas situações revolucionárias, colocando as forças revolucionárias comunistas e socialistas diante da necessidade inelutável de tomar a posição que era esperada delas.

O resultado vitorioso da revolução russa colocou os revolucionários socialistas e comunistas diante do desafio de dar rumo à construção do socialismo numa sociedade em que as forças produtivas criadas pelo capitalismo ainda estavam engatinhando em seu desenvolvimento. Teoricamente, não poderiam criar novas e mais altas relações de produção antes que as condições materiais para a sua existência houvessem amadurecido.

Na prática, a revolução de outubro havia se realizado tanto contra o tzarismo feudal, quanto contra o capitalismo nacional e estrangeiro presente em seu território, embora a reforma agrária tivesse um componente democrático-burguês evidente. Por um lado, pretender impedir o desenvolvimento do modo capitalista de produção, circulação e distribuição, cujo papel histórico consistia justamente em desenvolver as forças produtivas e, portanto, a criação das condições materiais para a transição socialista, ou para o comunismo, poderia representar uma ação reacionária. Por outro, tomar o poder para colocar o capitalismo em funcionamento para desenvolver as forças produtivas poderia parecer uma “traição ao socialismo”.

É evidente que, para enfrentar esse problema estratégico da construção do socialismo num país atrasado e complexo como a Rússia seria preciso, primeiro, encontrar a solução do problema da paz em separado e da desastrosa situação econômica e social do país devastado. Trotsky, então ministro da guerra, ao invés de estabelecer a paz com os alemães, queria continuar a guerra, a pretexto da impossibilidade da construção do socialismo em um só país e da necessidade do Estado soviético participar das demais revoluções contra o capitalismo. Lenin e os demais dirigentes do PC defenderam que o mais importante seria consolidar o novo Estado e cumprir o compromisso de paz, pão e terra.

A retomada das hostilidades, por ordem de Trotsky, e a consequente derrota das tropas russas, levou os alemães a fazerem novas exigências na conferência de paz em Brest-Litovski. O novo Estado soviético devia renunciarse à Lituânia, Letônia, Estônia e aos territórios russos tomados pela Polônia. Devia reconhecer a Finlândia e a Ucrânia como estados independentes. E teria que pagar indenizações de guerra à Alemanha. Os soviéticos aceitaram esses termos em março de 1918, como forma de se lançarem na solução dos graves problemas enfrentados pelo novo Estado.

A situação econômica e social da Rússia, após os anos de guerra, era de uma agricultura destruída, indústria desorganizada, disseminação da fome por todo o território, e crescente banditismo rural e urbano. Do ponto de vista político e militar, eram grandes as dificuldades para organizar a federação das repúblicas, resolver a cisão com os socialistas revolucionários, enfrentar os levantes das tropas lideradas por generais czaristas (brancas), e derrotar a intervenção militar das 13 potências estrangeiras que pretendiam esmagar a revolução.

Em termos gerais, havia guerra civil internamente e bloqueio econômico e político internacional. Foi preciso implantar o “comunismo de guerra” e a reforma agrária para resolver os problemas econômicos e sociais, nacionalizar as propriedades estrangeiras e da burguesia russa, estimular a continuidade do funcionamento dos soviets como poder de Estado, organizar o Exército Vermelho, e passar à contra-ofensiva militar contra os exércitos “brancos” e estrangeiros.

Para complicar, havia uma brutal ausência de quadros qualificados para exercer o poder. Disseminaram-se as greves operárias. Os camponeses especulavam com os produtos agrícolas. Os marinheiros de Kronstadt, insuflados pelos anarquistas, realizaram uma insurreição armada. E as divergências internas sobre a estratégia a seguir resultaram em ações armadas e sabotagens, praticadas tanto pelos “brancos” quanto por revolucionários descontentes.

A rigor, somente a partir de 1921 foi possível começar a tratar da construção socialista na Rússia revolucionada. A esperança de que tivesse sucesso a revolução na Alemanha, um país já avançado do

ponto de vista capitalista, e capaz de contribuir na construção de um país atrasado como a Rússia, não se concretizou. Os demais processos revolucionários, em curso no mundo após a guerra, eram em geral processos democrático-burgueses, não socialistas. Isto é, visavam realizar as reformas burgueses necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, incluindo a criação da classe operária, como passo necessário à luta socialista.

Nessas condições, a construção socialista na Rússia não tinha qualquer experiência que pudesse nutri-la, excetuando a teoria marxista de que nenhuma formação econômica social se extingue antes de haver esgotado seu papel histórico. Por outro lado, havia a experiência do papel do Estado na construção do próprio capitalismo, a exemplo do Japão e da Alemanha, que combinaram elementos estatais capitalistas com elementos da formação feudal para desenvolver a burguesia e seu modo de produção.

A batalha teórica para tentar algo idêntico na nova república soviética, combinando instrumentos estatais socialistas com elementos capitalistas, resultou na NEP – Nova Política Econômica – que vigorou até 1928, e sempre representou um pomo de discórdias entre os comunistas russos e entre outras correntes socialistas. A NEP era, na verdade, a adoção de um capitalismo de Estado, com um sistema de impostos em espécie, mercado de trabalho e mercado interno de bens, participação de empresas privadas nacionais e estrangeiras, controle estatal do comércio externo, e construção de empresas estatais nas áreas estratégicas da economia.

Essa política foi qualificada de “traição à revolução” por uma série de correntes políticas internas e externas. Para muitos era inconcebível aceitar investimentos estrangeiros, estabelecer relações com países capitalistas, utilizar técnicos burgueses qualificados, reprimir os socialistas terroristas, e permitir que os kulaks operassem livremente no mercado. O pior acontecimento desse período foi o atentado dos socialistas revolucionários contra Lenin, que lhe causou lesões permanentes, o obrigou a ser substituído na secretaria geral do PC por Stálin, e o levou à morte em 1924.

Apesar disso, o processo de consolidação política do novo Estado avançou, com a realização do congresso de unificação dos soviets das diversas nacionalidades presentes no território do antigo império russo, a fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, e a aprovação da Constituição multinacional. No entanto, os ventos nacionais e internacionais não eram favoráveis a um processo relativamente lento de industrialização da URSS.

Internamente, ocorria uma “guerra civil extra”. Repetiram-se atentados contra dirigentes do PC e contra embaixadores estrangeiros, um dos quais matou o embaixador alemão. Elevaram-se vozes a favor da realização da “revolução permanente” e pelo fim da NEP, paralelamente à organização de complôs armados contra o Estado soviético. No front externo ocorria uma baixa na produção de bens e uma queda do comércio internacional, com as potências capitalistas dando prioridade à indústria bélica. Havia um aumento da capacidade técnica dos Estados Unidos, mas uma redução dos créditos e dos investimentos internacionais, ao mesmo tempo em que se elevava a especulação financeira.

Em especial na Europa, mais particularmente na Itália, Alemanha e Hungria, e também no Japão, cresciam as restrições às migrações de trabalhadores e o apelo a regimes fascistas e ao militarismo. Desde 1922 o fascismo se estabelecera na Itália, com o propósito explícito de promover uma nova divisão colonial, enquanto na Alemanha o nazismo se apresentava como salvação da “raça germânica”, com o direito milenar de se expandir para leste. Países capitalistas, a exemplo do Japão, divulgavam planos de expansão, ao mesmo tempo em que realizavam uma cruzada contra a III Internacional Comunista e contra o comunismo em geral.

Assim, à medida que se tornava evidente que o fascismo estava em ascensão e que as principais potências capitalistas estavam envolvidas na cruzada anticomunista, tendo a destruição do regime dos soviets como objetivo central, a questão da industrialização rápida e da construção de uma indústria bélica colocou-se objetivamente na ordem do dia. O sistema da NEP, numa época em que a

exportação de capitais ainda não de tornara uma necessidade imperiosa para os capitalismo nacionais avançados, e em que aumentava o bloqueio à URSS, não poderia atender aos novos desafios internacionais.

A NEP foi então substituída por um sistema puramente estatal, orientado por planos quinquenais. Para suprir a necessidade de força de trabalho para o processo industrial foi preciso reorganizar as propriedades camponesas e agregá-las em unidades coletivas, cooperativas, ou kolkoses. Nelas, as terras deveriam ser roturadas por máquinas agrícolas cujo controle também estava sob comando estatal nos chamados sovcoses, ou estações de máquinas e tratores. O processo de agregação dos camponeses gerou conflitos, mas foi realizado com sucesso, liberando grandes contingentes de força de trabalho para os planos industriais.

Para atender às necessidades de investimentos, o sobrevalor criado pelos trabalhadores passou a ser totalmente apropriado pelo Estado, ao mesmo tempo em que o consumo era restringido. O que era, em parte, compensado pelo pleno emprego e por uma distribuição equitativa da renda. Assim, entre 1929 e 1939, a União Soviética, sob a ameaça de invasão imperialista, construiu em ritmo acelerado grandes indústrias siderúrgicas, químicas, metal mecânicas, e de outros setores, incluindo um complexo de indústrias militares que ia da fabricação de tanques, canhões e lança-foguetes à fabricação de vasos de guerra e aviões de combate.

Paralelamente, para suprir a necessidade de força de trabalho científica e tecnicamente qualificada, a União Soviética adotou uma política cultural incluindo a eliminação do analfabetismo, a educação primária obrigatória de 9 anos gratuita, a disseminação de escolas técnicas e universidades, e o estímulo às ciências e às novas tecnologias. Isso, sem esquecer o estímulo ao ensino das línguas nacionais, à música, ao teatro, à dança e aos esportes.

Desafios das novas contradições interimperistas

Nesse mesmo período, a situação internacional se deteriorou. A partir de 1929, a crise econômica abalou a economia dos Estados Unidos e praticamente atingiu a todos os países do mundo. Comprovando que o chamado Plano Tanaka, de Construção do Grande Japão, não era um documento falso, o Japão invadiu a Manchúria em 1931, dando partida à nova partilha colonial do mundo. Em 1933, os nazistas venceram as eleições na Alemanha e começaram a colocar em prática as políticas interna e externa propostas por Hitler em seu *Mein Kampf*, tendo em vista a expansão alemã sobre o que considerava seu “espaço vital”. A Itália, por sua vez, em 1935 invadiu a Abissínia (Etiópia) e, em 1936, em aliança com a Alemanha nazista, interviu na guerra civil espanhola.

Em 1937, Itália, Alemanha e Japão firmaram o Pacto AntiComintern, tendo como mira liquidar o “bolchevismo soviético”. Nesse mesmo ano o Japão invadiu o resto da China. A essa altura, as previsões de Lenin quanto à *era das guerras imperialistas* concretizavam-se rapidamente, obrigando a União Soviética a agilizar suas ações internacionais para não ficar isolada. Desde 1932, ela estabeleceu tratados de não-agressão com países da Europa Oriental e vinha tentando ampliar esse número. Em 1933 finalmente conseguiu ser reconhecida diplomaticamente pelos Estados Unidos. Em 1934, ingressou na Liga das Nações. Em 1935 firmou o tratado de não-agressão com a França, e declarou seu apoio às frentes populares antifascistas que se formavam pelo mundo.

No entanto, em 1937 fracassaram as negociações da União Soviética com a França e a Inglaterra para estabelecerem uma aliança con-

tra a expansão militar alemã. Esse fracasso é acompanhado, em 1938, pela anexação alemã da Áustria, e pelo Acordo de Munique, pelo qual a Inglaterra e a França deram carta branca a Hitler para invadir a Checoslováquia e preparar a invasão da URSS. O que começou a se concretizar em 1939, não só com a anexação da Checoslováquia, mas também com a invasão de Memel, na Lituânia, e com exigências à Polônia para a anexação de Dantzig pela Alemanha, deixando aberto um corredor para a invasão do território soviético.

Os poloneses, porém, apesar de sua aversão aos soviéticos, negaram-se a ceder Dantzig, colocando Hitler diante da necessidade de invadir a Polônia como condição de marchar sobre o leste. Por outro lado, ele não queria que os soviéticos se envolvessem na defesa polonesa, o que poderia complicar o engajamento das forças militares alemãs. A União Soviética, por seu turno, não estava ainda em condições de empenhar-se, ainda mais sozinha, no esforço bélico contra os nazistas. Ela precisava ganhar tempo e, nesse sentido, a proposta de assinar um pacto de não-agressão com a Alemanha caiu como uma luva, embora não fosse entendida por grande parte dos socialistas e comunistas do resto do mundo.

A invasão da Polônia pelos nazistas, porém, colocou a França e a Inglaterra numa situação inesperada e não desejada, já que tinham acordo de defesa mútua com aquele país. Não lhes sobrou alternativa senão declarar guerra à Alemanha, mudando completamente seus planos de liquidar a União Soviética pelas mãos dos nazistas. Mas, a partir de então, as tropas nazistas estavam nas fronteiras anteriores ao acordo de Brest Litovski, frente à frente com as tropas soviéticas de fronteira. O que colocava a União Soviética diante da necessidade de acelerar seus preparativos para confrontar a inevitável invasão.

As indústrias de base foram transferidas para os Urais, os comandos militares foram mudados e preenchidos por oficiais mais jovens e mais qualificados, e os sistemas defensivos antitanques foram reforçados. A possibilidade dos nazistas utilizarem o território da Finlândia para penetrar na União Soviética, e a negativa do governo desse país em estabelecer um acordo de não-agressão, levou a União Soviética a realizar uma guerra preventiva contra ele, em novembro de 1939.

Em 1940, a União Soviética teve a certeza de que o Japão não pretendia reforçar a invasão alemã, atacando-a pelo leste, e assinou um pacto de não-agressão com esse país, fundamental para a transferência de muitos contingentes militares sediados nas fronteiras orientais. E definiu uma estratégia de guerra patriótica de defesa: organização de comitês de defesa em todas as regiões; terra arrasada no processo de retirada militar; organizações de guerrilhas nas áreas ocupadas pelas tropas nazistas; e reestabelecimento dos comissários políticos nas unidades militares. Assim, quando as tropas alemãs invadiram o território da URSS, em junho de 1941, com uma máquina de guerra até então nunca vista, o terreno interno para a batalha entre socialismo e fascismo estava preparado.

No entanto, no terreno internacional havia muito a fazer. Seria um erro enfrentar sozinha tal máquina. O governo soviético se esforçou, então para criar uma frente única com as potências imperialistas contrárias ao nazismo. Assinou um pacto com os ingleses, um acordo com os Estados Unidos para a compra de equipamentos militares, e um acordo com o governo polonês no exílio para a participação de tropas da Polônia internadas na União Soviética. Depois, nas conferências de Teerã, Yalta e Potsdam, esforçou-se em convencer os americanos, ingleses e franceses a abrir uma segunda frente contra os nazistas no oeste da Europa, frente que só se concretizou em 1944, quando as tropas soviéticas já avançavam no rumo de Berlim.

A segunda guerra mundial foi outra tentativa imperialista de redivisão colonial do mundo. Embora o objetivo inicial dos países imperialistas fosse a liquidação da experiência soviética através dos imperialismos alemão, japonês e italiano, estes se mostraram mais perigosos do que o socialismo soviético. Criou-se então uma aliança tática entre os socialistas e as burguesias que parecia impensável para qualquer dos lados. Mas os resultados da conflagração mundial só coincidiram, em parte, com o esperado pelas burguesias ocidentais. A não ser a burguesia norte-americana, que lucrou enormemente com a guerra, transformou os Estados Unidos na fábrica do mundo, não sofreu qualquer destruição de seu território, e conquistou a hegemonia do mundo capitalista.

Inglaterra, França, Alemanha e todos os demais países capitalistas europeus, sofreram perdas materiais e humanas imensas. O Japão também saiu da guerra quase totalmente destruído. Ou seja, no chamado campo imperialista, ocorreram perdas generalizadas. O mesmo aconteceu com a União Soviética. Toda sua área ocidental ficou arrasada e ela perdeu 14 milhões de soldados e 20 milhões de civis. Apesar disso, ela emergiu como grande potência mundial e com grande prestígio internacional. Além disso, passou a contar com novos governos democrático-populares aliados no leste da Europa, oriundos das forças comunistas e socialistas que haviam organizado a resistência contra a ocupação nazista. Nos demais países europeus, os comunistas e socialistas ressurgiram com novas forças e grande prestígio.

Na Ásia, para organizar a resistência contra os japoneses, as potências imperialistas ocidentais viram-se na contingência de aliar-se a movimentos guerrilheiros comunistas e nacionalistas. Exceção foi o governo francês de Petain, que capitulara à invasão alemã e fez com que as tropas francesas na Indochina servissem como corpos de polícia do exército japonês. De qualquer modo, essas guerrilhas se tornaram a base e o aríete dos movimentos de libertação nacional que incendiaram o continente oriental após a guerra.

Na África, o enfraquecimento do poder de repressão militar dos colonialistas europeus também não conseguiu impedir que nascessem inúmeros movimentos de libertação nacional. A luta anticolonialista ganhou coloração nacionalista e socialista em todo o mundo. O que, para os países imperialistas e para as burguesias dos demais países capitalistas representou a emergência de um perigo que não pretendiam ver crescer. Os Estados Unidos, como potência imperialista hegemônica, tomou a iniciativa de organizar a resistência ao que denominaram “perigo comunista”. Truman, que substituíra Roosevelt na presidência, estabeleceu a nova doutrina de “liderança norte-americana”, “contenção do comunismo” e “direito de intervenção” onde fosse necessário, tendo por base seu poderio atômico.

Desafios da Guerra Fria

Logo depois, ainda em 1946, o ex-primeiro-ministro inglês, Winston Churchill, cunhou o termo “guerra fria” para caracterizar o novo cenário mundial de divisão do mundo em dois blocos antagônicos, o “bloco democrático” e o “bloco comunista”. Tropas inglesas desembarcaram na Grécia para ajudar os monarquistas a derrotar as guerrilhas dirigidas pelos comunistas. E fizeram o mesmo na Indochina, ajudando as tropas francesas a reprimir o governo democrático do Vietnã, apesar de todos os esforços deste para encontrar uma solução negociada com a França.

Aparentemente, o socialismo estava em ofensiva e o capitalismo na defensiva. Na prática, a URSS saía extremamente combalida da guerra. A maior parte dos 34 milhões de seus mortos era constituída de seres humanos no auge de sua força física e mental. Ou seja, sua força de trabalho sofrera um corte profundo que necessitaria de uma década ou mais para ser reconstituída. A reconstrução do seu território ocidental também necessitaria de grandes investimentos. E o país ainda não dominava totalmente a energia nuclear. Portanto, sua estratégia deveria ser defensiva, estimulando movimentos pacifistas, ampliando suas relações diplomáticas, e utilizando seu poder de veto na nova Organização das Nações Unidas – ONU, para evitar o agravamento das tensões internacionais.

Talvez por isso, os soviéticos tenham se esforçado tanto para evitar uma nova guerra civil na China e, depois, para achar uma saída negociada para a guerra da Coréia. No entanto, a vitória dos comunistas na China e, logo depois, o empate na guerra da Coréia, e a eclosão de inúmeros movimentos de libertação na Ásia e na Áfri-

ca, pareceram confirmar que o movimento socialista estava mesmo em ofensiva.

Além disso, os soviéticos e a maior parte dos comunistas de todo o mundo acreditaram que a economia estatizada passara pelo teste da guerra e fora capaz de sustentar o país dos soviets no maior desafio de toda a sua história. Sequer repararam que a economia capitalista também fora comandada pelo Estado durante a guerra, e que a economia soviética começara, logo depois da guerra, a apresentar problemas diversos. O sistema anterior de industrialização se mostrava ultrapassado pelas inovações técnicas proporcionadas pela indústria bélica. Os planos macroeconômicos obrigatórios engessavam os planos microeconômicos das empresas, o mesmo acontecendo com o sistema de monopólio das empresas de circulação e distribuição. A produtividade continuava muito baixa e os mercados domésticos se mostravam deformados, com escassez de inúmeros produtos e crescente compressão do consumo.

Essa situação era ainda mais agravada por uma série de novos fatores. A participação na corrida armamentista, para enfrentar o desafio norte-americano, desviava enormes recursos financeiros da indústria civil para a indústria militar. Tomadas como segredos de Estado, as novas tecnologias criadas pelo setor industrial militar não eram transferidas para o setor civil, mesmo quando já eram militarmente obsoletas. E a exclusão dos fluxos internacionais de capitais e de trocas prejudicava investimentos e absorção de novas tecnologias.

Na prática, a economia da União Soviética e de alguns dos novos países de leste europeu tendia à estagnação, o que provocou um intenso debate econômico interno, desde os primeiros anos da década de 1950, tendo como fulcro a ação ou não da lei do valor no socialismo. Alguns defendiam que numa economia socializada essa lei não tinha mais ação e que os problemas existentes podiam ser resolvidos através da mobilização e de estímulos ideológicos e/ou morais. Outros argumentavam que enquanto a força de trabalho tivesse que ser remunerada pelo salário, a lei do valor continuaria atuando. Nessas condições, seria necessário realizar o cálculo econômico tendo por base a ação do mercado.

No entanto, as relações e contradições Estado/economia, planejamento/mercado, propriedade estatal/propriedade privada, forças produtivas/relações de produção, que a presença do mercado e do dinheiro impunham, mal apareceram nessa discussão. De qualquer modo, foi ela que começou a promover uma descentralização econômica na União Soviética, com a descoletivização agrícola, e a transferência de maiores responsabilidades para os diretores das empresas estatais. Em alguns países socialistas do leste europeu também foi introduzido o direito de atuação de formas econômicas privadas. Essas medidas, porém, não resolveram os problemas de escassez, principalmente de bens não duráveis.

Na prática, elas foram acompanhadas por problemas políticos diversos. Externamente, havia um cerco permanente de pressões externas sobre a União Soviética, promovido pelos Estados Unidos com o apoio da recuperada burguesia europeia ocidental, que montou uma vitrine socialdemocrata para atrair as populações da Europa do leste. A espionagem funcionava a pleno vapor, da mesma forma que as sabotagens.

Internamente, havia temores de todos os tipos em relação à descentralização econômica e à possível descentralização econômica, com uma guerra surda entre grupos da burocracia partidária e estatal, que vivia em simbiose. Talvez por isso, nesse período ganhou vulto uma arrogância soviética internacional, que proclamava a “superioridade socialista” e a “superação da economia norte-americana pela soviética” num curto espaço de tempo. Essa arrogância se manifestou, ainda, nas atitudes chauvinistas de grande potência hegemônica em relação aos demais partidos comunistas, e em relação aos demais países socialistas. Essas atitudes se mostraram na contramão da realidade vivida pelo povo soviético, que enfrentava uma crescente escassez de bens de consumo corrente em virtude de uma tendência constante de estagnação econômica.

Nos anos 1960 essas atitudes levaram ao rompimento com a China e à concentração de um milhão de homens do Exército Vermelho na fronteira desse país asiático, numa ameaça de confronto

armado. Foi desse período também a colocação de mísseis em Cuba, numa evidente provocação aos norte-americanos, que depois resultou numa retirada nada honrosa, e sem qualquer consulta aos cubanos, diante da reação dos Estados Unidos.

Em meados dos anos 1960 houve nova mudança de rumo na política econômica, com a paralização das reformas tentadas desde 1956. A partir daí a situação de declínio econômico, social e político do socialismo soviético se acentuou. E se agravou ainda mais quando, nos anos 1970, os dirigentes soviéticos aceitaram o repto de Ronald Reagan e aceleraram a corrida armamentista da “guerra nas estrelas”. No início dos anos 1980, quando os chineses iniciaram as reformas de mercado em seu socialismo, os soviéticos as trataram com desdém por “terem como centro a economia” e por “não darem importância aos aspectos políticos”.

Em 1985, Gorbachev lançou o novo plano soviético de reformas, combinando a “abertura política”, ou *glasnost*, com as reformas econômicas, ou *perestroika*. A própria liderança soviética pressionou para que todos os países socialistas do leste europeu, assim como a Coréia do Norte, China, Vietnã e Cuba, adotassem o mesmo tipo de reformas.

A *glasnost*, na verdade, destampou o botijão comprimido de demandas sociais e políticas, antes que a economia estivesse em condições de atendê-las. Nesse contexto, as reformas econômicas propostas pela *perestroika* se tornaram ineficazes. O que prevaleceu foi a apropriação privada dos bens públicos por grupos de dirigentes do PC e do Estado, alguns dos quais agiam à maneira da máfia. O resultado foi a piora de todos os problemas que corroíam o socialismo soviético, e a vitória do capitalismo mafioso, tanto na URSS quanto no leste europeu.

Em 1991 essa vitória se consolidou politicamente, com a extinção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a divisão da entidade multinacional em países independentes, e nem sempre amistosos entre si. No leste da Europa, a Alemanha Oriental foi assimilada pela Alemanha Ocidental; a Checoslováquia se cindiu entre a

República Checa e a Eslováquia; a Romênia naufragou em meio a uma revolta; a Polônia e a Hungria passaram a ser governadas por anticomunistas declarados. E até a Albânia, que mantinha a ortodoxia do socialismo de tipo soviético, ao mesmo tempo em que atacava os demais de traidores do socialismo, naufragou do mesmo modo que os outros. O nacionalismo se fez presente com força em cada um desses países, multiplicando-se choques armados entre diversos deles.

O socialismo de tipo soviético se mostrou incapaz de superar suas próprias contradições de sociedade de transição. As potências capitalistas, à frente os Estados Unidos, deram por encerrada a Guerra Fria e alguns filósofos de botequim deram saudades o “fim da história”. Apesar disso, continuaram proclamando-se socialistas a China, a Coreia do Norte, o Vietnã, e Cuba.

A revolução chinesa

A China, certamente mais do que todos os outros países que ingressaram em algum tipo de caminho socialista, tem uma herança histórica de milênios. Sua civilização escrita tem mais de cinco mil anos. Suas tradições escravistas e feudais, assim como suas escolas filosóficas, também perduraram por milênios. Sua centralização nacional tem mais de dois mil anos, o mesmo ocorrendo com suas experiências de guerras internas. E é, provavelmente, o país do mundo em que o campesinato desempenhou um claro papel histórico revolucionário pelo mesmo período.

Por volta do século 14 a China já evoluía no sentido mercantilista, com os mercadores desempenhando um papel ativo no comércio interno e internacional, seja através da rota terrestre da seda, através do noroeste da China e da Ásia Central, seja através da rota marítima da seda, através do Oceano Pacífico, no sudeste da Ásia, e do Oceano Índico, atingindo a Índia, o Golfo Pérsico e o leste da África. No entanto, na luta de classes contra os feudais, os mercadores foram derrotados. Assim, ao não libertar os camponeses do jugo feudal, e apesar da grande riqueza acumulada em sua fase mercantilista, a China não deu o salto para o capitalismo, regredindo em relação aos países europeus que logo depois ingressaram no mercantilismo e revolucionaram sua agricultura.

Assim, quando as novas potências industriais europeias se lançaram na corrida pela nova divisão colonial do mundo, no século 19, a China estava despreparada para confrontá-las. A partir de 1840 ela foi dominada e dividida por diversas potências colonialistas. A rigor, ficou submetida a três jugos: o manchu, da dinastia Qing; o

colonial, das potências europeias e do Japão; e o feudal, em especial dos “senhores de guerra”, isto é, daqueles feudais que possuíam exércitos próprios.

Esses jugos começaram a ser questionados pelas revoltas camponesas e populares. Em 1860, os Taiping desencadearam uma guerra prolongada que chegou a tomar Beijing. Em 1890 surgiu a Liga Revolucionária, sob a égide dos três princípios do povo do Dr. Sun Iatsen (nacionalismo, democracia e bem-estar do povo), que tentou inúmeras rebeliões. Em 1900 ocorreu a revolução dos Boxers. Em 1911, uma aliança entre a Liga Revolucionária e vários senhores de guerra derrubou a dinastia manchú e proclamou a república. Em 1919, a negativa da Conferência de Versalhes em revogar os tratados humilhantes que as potências industriais haviam imposto à China, em repetidas guerras de agressão, levou a um levante popular em todo o país, o Movimento 4 de Maio.

Esse Movimento foi o estopim para um novo patamar na organização dos revolucionários chineses. Em 1920, Sun Iatsen, já sob o impacto da revolução russa, reestruturou sua organização como partido político, o Guomintang, que tomou Guangzhou (Cantão), em 1921, e estabeleceu ali uma república autônoma. Logo depois, proclamou os novos três princípios do povo que deveriam nortear a revolução chinesa: nacionalismo, democracia e socialismo. Paralelamente a isso, vários círculos marxistas, também surgidos sob o impacto da revolução russa, fundaram o Partido Comunista da China.

Em 1923, o PC da China ingressou no Guomintang para participar da expedição militar contra os senhores de guerra do Norte, que dominavam a república chinesa. Essa expedição, abrangendo uma aliança de forças sociais, que incluía os camponeses, camadas populares urbanas, setores burgueses, e senhores de guerra sulistas, marchou para o norte entre 1924 e 1927, quando tomou Nanjing.

A essa altura, o movimento camponês nas regiões limítrofes das províncias de Hunan, Guangdong e Jiangxi havia estabelecido bases guerrilheiras e um governo próprio, causando muito desassossego aos senhores de guerra que participavam da expedição. Chiang

Kaishek, que havia assumido o comando do Guomintang após a morte de Sun Iatsen, em 1925, decidiu então fazer acordo com os senhores de guerra do norte, romper com os comunistas, que apoiavam os camponeses, e suspender a expedição, realizando um golpe militar sangrento que matou dezenas de milhares de membros do PC, principalmente em Nanjing e Shanghai.

Em reação, o PC realizou dois levantes militares: um em Hunan, dirigido por Mao Zedong, e outro em Nansha, dirigido por Zhou Enlai. A unificação das duas forças militares nas bases guerrilheiras das regiões fronteiriças do sul deu origem ao Exército Vermelho e ao desencadeamento da primeira guerra civil revolucionária, cujas principais forças sociais oponentes eram os camponeses e os senhores de guerra, e as principais forças políticas eram o PC e o Guomintang.

No entanto, dentro do PC havia correntes que não concordavam com a linha seguida nas bases guerrilheiras do campo. Havia divergências quanto ao papel dos operários e dos camponeses, quanto aos inimigos principais, quanto à arena principal da luta revolucionária e quanto à forma principal de luta. Entre os que advogavam a luta armada, também havia divergências sobre a estratégia principal a ser adotada nessa luta.

Essas divergências permaneceram sem solução até 1935, quando o Exército Vermelho foi derrotado pela quinta campanha de cerco e aniquilamento do Guomintang por haver adotado a estratégia de guerra de posições e defesa do terreno. Essa derrota obrigou o Exército Vermelho e a direção do PC a realizarem uma retirada estratégica para salvar suas forças.

No início dessa retirada, a direção do PC se reuniu e decidiu realizar mudanças em sua direção e na direção do Exército Vermelho. Mao Zedong, que havia sido destituído da direção da base rural por defender que os camponeses eram a força principal da revolução chinesa, cabendo aos operários a direção, e que a estratégia principal da luta armada deveria ser a guerra de guerrilhas e a guerra de movimento, foi guindado a secretário-geral do PC, enquanto Zhu De foi nomeado comandante geral do Exército Vermelho.

Ao mesmo tempo, essa reunião reiterou a proposta de nova frente única com o Guomindang para enfrentar a projetada invasão do Japão, e transformou sua marcha de retirada estratégica, em “Longa Marcha” estratégica para assumir a linha de frente contra a invasão japonesa no norte do país. Dos 300 mil homens que saíram das bases no sul do país, somente 30 mil chegaram à nova base central de Iannan, no norte, a maior parte se espalhando por regiões rurais do país.

Entre 1935 e 1937, o principal esforço da nova direção do PC e do Exército Vermelho consistiu em consolidar as linhas estratégicas da revolução chinesa: imperialismo e feudalismo como inimigos principais; classe operária como força dirigente; campesinato como força fundamental; luta armada como forma de luta principal; campo como arena principal; cerca das cidades pelo campo e guerra de guerrilhas e guerra de movimento como estratégias principais da luta armada.

Em 1937, depois de negociações difíceis com Chiang Kaishek e somente após os japoneses haverem invadido o restante do território chinês (desde 1931 haviam ocupado a Manchúria, no nordeste), foi estabelecida a nova aliança entre o Guomindang e o PC para realizarem em conjunto a guerra de resistência.

A linha geral dessa aliança, tomando o Japão como inimigo principal, incluía: o reconhecimento, pelo PC, do governo nacional dirigido pelo Guomindang; a inclusão do Exército Vermelho como corpos de exército subordinados ao Estado Maior do Exército Nacional, mas com autonomia de comando; a unidade e disputa no processo de frente única; e a adoção de duas estratégias diferentes no combate ao Japão (uma de resguardo das forças militares e outra de combate permanente contra o exército japonês). Nesse processo, o PC e os corpos de exército dirigidos pelos comunistas (o 8º. e o 4º.) adotaram as linhas de pesquisar antes de decidir, colocar a política no comando dos aspectos militares, e ter como questão principal a situação do povo.

No final da guerra, em 1945, os corpos de exército dirigidos pelo Guomindang possuíam 8 milhões de homens, mas em geral sem

experiência de combate. Os corpos de exército dirigidos pelo PC possuíam apenas 3 milhões de homens, mas com alta experiência de combate. Além disso, as unidades guerrilheiras do PC estavam espalhadas por todo o país. Apesar disso, o Guomindang considerou que suas forças eram esmagadoramente superiores e, nas negociações de paz entre 1945 e 1947, endureceu suas posições ditatoriais. Negou-se a aceitar a proposta de reforma agrária, e realizou o deslocamento de suas forças militares, com apoio norte-americano, para pontos estratégicos que lhe permitissem realizar uma ofensiva esmagadora contra as tropas comunistas.

Tomando a política como comando em relação aos aspectos militares, o PC havia dado público, ainda em 1946, a seu Programa da Nova Democracia, no qual reiterava os três princípios do povo (nacionalismo, democracia e socialismo), se comprometia com a reforma agrária, e estabelecia uma aliança social de longo prazo com a pequena-burguesia e com a burguesia nacional. Em concordância com isso, logo após Chiang Kaishek haver rompido as negociações de paz, o PC emitiu um decreto conclamando os camponeses a realizarem a reforma agrária por seus próprios esforços, o que criou uma situação revolucionária nos campos chineses que ajudou a desbaratar a ofensiva do Guomindang.

Além disso, o PC propôs aos pequenos partidos com os quais fizera aliança durante a guerra de resistência ao Japão constituírem um Conselho Político Consultivo do Povo Chinês, uma reivindicação repudiada pelo Guomindang durante as negociações de paz. E reorganizou suas forças militares, passando a denominá-las Exército Popular de Libertação – EPL, para enfrentar a ofensiva das tropas desse partido e passar à contra-ofensiva. Em dois anos, apesar do apoio material dos Estados Unidos, as tropas de Chiang Kaishek foram derrotadas, refugiando-se em Taiwan (Formosa), ou dispersando-se pelos países do sudeste da Ásia. Em outubro de 1949, em Beijing, foi proclamada a República Popular da China.

Transformação da democracia popular chinesa em socialismo

A revolução chinesa foi vitoriosa justamente no momento em que a Guerra Fria tomava impulso. Os Estados Unidos decretaram o bloqueio completo (diplomático, político, econômico e militar) contra a China. A 7ª. Frota dos EUA postou-se no estreito de Taiwan para impedir que as tropas do EPL libertassem a ilha.

Em 1950, com o evidente empenho de sangrar a revolução chinesa e provocar os soviéticos, tropas dos Estados Unidos e de outros 13 países subalternos, impuseram uma guerra de dois anos à Coréia do Norte. Essas tropas, ao chegarem no rio Ialu, na fronteira da China, esta se viu na obrigação de repelir o perigo por meio de um exército de voluntários de um milhão de homens, obrigando os Estados Unidos a recuar, aceitar as negociações de paz, e reconhecer a antiga fronteira entre as duas Coréias.

Apesar de tudo, em 1953 a China havia retomado os índices econômicos de antes da guerra e havia iniciado a regularização da reforma agrária. E, do mesmo modo que os soviéticos, os chineses se viram forçados à industrialização forçada em vista das ameaças de guerra, neste caso atômica. Além disso, sua aliança democrático-popular de longo prazo com a burguesia nacional sofria percalços porque essa burguesia preferia especular com os grãos ao invés de investir no desenvolvimento das forças produtivas. Nessas condições, o processo de estatização avançou muito rapidamente e os chineses adotaram o socialismo de tipo soviético.

No entanto, sem acesso ao mercado internacional de capitais e com um baixo volume nacional de capital acumulado, os investimentos da industrialização pretendida teriam que sair do valor ex-

cedente criado pelo trabalho humano dos operários e camponeses chineses. No entanto, ao priorizar a indústria pesada de bens de capital, essa tentativa criou desequilíbrios sérios em relação à agricultura e à indústria de bens não duráveis, que deveriam abastecer uma população de mais de 500 milhões de seres.

Em particular, tais desequilíbrios agravaram a situação dos camponeses pobres, que se viam assediados pelos camponeses abastados, e que se organizaram para travar uma luta de classes intensa contra eles. Os operários e os setores sociais intermediários também elevaram suas reclamações contra essa situação, levando o PC, em 1957, a fomentar o Movimento das Cem Flores, no sentido de discutir as críticas com as massas do povo. As medidas corretivas para reequilibrar os departamentos da economia, explicitadas num opúsculo de Mao Zedong intitulado “Tratamento correto das contradições no seio do povo”, constituíram o primeiro desvio chinês no modelo de socialismo de tipo soviético.

Nesse meio tempo, a China desenvolveu uma política internacional de independência em relação ao chamado “bloco socialista” dirigido pela União Soviética. Consolidou sua decisão de reconhecimento de “uma só China”, pela qual só aceitava manter relações diplomáticas com países que não reconheciam Taiwan como uma república aparte da China; não se preocupou em tomar Hong Kong e Macau, colônias inglesa e portuguesa encravadas em seu território, para mantê-las como “janelas abertas” à negociação com os demais países; e participou ativamente do Movimento de Países Não-Alinhados, que incluía a Índia, Iugoslávia, Indonésia, e uma série de outros países que se negavam a subordinar-se às políticas excludentes da Guerra Fria. Com isso, teve papel importante na elaboração e aprovação dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica aprovados na Conferência de Bandung, Indonésia, em 1954.

Por outro lado, os reajustamentos de 1957, assim como a permanência da luta de classes entre os camponeses pobres e os abastados, introduziu uma discussão sem fim sobre o fator determinante na construção socialista: forças produtivas ou relações de produ-

ção? Essa discussão ganhou envergadura diante das reformas soviéticas, de 1956 em diante, e das tentativas soviéticas de subordinar as políticas chinesas à sua direção. Internamente, o equilíbrio manteve-se até 1966, apesar dos planos contraditórios do “grande salto adiante”, de 1958 a 1962, e da tentativa das “quatro modernizações”, de 1964 a 1966.

1966 foi o ano em que o equilíbrio na disputa entre os dois pontos de vista sobre a construção socialista foi rompido pela “revolução cultural”. Esta procurou impor, através da mobilização massiva e ideológica do povo, as relações de produção e o igualitarismo como fatores determinantes na construção socialista. Paradoxalmente, o socialismo de tipo soviético impunha esse mesmo caminho, mas através do planejamento centralizado governamental. Na China, nesse período, tal caminho tentou ser implantado através da participação democrática direta das grandes camadas do povo. O exemplo mais significativo dessa participação foram as “comunidades populares” camponesas, organizadas em brigadas e grupos de produção de acordo com as decisões dos próprios participantes, para realizar a produção agrícola e demais atividades econômicas, sociais e políticas.

Durante os 10 anos de “revolução cultural” predominou o caminho das relações de produção e do igualitarismo como fatores determinantes para o desenvolvimento das forças produtivas. Todos os que defendiam o caminho das forças produtivas como fator determinante eram perseguidos como “seguidores do caminho capitalista”. Na prática, a democracia direta de massa, ao invés de fortalecer a sociedade, o Estado e o PC, os fracionou. E, ao invés de aumentar as forças produtivas e a produção material, as estagnou, ou as fez decair.

Com esses resultados, o igualitarismo manifestou-se no fato de que, numa população de 1 bilhão e 100 milhões de pessoas, conformou-se uma sociedade de 700 milhões de pobres e 400 milhões que viviam abaixo da linha da pobreza. Com as universidades fechadas, para que os professores e estudantes fossem “reeducados” no trabalho pelos camponeses, houve um retrocesso generalizado

na educação e na cultura. Criou-se uma situação em que a revolução cultural massiva foi paulatinamente perdendo força e reduzindo-se a uma luta de grupos de ultra-esquerda cada vez mais isolados. Em 1976, quando o principal desses grupos, o Bando dos Quatro, foi destituído e preso por tentativa de golpe, a revolução cultural se esgotara por sua incapacidade de cumprir o que projetara.

Os dois anos seguintes foram de avaliação histórica do caminho revolucionário do PC e da sociedade chinesa. Apesar de Mao Zedong ter sido responsabilizado por apoiar a revolução cultural, os comunistas chineses preferiram deixar que o tempo amadurecesse a compreensão sobre as raízes mais profundas desse acontecimento. Embora tenham decidido não seguir as “duas todas” (todas as diretivas e todas as orientações de Mao), eles recuperaram as linhas mestras do que chamam “pensamento maozedong”.

Isto é, a retomada da investigação da realidade para ter direito de crítica, a retomada da prática como critério da verdade, e a retomada do estilo de trabalho no qual o povo é o centro das preocupações. Com base nessas linhas mestras, realizaram os reajustamentos políticos e econômicos necessários à introdução de reformas de longo prazo em seu socialismo, tomando o desenvolvimento das forças produtivas como eixo, e as novas condições internacionais.

Desde o início dos anos 1970, o PC da China levou em conta que ocorriam algumas mudanças profundas na situação internacional. Levaram em conta que os Estados Unidos estavam colocando em prática um reajustamento político estratégico para sair do atoleiro do Vietnã, evitar dispersar suas forças por toda parte, e concentrar seus esforços na corrida armamentista para aproveitar-se dos problemas econômicos da União Soviética e levá-la à derrocada. Além disso, levaram em conta que tais reajustamentos políticos estavam relacionados com as mudanças estruturais no capitalismo norteamericano, que se confrontava com uma cadente taxa média de lucro e uma necessidade imperiosa de exportar capitais, tanto na forma financeira, quanto na forma de plantas industriais, completas e/ou segmentadas.

Paralelamente a isso, o PC da China avaliou que a ascensão do movimento revolucionário, iniciado após a primeira e acelerado após a segunda guerra mundial, estava perdendo força e tendia ao declínio. A guerra do Vietnã tendia a ser o ponto de inflexão da era das revoluções proletárias, configurando uma divisão de três grandes segmentos, ou três mundos: o primeiro, desenvolvido; o segundo, medianamente desenvolvido; e o terceiro, em desenvolvimento e/ou subdesenvolvido, conforme expressado em 1974 na assembleia geral da ONU.

Essas avaliações chinesas os levaram, desde 1970, em pleno auge da revolução cultural, a movimentos de reaproximação com os Estados Unidos, que permitiram terminar o bloqueio contra a China e seu reconhecimento como “um só país”. Assim, foi ainda no curso da revolução cultural que a China ampliou consideravelmente suas relações diplomáticas e políticas com o resto do mundo, criando as condições para realizar sua abertura econômica ao exterior, aproveitando-se das necessidades de exportações de capitais do primeiro mundo e, em parte, do segundo mundo. O que só foi ocorrer em 1979, no curso dos reajustamentos pós-revolução cultural.

Reajustamentos e reformas do socialismo chinês

Em 1978, como resultado do processo de avaliação da experiência histórica de sua revolução e tentativa de construção socialista, os chineses iniciaram um processo de reajustamentos que se estenderam até 1980.

O principal reajustamento foi político, instituindo o fim da vitalidade nos cargos de direção do partido e do Estado. Nenhum posto poderia ser ocupado por mais de dois mandatos. E todos os membros do partido e do Estado, ao alcançarem entre 60 e 65 anos, seriam aposentados para abrir espaço às gerações mais jovens. Como isso exigia um intenso processo de formação ideológica, política, científica e técnica, que só daria resultados a médio prazo, foi organizado um comitê especial de quadros mais antigos para assessorar, por algum tempo, os quadros mais jovens que assumiam responsabilidades no partido e no Estado.

O principal reajustamento econômico consistiu em permitir o retorno dos camponeses a suas parcelas de usufruto, com base em algumas experiências já em curso. Os camponeses poderiam se organizar para a produção de acordo com suas próprias necessidades. E, segundo um “contrato de responsabilidade”, o excedente produzido além da cota de venda ao Estado através da cooperativa poderia ser vendido diretamente no mercado, ou à própria cooperativa, mas neste caso segundo o preço de mercado. Paralelamente, o Estado melhorou os preços que deveria pagar aos camponeses.

Em 1979, houve a abertura aos investimentos externos em Zonas Econômicas Especiais – ZEE, nas quais os capitais estrangeiros deveriam fazer joint ventures com empresas estatais chinesas, transfe-

rir novas ou altas tecnologias para tais empresas, e exportar toda a produção. Em outras palavras, os chineses ofereciam às empresas estrangeiras uma força de trabalho capacitada e relativamente barata, além de isenções fiscais e outros benefícios. Os capitais estrangeiros, em troca, investiam capitais e tecnologias avançadas em empresas estatais chinesas. Estas, por sua vez, internalizavam as novas e altas tecnologias para a indústria doméstica, enquanto ingressavam no mercado internacional na garupa das empresas estrangeiras.

Nesse mesmo período foi apresentado o programa de reformas na economia socialista. Tais reformas deveriam seguir um método isento de choques, serem passo a passo, e com base em experimentações diversas antes de serem generalizadas. Sua estratégia principal consistia em combinar o planejamento macroeconômico do Estado com o cálculo econômico propiciado pelos preços de mercado.

Além disso, seria necessário combinar o tradicional (artesanato, pequenas empresas individuais e privadas) com o avançado (empresas estatais e privadas modernas), tomar as massas do povo como alvo principal do desenvolvimento, enriquecer essas massas em ondas, já que a experiência havia mostrado a impossibilidade de todos enriquecerem ao mesmo tempo, e transformar todas essas estratégias e medidas numa legislação que fizesse com que toda a população, incluindo os dirigentes, agissem de acordo com a lei.

Em 1980 tiveram início as reformas na agricultura, consistindo em universalizar nas áreas rurais os contratos de responsabilidade agrícola, fortalecer os mercados agrários, e estimular a industrialização rural. Paralelamente, nas áreas urbanas deveriam ser realizados experimentos diversos nas indústrias, comércios e serviços estatais, assim como na introdução de outras formas de propriedade social e privada, ao mesmo tempo em que outros 14 portos eram abertos à introdução de investimentos estrangeiros.

A partir de 1984 tiveram início as reformas urbanas. Elas consolidaram as zonas de desenvolvimento e romperam os monopólios do Estado. Ao mesmo tempo, deram autonomia às empresas estatais para competir entre si e com as empresas privadas no mercado.

Persistiram na política de abertura ao exterior, intensificando a importação de bens de capital e iniciando uma massiva exportação de bens de baixo custo.

Em sua política internacional, a China reafirmou sua posição como parte do grupo dos países em desenvolvimento do terceiro mundo. Ao mesmo tempo, abandonou a política de disputa aberta com o imperialismo e a substituiu por uma política que tem a manutenção da paz como objetivo central. Substituiu, também, sua diplomacia de denúncias abertas por uma diplomacia insistente contra os hegemonismos, mas sem alarde.

Além disso, reiterou sua adesão aos cinco princípios de coexistência pacífica, sua oposição à unipolaridade, e seu apoio à multipolaridade. E transformou sua política de “uma só China” na política de “uma China e dois sistemas”, de modo a incorporar Hong Kong, Macau e Taiwan como “regiões administrativas especiais”, nas quais o capitalismo continuaria vigorando autonomamente por outros cinquenta anos, mas a política e a defesa externas ficariam sob a guarda do governo central.

Em 1994, após 10 anos de reformas e experimentos diversos, o PC da China conceituou sua sociedade como “fase primária da construção do socialismo” e como “socialismo de mercado”, na qual o PC e o Estado têm um caráter socialista, enquanto o mercado apresenta um caráter múltiplo, com a ação de diferentes formas de propriedade, tanto sociais (estatais e coletivas) quanto privadas.

Em termos práticos, nos recentes 30 anos de reformas, as forças produtivas desenvolveram-se rapidamente, com o produto interno bruto da China alcançando o segundo lugar do mundo pela paridade do poder de compra. Ou seja, 17 trilhões de dólares americanos, através de um crescimento médio de cerca de 10% ao ano. Paralelamente, mesmo sem contar com qualquer lucro extra de colônias ou semicolônias, a China quase eliminou completamente a miséria e criou uma sociedade afluyente.

Seus problemas atuais concentram-se na permanência de desigualdades sociais, embora num patamar muito superior ao existen-

te antes. Enfrenta, ainda, sérios problemas ambientais, herdados tanto do passado quanto do desenvolvimento acelerado recente. E ainda precisa manter um crescimento médio de 7% ao ano, com vistas a criar 8 a 10 milhões de novos postos de trabalho por ano, e evitar que o desemprego rompa a barreira dos 4%.

Do ponto de vista social, as reformas permitiram a transformação de milhões de trabalhadores rurais em trabalhadores urbanos, fazendo com que a classe operária seja hoje numericamente tão grande quanto o campesinato. Ao mesmo tempo, criou uma vasta pequena-burguesia e uma nova burguesia. Nessas condições, na perspectiva de um contínuo desenvolvimento das forças produtivas, que crie as condições para libertar os seres humanos do trabalho obrigatório para a sobrevivência de cada dia, o futuro do socialismo na China se encontra na perspectiva do PC e do Estado não mudarem sua natureza socialista, e tiverem força suficiente para impedir que a burguesia assuma o poder político.

A revolução cubana e as reformas de seu socialismo

Os cubanos, talvez mais do que outros povos da América Latina, possuem uma experiência revolucionária cuja história está fincada no período colonial espanhol. Durante quase todo o século 19, Cuba viveu uma prolongada guerra revolucionária para livrar-se do jugo colonial espanhol e firmar sua independência nacional. Paradoxalmente, sob o impacto e a influência da guerra de independência dos Estados Unidos contra o colonizador inglês.

No início do século 20, quando os Estados Unidos já haviam construído seu modelo de desenvolvimento capitalista, diferente dos europeus e do japonês, Cuba teve que confrontar-se com o chamado “Destino Manifesto” dessa nova potência capitalista. Os Estados Unidos aproveitaram-se da guerra anticolonial dos cubanos contra a Espanha para tomar várias colônias dessa antiga potência europeia, ocupar Cuba com suas tropas, e impor-lhe o direito de intervir nos assuntos internos cubanos toda vez que considerassem necessário.

Durante toda a primeira metade do século 20 o povo cubano realizou inúmeras tentativas de lutas armadas, ao mesmo tempo em que sofreu intervenções e golpes militares, em geral patrocinados pela grande potência imperialista do continente norte. Em 1953, um grupo de jovens dirigido por Fidel Castro realizou uma ataque ao quartel do exército em Moncada, com o objetivo de apropriar-se das armas e distribuí-las entre o povo.

Embora tenha fracassado, e resultado numa repressão feroz e sanguinária, sua repercussão trouxe à tona o histórico das 4 revoluções armadas dos cubanos em 100 anos, e disseminou a ideia de que seria necessário apelar às armas como solução para os proble-

mas da sociedade cubana. Diante do tribunal militar que o julgava, Fidel delineou os objetivos de seu grupo e do ataque à Moncada.

Declarou-se em oposição ao semicolonialismo, ou neocolonialismo, e pela abertura à participação democrática de todas as correntes políticas. Tendo Marti como inspirador, conceituou o povo cubano como agregação de todas as classes, com exceção da oligarquia, e atacou os conceitos liberais do capitalismo.

Fidel identificou seis problemas fundamentais do subdesenvolvimento semicolonial de Cuba: concentração da propriedade da terra; ausência de industrialização; ausência de moradias; desemprego; educação insuficiente; saúde precária. Diante disso, seu programa revolucionário incluía a reforma agrária, a reforma do ensino, a nacionalização das empresas elétricas e telefônicas (então pertencentes a capitais norte-americanos), o restabelecimento da Constituição de 1940, e a formação de um poder revolucionário.

Essa situação, e o perigo que ela carregava, não eram desconhecidos das elites políticas norte-americanas e das classes dominantes cubanas, que procuraram fazer concessões formais, marcando eleições e concedendo anistia aos presos políticos. Em virtude disso, o Partido Socialista Popular (comunista) e outras organizações oposicionistas tornaram-se legais e foi criado o Movimento 26 de Julho (M26/7), sob a direção de Fidel e outros anistiados.

Mas diante da ausência de reformas estruturais no país, no processo político cubano conformou-se uma crescente polarização entre as tendências ditatoriais e as tendências revolucionárias. Fidel e um grupo de membros do M26/7 se exilaram no México para preparar uma expedição armada, cujo desembarque deveria coincidir com um levante armado em Santiago de Cuba para a formação de um foco guerrilheiro em Sierra Maestra e para apoio a insurreições urbanas.

Ou seja, Fidel e seus companheiros seguiam a senda aberta por experiências idênticas do passado histórico cubano. No entanto, no processo de execução desse plano, o levante de Santiago de Cuba fracassou e o desembarque no território cubano foi desastroso. Salvaram-se apenas pequenos grupos de combatentes, que decidiram

perseverar no objetivo de alcançar Sierra Maestra. Como contaram com o apoio do campesinato nas regiões por onde atravessaram no caminho de Sierra Maestra, transformaram essa região na base para a formação do que chamaram de Exército Rebelde.

Inicialmente havia a suposição de que a greve geral armada desempenharia o papel principal na revolução, como em 1930, em virtude da maior concentração da população nas áreas urbanas. Em 1954 ocorreram atentados a alvos militares, um ataque ao Palácio Presidencial, em Havana, e levantes em Santiago de Cuba e Cienfuegos. No entanto, a tentativa de greve geral, supostamente capaz de se transformar em greve armada e derrubar o regime, fracassou.

Paralelamente a isso, a guerra de guerrilhas levada a cabo pelo Exército Rebelde ganhou proeminência e se disseminou por vários pontos da ilha, abrindo novas frentes. A ofensiva militar de 10 mil homens das tropas do ditador Batista contra Sierra Maestra, que se tornara base principal do movimento revolucionário, saiu derrotada, após 76 dias de combates que pareceram repetir a guerra prolongada de desgaste travada no século 19. Esse fato firmou a proeminência do Exército Rebelde e das ações guerrilheiras rurais sobre as ações revolucionárias urbanas, assim como a direção do M26/7 sobre os demais agrupamentos políticos revolucionários.

Esse processo culminou na vitória da luta guerrilheira e urbana do Movimento 26 de Julho, em 1º de janeiro de 1959. A partir daí, a revolução nacional antiimperialista e democrática viu-se confrontada com a reação e o bloqueio norte-americano, assim como com a oposição feroz dos setores sociais e políticos conservadores e reacionários da sociedade cubana. Reação e oposição que empurraram a revolução, para sobreviver e se consolidar, a avançar rapidamente no rumo socialista, embora tal objetivo não fizesse parte dos objetivos proclamados da luta armada vitoriosa, nem houvesse clareza teórica alguma de como isso poderia se dar.

Essa transformação da natureza do processo revolucionário cubano teve seu ponto fulcral na tentativa fracassada de invasão da ilha por tropas mercenárias, apoiadas pela frota americana, na Playa Girón (Baía dos Porcos), em 1961. A partir daí Cuba foi levada a

enfrentar os mesmos sucessos e problemas dos países que, durante o século 20, haviam ingressado na construção socialista.

Assim, entre 1961 e 1968 a revolução cubana buscou um caminho próprio de desenvolvimento, tanto em meio à nascente crise do “modelo soviético” de construção do socialismo na União Soviética, no Leste Europeu e na China, quanto no bojo do impulso de ascensão das guerras de libertação de povos africanos, asiáticos e latino-americanos. Mas, por uma série de razões econômicas e políticas, nacionais e internacionais, relacionadas principalmente com um mercado seguro para sua produção açucareira, Cuba terminou por mergulhar na construção socialista importando o “modelo soviético”.

A partir daí, e até 1998, Cuba fez um esforço sobrehumano para sobreviver ao naufrágio do socialismo de tipo soviético no contexto de uma forte ofensiva mundial de caráter neoliberal. Esse período, que os cubanos chamam de “especial”, foi suportado sem mudanças significativas no “modelo soviético” de construção socialista. Tal “modelo” permaneceu mesmo quando a situação interna cubana teve certa melhora a partir do momento em que emergiram governos progressistas e de esquerda na América Latina.

No entanto, a continuidade desse modelo começou a colocar em risco a continuidade do socialismo em Cuba diante das mudanças que ocorriam no capitalismo e, também, nos países socialistas que haviam iniciado reformas e obtinham avanços no desenvolvimento econômico e social. Os debates, iniciados em 2010, sobre a necessidade imperiosa de introduzir reformas em seu socialismo, reformas que os cubanos têm chamado de Atualização, parecem representar uma retirada estratégica no contexto dos impasses da emergência progressista na América Latina, África e Ásia, do surgimento da China como país socialista de mercado e como grande potência econômica, da crise capitalista internacional, e do reordenamento das relações com os Estados Unidos.

Elas se parecem muito com o início das reformas chinesas e vietnamitas, mas os cubanos não explicitam claramente essas identidades. Talvez eles precisem de mais tempo para conceituá-las e para demonstrarem sua eficácia.

A revolução vietnamita

As primeiras aglomerações humanas no território que hoje se chama Vietnã - as culturas Hoa Binh e Bac Son - surgiram há cerca de 10 mil anos atrás, após haver domesticado o arroz e alguns tipos de gado. Os primeiros reinos escravistas surgiram por volta do ano 3000 AC, enquanto o primeiro reino unificado, a dinastia Dong Son, foi constituída antes do ano 1000 AC. No século 2 AC, o reinado de Au Lac (ou Van Lang), foi anexado pela dinastia Han, chinesa, que passara a assimilar a seu império muitos grupos étnicos que viviam nos territórios ao sul. Somente no século 10, os viets viram-se livres da dominação dinástica chinesa e voltaram a constituir-se como reino independente e unificado, o Daí Viet.

As sucessivas dinastias posteriores confrontaram-se com novas tentativas de expansão imperial e feudal chinesa e mongol. No início do século 15, dinastia Ming chegou a ocupar o Daí Viet por 20 anos, mas os feudais viets conseguiram expulsar os Ming e fundar uma nova dinastia viet, a Lê. Apesar dessas guerras contra invasores mongóis e chineses, a população viet foi fortemente influenciada pela cultura chinesa. Foi esta que introduziu no Daí Viet o Budismo, o Taoísmo e o Confucionismo, assim como elementos arquitetônicos, artísticos e literários, que se fundiram com as culturas viet e moldaram o caráter do que hoje é o povo vietnamita.

Sob a influência do confucionismo, constituiu-se uma forte burocracia letrada, recrutada através de exames, que começou a se opor à aristocracia fundiária e à influência budista. Esta disputa interna na corte deu chance à ocorrência de revoltas camponesas, levando ao desaparecimento paulatino dos feudos. No século 15, a servidão

agrária e o escravismo doméstico foram abolidos, os camponeses livres tornaram-se o agrupamento ou classe social preponderante, e o confucionismo transformou-se no elemento mais importante na vida comportamental e nas instituições.

Nos séculos 17 e 18, a luta entre os clãs feudais conduziu à divisão do Vietnã em dois. Ao norte, passaram a dominar os senhores Trinh, enquanto ao sul dominavam os Nguyen, cuja capital era Hue. A guerra travada entre esses dois fortes agrupamentos feudais, entre 1627 e 1672, abriu as portas para a penetração dos missionários católicos e para a eclosão de revoltas camponesas. Estes realizaram uma série de insurreições, que culminaram no grande movimento Tai Son (1771-1802), que liquidou os senhores feudais, reunificou o país sob um governo centralizado, impediu que a dinastia Qing chinesa interviesse em favor dos feudais viets, e tentou implantar reformas econômicas e sociais.

No entanto, o movimento Tai Son não estava em condições de superar o regime dinástico e foi subjugado pelos feudais Nguyen, já com a ajuda dos franceses. A re-implantação do regime monárquico feudal ocorreu paralelamente à expansão colonial capitalista europeia. Expulsa da Índia pelos ingleses, a França voltou-se para a península indochinesa, seja através da difusão do catolicismo e da latinização da língua vietnamita (a escrita *quoc-ngu*), seja através da ajuda a Nguyen Anh (Gia Long), para derrotar os Tai Son e reunificar o país sob o império Nguyen, entre 1802 e 1820.

Levando avante sua política colonial, os franceses atacaram Da Nang em 1858, Saigon em 1859, e Hanói em 1873. Em 1884, as forças militares francesas obrigaram à corte de Hue e colocaram o país sob o protetorado da França. Mas os franceses jamais conseguiram pacificar o território viet. Pelo menos desde 1860, insurreições camponesas e guerras de guerrilhas, muitas delas dirigidas por letrados (mandarins), como as de 1885 a 1896, tornaram-se um fato corrente na situação.

Apesar disso, a dominação colonial francesa, ao implantar o sistema ferroviário, as plantations e os sistemas de oficinas e fábricas,

promoveu mudanças na estrutura social viet, fazendo surgir novas classes ou grupos sociais, como os estudantes, a pequena burguesia urbana, a burguesia e a classe trabalhadora assalariada. A burguesia e a pequena burguesia foram os primeiros desses novos grupos sociais a levantarem a ideia da independência nacional, em grande parte influenciadas pelas ideias revolucionárias trazidas pelos jovens vietnamitas enviados para estudar na França.

Após a I Guerra Mundial, Nguyen Ai Quoc, mais tarde conhecido como Ho Chi Minh, e outros estudantes que retornavam da França, como Vo Nguyen Giap, começaram a introduzir o marxismo no território viet. Seus esforços levaram à fundação do Partido Comunista em fevereiro de 1930 e à formulação de uma estratégia de luta que tomava a libertação nacional como parte da revolução mundial, a reforma agrária como aspecto totalmente integrado à luta nacional, e o socialismo como a meta que deveria orientar todos os esforços.

Durante toda a década de 30, os comunistas realizaram um intenso trabalho de difusão de seu programa de luta, dirigido fundamentalmente contra a dominação colonial imperialista e seus colaboradores feudais e burgueses compradores. No início dos anos 1940, quando estourou a II Guerra Mundial e os exércitos franceses na Indochina desmoronaram diante da ofensiva japonesa, os comunistas trabalharam para organizar uma frente única de diferentes setores sociais, a Frente de Independência do Vietnã (Viet Minh).

Durante toda a Segunda Guerra Mundial a luta do Viet Minh esteve voltada fundamentalmente contra os invasores japoneses. Os vietmins estabeleceram bases guerrilheiras por todo o país, desenvolvendo táticas de guerra de guerrilhas, combinadas como movimentos políticos massivos e insurreições nas cidades. Em agosto de 1945, o Viet Minh derrotou o restante de tropas japonesas e francesas que permaneciam no Vietnã e, a 2 de setembro, fundou a República Democrática do Vietnã, tendo Ho Chi Minh como presidente. Em novembro de 1946, porém, as tropas francesas voltaram a atacar o Vietnã, com o apoio de tropas inglesas, proclamando a República Autônoma da Conchinchina e reocupando a antiga colônia.

Diante da superioridade militar francesa, o governo Viet Minh retirou suas forças armadas para as antigas bases guerrilheiras e conclamou os vietnamitas a realizar uma “guerra popular” de libertação contra a reocupação estrangeira. A guerra popular partia do princípio que o inimigo francês era mais forte do que os vietnamitas, tanto material quanto técnica e financeiramente. Nessas condições, para derrotar um inimigo mais forte, os vietnamitas deveriam combinar luta armada com lutas políticas de massa.

Os sete anos de guerra de resistência nacional levaram à vitória de Dien Bien Phu, em maio de 1954, e ao Acordo de Genebra. As tropas francesas retiraram-se do Vietnã e este foi provisoriamente dividido em duas partes, tendo como divisa o rio Ben Hai, situado no paralelo 17. Pelo Acordo, o Vietnã deveria ser reunificado em 1956, através de eleições gerais. No entanto, os antigos colaboracionistas da dominação francesa, como Ngo Dinh Diem, transformados em autoridades da parte sul do Vietnã, colocaram-se contra a reunificação, tendo o apoio dos Estados Unidos. Eles depuseram o imperador Bao Daí e instalaram a República do Vietnã, sob regime ditatorial militar.

Nessas condições, criou-se uma situação em que a parte Norte, sob a direção do PC e de Ho Chi Minh, procurou consolidar a revolução democrática e realizar a construção socialista. Instalou-se um modelo econômico de tipo soviético, com prioridade para as empresas estatais e para o coletivismo na agricultura.

No Sul, o comando ditatorial dos remanescentes feudais e imperialistas procurou manter a situação econômica e social anterior, e evitar qualquer reforma. Mas a negativa de realizar as eleições gerais e unificar o país levou à formação, em 1960, da Frente Nacional de Libertação do Vietnã do Sul (FLN), que ficou conhecido como Viet Cong. O assassinato do Ngo Dinh Diem, em 1963, como resultado das disputas entre os diversos grupos corruptos, aliados dos norte-americanos, e a ação militar clandestina das tropas navais norte-americanas no Golfo de Tonquim, em 1964, deram início à segunda guerra do Vietnã.

Em fevereiro de 1965, o presidente Lyndon Johnson, dos EUA, ordenou o bombardeio do Vietnã do Norte, para evitar qualquer apoio, em armas e alimentos, ao Viet Cong. E, a partir de abril, os norte-americanos iniciaram a chamada *escalada*, consistindo no envio de um número crescente de tropas e equipamentos norte-americanos ao Vietnã do Sul. Em 1968, o número de soldados dos EUA no território vietnamita se elevou a 585 mil homens.

Enquanto o Viet Cong empregava as mesmas táticas de guerra popular utilizadas anteriormente contra os franceses, os norte-americanos utilizavam-se de bombardeios tanto massivos, inclusive com napalm e desfolhantes químicos, quanto da guerra de terra arrasada e confinamento da população em campos cercados.

Em 1968, justamente quando o número de tropas norte-americanas alcançou seu auge, o Viet Cong lançou a primeira grande ofensiva contra uma grande cidade. Hue foi tomada durante a ofensiva do Tet (Ano Novo) durante alguns dias. Com isso, os Viet Cong procuraram demonstrar, para os próprios vietnamitas e para a opinião pública internacional, que as tropas dos EUA tinham sido não apenas incapazes de aniquilar o Viet Cong, como também incapazes de impedir o Viet Cong de se fortalecer, lançar ofensivas de envergadura e, até, ocupar grandes cidades.

A ofensiva do Tet ocorreu num momento em que os EUA tentavam, desesperadamente, obter uma certa estabilidade política entre as diversas facções militares do Vietnã do Sul, com a colocação do general Nguyen Van Thieu como presidente, de modo a “vietnamizar” o conflito e escapar das crescentes pressões que enfrentava, tanto internacionalmente, quanto internamente.

Por um lado, o governo Nixon sentia-se pressionado pelos protestos internacionais contra o emprego das bombas de *napalm* e do *agente laranja*, assim como contra os massacres de civis, a exemplo da aldeia de My Lai, na qual todos os seus habitantes foram fuzilados por tropas norte-americanas, a pretexto de apoiarem os Viet Cong. Por outro lado, os protestos dentro dos próprios Estados Unidos cresceram desmesuradamente, com manifestações da intelectu-

alidade, demonstrações populares de rua, e deserções de jovens convocados para o serviço militar. Um complicador adicional residia no fato de que os EUA jamais declararam guerra oficialmente.

Em 1969, a FNL formou o Governo Revolucionário Provisório (GRP) do Vietnã do Sul, instalando uma dualidade de poderes na parte Sul do Vietnã. Ao mesmo tempo, os norte-americanos haviam estendido a guerra ao Camboja e ao Laos, numa nova tentativa desesperada de cortar qualquer tipo de abastecimento às tropas do Viet Cong pelo Vietnã do Norte. A partir de 1970, o governo dos Estados Unidos iniciaram gestões para saírem com alguma honra do Vietnã. E, em 1973, sentaram à mesa de negociação com o GRP, em Paris.

Pelo Acordo de Paris, os Estados Unidos reconheceram o GRP como um dos poderes do Vietnã do Sul, assim como a existência das forças armadas revolucionárias e das zonas libertadas. Além disso, comprometeram-se a retirar suas tropas do Vietnã e a fazer com que as autoridades pró-americanas do Vietnã do Sul realizassem negociações com o GRP para a instauração da paz.

Em agosto de 1974 os norte-americanos retiraram seu apoio ao governo Thieu, mas este rejeitou todas as propostas do GRP, lançou ataques às zonas libertadas, e realizou prisões em massa dos que advogavam pela execução do Acordo de Paris. Em resposta, as forças armadas do GRP lançaram uma forte ofensiva em março de 1975, contra Buon Me Thuot, no Altos Planaltos, tomando Hue, Da Nang e Nha Trang. A 21 de abril, Thieu fugiu para os Estados Unidos, deixando em seu lugar o general Duong Van Minh. Em 30 de abril, as tropas do Viet Cong entraram em Saigon (hoje Ho Chi Minh), expulsando o restante das tropas norte-americanas e desbaratando os exércitos do governo pró-americano.

Em abril de 1976, ocorreram eleições gerais em todo o país para a Assembleia Nacional Popular. E esta, em sua primeira sessão, em julho de 1976, deu ao país reunificado o nome de República Socialista do Vietnã.

Crise do modelo soviético e reformas no socialismo vietnamita

Há um cálculo estimado de que sete milhões de toneladas de bombas foram atiradas sobre o território vietnamita durante a guerra contra a presença norte-americana no país, três vezes mais do que a empregada durante a Segunda Guerra Mundial. Isso resultou em 20 milhões de crateras e grandes áreas imprestáveis. Das 15 mil aldeias existentes no Sul, 9 mil foram danificadas ou destruídas. No Norte, todas as instalações industriais e pontes rodoviárias e ferroviárias foram repetidamente bombardeadas. Todas as cidades foram danificadas e algumas arrasadas. Dois terços das comunidades rurais foram atingidas e mil e seiscentas instalações hidráulicas foram destruídas.

Calcula-se que 1,5 milhões de pessoas do Sul foram vítimas das operações militares entre 1965 e 1973. A estratégia norte-americana de desenraizar as aldeias, através do bombardeio constante e da fumigação de agentes químicos causou o deslocamento de 10 milhões de lavradores. Ao mesmo tempo, logo após o término da guerra, em Saigão existiam 3 milhões de desempregados, centenas de milhares de prostitutas e viciados em drogas, dezenas de milhares de gangsters e delinquentes diversos, um milhão de tuberculosos, e 4 milhões e analfabetos.

Além dessas dificuldades, o Vietnã viu-se às voltas, logo após a guerra, com movimentos de sabotagem, com o embargo econômico imposto pelas potências ocidentais, e com a campanha do “povo do mar”, envolvendo mais de 500 mil vietnamitas em busca de refúgio em outros países. Por outro lado, em 1977, a pretexto de que forças cambojanas haviam atacado sua fronteira, o Vietnã decidiu invadir

o Camboja, derrubar o regime de Pol Pot e instaurar, em seu lugar, um regime que fosse, ao mesmo tempo, pró-soviético e pró-vietnamita, Isto se concretizou em 1979, com o ataque a Phnom Penh. Em 1979, o Vietnã e a China se enfrentaram em conflitos armados em torno de problemas fronteiriços, enquanto a economia vietnamita começa a sentir as consequências de sua dependência da economia soviética em declínio.

Nessas condições, os problemas econômicos tornaram-se difíceis. As metas do plano quinquenal 1976-1980 não foram atingidas e, especialmente na agricultura, os resultados ficaram longe delas. A dependência do modelo e da ajuda da União Soviética se abateu ainda mais fortemente sobre a economia vietnamita. A renda dos agricultores caiu fortemente e as contradições sociais tornaram-se agudas, levando à defecção de muitos quadros do PC e do governo.

No início dos anos 80, o Vietnã tentou vários movimentos de mudança para sair da crise e do impasse. Tentou melhorar a gestão econômica e melhorar o padrão de vida da população, sem modificar, porém, os defeitos estruturais do modelo soviético que havia copiado. Em vista disso, em 1985 a sociedade vietnamita chegou a um ponto crítico. A inflação saíra do controle, chegando a 500% ao ano, e o custo de vida subia a cada dia, criando sérias dificuldades à vida econômica e social. A produção agrícola caíra perigosamente.

Tudo isso levou o Sexto Congresso do PC, realizado em dezembro de 1986, a reconhecer a situação e a introduzir mudanças profundas em sua maneira de dirigir a economia e a sociedade. O PC decidiu “enfrentar diretamente a verdade, valorizar a verdade e falar a verdade”, de modo a criticar e superar os próprios erros. Afirmando a necessidade de renovar a estrutura da economia e os métodos de gerenciamento econômico, construir os fundamentos legais e renovar a organização do Estado e do PC.

Instaurou-se uma estrutura econômica multissetorial (isto é, com diversos tipos de propriedade) e foi reconhecido o papel dos mecanismos de mercado para estimular o desenvolvimento das forças produtivas. O modelo econômico baseado em subsídios e fortemente

dependente de importações e da ajuda externa passou a ser transformado em um modelo de economia aberta, com controle de custos, inclinada às exportações e com orçamento estatal equilibrado.

A decisão de permitir aos camponeses contratar terras em troca da produção agrícola representou uma virada na situação da agricultura. Foram abolidos os pontos de trabalho nas cooperativas agrícolas e o sistema dual de preços agrícolas. Paralelamente, os juros bancários foram elevados e os mercados de ouro e câmbio foram liberalizados.

Em 1989, o Vietnã retirou suas tropas do Camboja, melhorando suas relações com os demais países asiáticos. Todas essas medidas permitiram ao Vietnã, no início dos anos 1990, enfrentar com sucesso o afundamento da União Soviética e dos países do Leste Europeu, tornar-se o terceiro maior exportador de arroz do mundo, ampliar a variedade de produtos agrícolas oferecidos ao mercado, aumentar seu comércio internacional, e lançar-se na implantação de projetos industriais e na captação de investimentos externos.

Em junho de 1991, o 7º Congresso do PC reiterou a decisão de continuar a política do *dói moi* (renovação) em vários planos. Primeiro, no desenvolvimento de uma economia multissetorial, na expansão das relações econômicas e na criação de uma economia de mercado aberta. Segundo, na renovação do sistema político do nível central ao nível local, enxugando a máquina do Estado para torná-la mais eficaz, construindo um arcabouço legal para o Estado, expandindo a democracia através da sociedade, e dando atenção à vida espiritual e cultural do povo. Terceiro, expandindo as relações de amizade e cooperação com todas as nações, independentemente de seus regimes sócio-políticos, tendo por base a cooperação, a coexistência pacífica e o benefício mútuo.

No final de 1991 o Vietnã obteve o acordo de paz no Camboja, normalizou suas relações com a China e outros países do Sudeste Asiático, estabeleceu relações diplomáticas com os países da União Europeia e realizou o primeiro encontro oficial com os Estados Unidos para discutir a normalização das relações entre os dois países.

Em fevereiro de 1994, os Estados Unidos suspenderam o embargo ao Vietnã e, em julho de 1995, os dois países reataram suas relações diplomáticas.

Em novembro de 1998, a 10^a Conferência Ministerial da APEC (Associação de Cooperação Econômica do Pacífico), realizada em Kuala Lumpur, admitiu o Vietnã como seu 21^o membro. E, em dezembro, o 6^o Encontro de Cúpula da ASEAN foi realizado em Hanói, coroando uma série de movimentos vietnamitas que visavam a integração do país ao intercâmbio internacional. Atualmente, o Vietnã mantém relações diplomáticas e comerciais com 42 países asiáticos, 9 da Oceania, 26 das Américas, 41 da Europa e 48 da África. Investimentos estrangeiros japoneses, franceses, ingleses, australianos, holandeses e de Hong Kong têm contribuído para desenvolver a indústria petrolífera, as indústrias de base (aço e cimento) e outros setores fabris, ao mesmo tempo em que a agricultura tornou-se uma forte exportadora, principalmente de arroz e café.

O governo vietnamita faz questão de ressaltar que suas reformas possuem características próprias, que as diferem daquelas recomendadas pelo Banco Mundial. Elas seriam uma combinação de iniciativas da base com o planejamento das lideranças políticas e econômicas, sendo implantadas de acordo com as necessidades práticas do desenvolvimento econômico, e não por considerações ditadas puramente pelo pensamento teórico ou acadêmico.

Por outro lado, as reformas vietnamitas possuem uma orientação social definida. O governo presta muita atenção, em cada passo dado, para evitar que a carga das reformas recaia sobre os trabalhadores. A renda camponesa e urbana tem crescido, embora de forma desigual, a um ritmo de 3% a 4% ao ano. Seu programa para acabar com a fome e reduzir a pobreza melhorou consideravelmente a situação geral, em especial nas áreas rurais. As reformas também têm tido uma abordagem de passo-a-passo, com uma participação limitada de terapia de choque.

Pela primeira vez em 150 anos, o Vietnã não apenas está livre de ocupações estrangeiras, mas também livre de qualquer dependên-

cia estrangeira. Pode decidir por si próprio as reformas para modernizar suas empresas estatais e aplicar a política de existência de vários tipos de propriedades. Mas a abertura ao mercado e ao exterior tem gerado, por outro lado, as já conhecidas distorções, com a intensificação da corrupção, do contrabando, da delinquência e outros fenômenos idênticos. Isso tem resultado na adoção de legislação mais dura contra atos ilícitos na economia e no reforçamento do papel gestor do Estado, embora também nesse terreno tenham ocorrido reformas. O partido comunista continua mantendo sua posição oficial de força dirigente e não é permitida a existência de outros partidos, mas a constituição de 1992 estabeleceu a separação entre as funções do Estado e do partido, fortaleceu o papel da assembleia nacional como órgão efetivamente legislativo, que elege o presidente e o conselho de ministros, e somente ao qual estes devem prestar contas de sua ação. Por essa constituição, o presidente recebe poderes mais amplos, na verdade introduzindo o sistema presidencialista.

Notas sobre o socialismo da Coreia do Norte

A Coreia do Norte foi estabelecida como país independente após a segunda guerra mundial. Ela resultou, por um lado, da organização de forças de resistência contra o Japão. De outro, da ofensiva soviética realizado como decorrência dos Acordos de Yalta, segundo o qual a União Soviética deveria romper seu pacto de não-agressão com o Japão logo depois do final da guerra na Europa, abrindo uma segunda frente contra as tropas nipônicas a partir da Sibéria e Manchuria.

Embora não tenha embarcado numa industrialização de tipo soviético, a Coreia do Norte procurou seguir, na medida de suas possibilidades, o modelo soviético de construção socialista. Apesar dos laços criados com os chineses, que os apoiaram posteriormente, com envio de voluntários, na guerra contra a Coreia do Sul e a coligação de forças comandada pelos norte-americanos, os norte-coreanos jamais acompanharam a China em suas inovações na construção socialista. A União Soviética manteve-se sempre como o principal mentor e parceiro econômico e político da Coreia do Norte. Mais da metade de suas importações e exportações realizava-se com a URSS.

Era inevitável, assim, que os acontecimentos no leste europeu repercutissem negativamente na economia norte-coreana. A taxa anual de crescimento caiu de 7,5%, da década de 80, para 5,9%, em 1990, atingindo principalmente a produção agrícola e de energéticos. O intercâmbio comercial com seu principal parceiro despencou dos 887 milhões de dólares dos primeiros sete meses de 90, para 11 milhões de dólares, no mesmo período de 91. O governo norte-

coreano viu-se na contingência de empreender esforços de adaptação para manter a sobrevivência do regime.

Iniciou uma série de reformas na economia, incluindo a permissão das atividades privadas dos pequenos agricultores e pequenos comerciantes e uma abertura, ainda tímida, em direção à China, Coreia do Sul e Japão, com vistas a investimentos e maior fluxo de comércio. Na área política, foram adotadas medidas no sentido de normalização de relações com a Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos, além de um esforço persistente para ampliar as relações diplomáticas e comerciais com um leque maior de nações.

Depois de anos de recusa, os norte-coreanos decidiram solicitar seu ingresso da ONU e, apesar das divergências suscitadas durante todo o ano de 1991, em torno das inspeções requeridas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), acabaram cedendo depois que os Estados Unidos e a Coreia do Sul aceitaram o princípio da inspeção mútua, ao norte e ao sul.

Embora os americanos tenham feito grande estardalhaço sobre a capacidade das instalações nucleares norte-coreanas para fabricar artefatos atômicos, as inspeções não detectaram qualquer evidência nesse sentido. É possível, por outro lado, que os norte-coreanos tenham se aproveitado das incertezas e preocupações americanas para obter maiores concessões destes, não só a respeito das inspeções na Coreia do Sul, mas também no campo das relações bilaterais. De uma forma ou outra, ao mesmo tempo que realiza essas aberturas, o governo adota decisões para preservar o regime de possíveis contestações. Reforçou a posição do exército no comando do país e promoveu uma série de quadros mais jovens para os postos de direção.

Por outro lado, ao contrário do que pretendiam anteriormente, os setores dirigentes da Coreia do Sul não parecem mais ter um interesse imediato na queda do regime socialista vigorante na parte norte da península. Às voltas com inflação, queda em sua competitividade internacional, déficit comercial, deterioração da credibilidade das lideranças políticas, fraturas na coesão social e deteriora-

ção na disciplina e na ética do trabalho, os liberais sul-coreanos passaram a acreditar que o colapso do regime socialista da Coreia do Norte poderia trazer-lhes mais problemas do que benefícios.

De qualquer modo, as informações provenientes da Coreia do Norte parecem indicar que as modificações em seu socialismo original são de pequena monta.

Tentativas revolucionárias socialistas na África e Oriente Médio

Entre os anos 1950 e 1970, alguns povos e países africanos realizaram revoluções vitoriosas e procuraram se incorporar à via de construção socialista, cujo principal modelo era a União Soviética. Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Etiópia juntaram-se momentaneamente ao que se convencionou chamar de campo socialista. Outros, como Argélia, Iraque, Zâmbia, Congo, Líbia, Burkina Faso, Tanzânia, Iêmen do Sul, Somália e Síria, buscavam uma via não-capitalista ou de orientação socialista. Essas experiências têm sido pouco estudadas, com informações indicando que alguns desses países, como é o caso de Angola, têm se desenvolvido com rapidez numa mistura relativamente indefinida de capitalismo e socialismo.

A batalha do Chile

A vitória eleitoral de uma coalizão de forças socialistas de esquerda, a Unidade Popular (UP), nas eleições presidenciais de 1970 foi tempestuosa desde o início. Salvador Allende, o candidato da UP, venceu com 36,2% dos votos, contra 34.9% de Jorge Alessandri, o candidato da direita, e 27.8% de Radomiro Tomić, do Partido Democrata Cristão. A Constituição chilena de então, num caso como esse, previa que o candidato mais votado fosse referendado pelo Congresso.

No entanto, tanto os agentes norte-americanos atuando no país, quanto as forças da ultradireita neofascista, organizados no *Patria y Libertad*, agiram no sentido de impedir a posse de Allende. Essas duas forças articuladas assassinaram o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas chilenas, o general René Schneider, que tinha orientação legalista, e pressionaram os partidos que dominavam o Congresso a negar a vitória socialista.

Apesar disso, o Partido Democrata Cristão, cuja base social era constituída por operários e pequenos proprietários rurais, e o Partido Nacional, cuja base social era a burguesia, controlavam o Congresso e acharam possível impor suas políticas à Unidade Popular na presidência, aprovando a posse de Allende.

Para completar o cerco ao novo governo socialista, a oposição contava com o triplo ou dobro dos jornais, rádios e canais de televisão. Na ocasião, o governo norte-americano, tendo Nixon na presidência, fez uma doação de 700 mil dólares para o jornal oposicionista *El Mercurio*, seguida depois por várias outras. Os norte-americanos agiram desde o primeiro momento para impedir uma nova experiência

socialista na América Latina, principalmente tendo ocorrido dentro das regras democráticas formais impostas pela burguesia.

Proclamando sua “via chilena para o socialismo”, com uma transição pacífica, respeito às normas constitucionais, e sem o emprego de força, Allende pretendia evoluir no rumo de uma sociedade socialista. Decretou a reforma agrária, nacionalizou os bancos, o restante das minas de cobre que haviam permanecido em mãos privadas após as nacionalizações promovidas por Eduardo Frei, e estatizou várias grandes empresas, fazendo com que o Estado chileno chegasse a controlar 60% da economia.

Num discurso de 21 de maio de 1971, definiu o “socialismo chileno” como libertário, democrático e pluripartidário. Allende e a UP, porém, pareciam não levar em conta a situação internacional de Guerra Fria, o envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, e a predominância, na América do Sul, de governos ditatoriais patrocinados e apoiados pelo governo norte-americano. As nacionalizações e estatizações adotadas pela UP feriram diretamente os interesses de grandes corporações americanas, levando-as a pressionar o governo Nixon a adotar planos para criar “uma rápida deterioração da economia” e provocar “uma onda de violência... e um golpe militar”, conforme um memorando da poderosa corporação transnacional ITT.

O governo estadunidense submeteu o Chile a um bloqueio econômico informal, que o impedia de obter empréstimos internacionais ou bons preços para o cobre, o seu principal produto de exportação. Os Estados Unidos também adotaram a estratégia de sufocar gradualmente a economia chilena até que um levante das Forças Armadas pusesse fim a “via chilena para ao socialismo”. Seu embaixador em Santiago, dizia que os Estados Unidos não permitiriam que nenhuma porca e nenhum parafuso” chegasse ao “Chile de Allende”.

Tradicional dependente de importações dos Estados Unidos, o Chile passou a ver suas indústrias e suas frotas de caminhões, tratores, ônibus e táxis serem progressivamente paralisadas por falta de peças de reposição. A ordem de Nixon era fazer a economia chi-

lena “estancar!”. Foi com base nela que a CIA financiou, em setembro de 1972, uma greve de proprietários de caminhões, declarada pela Confederación Nacional del Transporte, presidida por León Vilarín, um dos líderes do Patria y Libertad. Essa greve impediu o plantio da safra agrícola 1972/73 no Chile.

Além de sabotarem os empréstimos ao Chile, o governo norte-americano “convidou” as empresas estadunidenses a abandonar os países que mantivessem relações comerciais com o Chile, e financiou as sabotagens do Patria y Libertad e do Sistema de Asociaciones Civiles Organizadas, dos industriais chilenos, cujo objetivo era provocar o desabastecimento de gêneros de primeira necessidade no país. Calcula-se que o governo estadunidense dispendeu mais de 12 milhões de dólares na desestabilização do governo Allende.

Em virtude dessas ações desestabilizadoras, a inflação chegou a 381,1%, em 1973, enquanto os produtos básicos de consumo desapareceram das prateleiras, e o desemprego cresceu assustadoramente. Em sentido contrário, a produção e o valor da moeda chilena despencaram. Diante disso, Allende achou possível contar com o apoio econômico, político e militar da União Soviética. Esta abriu créditos para o Chile, ao mesmo tempo em que propôs a reorganização dos serviços de inteligência do exército do Chile, e o estabelecimento de uma relação entre os serviços de inteligência do Chile e da URSS. Apesar de sua linha de “caminho pacífico para o socialismo”, diante da situação de confronto crescente enfrentado pelo governo da UP, alguns analistas políticos soviéticos chegaram à conclusão que seria difícil escapar do uso de algum tipo de violência.

A primeira tentativa de golpe militar contra Allende resultou de uma aliança entre o Patria y Libertad e militares direitistas chilenos, pretendendo tomar de assalto o Palácio de La Moneda e derrubar o governo através da operação de tropas blindadas. A preparação dessa operação foi descoberta pelo grupo de inteligência do general Carlos Prats, e teve que ser abortada, embora alguns tanques tenham saído às ruas e se dirigido ao La Moneda, em 29 de junho de 1973.

Conhecida como El Tanquetazo, essa tentativa golpista alertou as forças populares e legalistas que seria necessário adotar medidas fortes contra a direita. O general Prats, então Comandante em Chefe das Forças Armadas, pressionou Allende a instaurar imediatamente o estado de sítio no Chile, sem o que seria impossível às forças armadas sufocar os atentados terroristas de direita e de esquerda, que já se multiplicavam, e assegurar a ordem constitucional no Chile.

A 2 de julho de 1973, enquanto a instauração do estado de sítio era negada pelo Congresso Nacional, o povo nas ruas de Santiago, revoltado, clamava “a cerrar, a cerrar, el Congreso Nacional”. Apesar disso, Allende fez, então, um discurso que chegou a ser vaiado pela multidão. Ele disse que “as mudanças revolucionárias” seriam feitas “em pluralismo, democracia e liberdade. Mas isso não significa tolerância com antidemocratas, nem tolerância com os fascistas”. Apesar disso, emendou: “Mas vocês devem entender qual é a real situação deste governo. Não vou, porque seria absurdo, fechar o Congresso. Não o farei. Já disse, eu repito. Mas caso necessário, enviarei um projeto de lei de plebiscito para que o povo resolva esta questão”.

Porém, em setembro o cerco se fechou. O general Prats, de fortes tendências constitucionalistas, sentiu-se obrigado a renunciar ao comando das forças armadas por haver sido desacatado por esposas de oficiais e Allende aceitou tal renúncia e o substituiu pelo general Pinochet, um antigo homem de sua confiança. Ou seja, legalizou à frente das forças armadas chilenas o comandante que deveria comandá-las para derrubar a primeira experiência socialista eleita segundo as regras democráticas formais estabelecidas por suas classes dominantes.

Os erros estratégicos e táticos cometidos pela UP a levaram ao desastre e à derrota na batalha socialista do Chile.

O socialismo socialdemocrata

Na esteira da avaliação sobre a Comuna de Paris e da extinção da Primeira Internacional Comunista foram criados partidos socialdemocratas em vários países do mundo, destacando-se os da Alemanha, França e Rússia. O crescimento desses partidos deu ensejo a que os esforços de Engels para recriar um movimento internacional socialista tivesse sucesso com a criação da Segunda Internacional, em 1889.

No entanto, já no processo de criação dessa nova Internacional já ficou evidente que, apesar da presença ainda forte do anarquismo, pela esquerda, a presença de correntes que supunham possível criar Estados de bem-estar social na Europa foi ainda mais marcante. Na verdade, essas correntes fingiam não considerar que um Estado desse tipo nos países capitalistas avançados, no qual os trabalhadores poderiam ter direitos sociais garantidos, só poderia ser resultado da exploração complementar das colônias e semicolônias.

Em outras palavras, fingiam não enxergar que o “bem-estar” do proletariado dos países capitalistas desenvolvidos dependia da super-exploração dos trabalhadores urbanos e rurais do mundo subdesenvolvido. Esse fingimento desapareceu quando a maioria dos partidos socialdemocratas filiados à Segunda Internacional apoiou os créditos armamentistas que suas burguesias necessitavam para preparar e desencadear a disputa por nova divisão colonial do mundo. Ou seja, para manter ou conquistar novas colônias que garantissem seu “bem-estar” nacional, mesmo à custa da vida de milhões de trabalhadores matando-se mutuamente.

A proposta dos revolucionários, de transformar a guerra imperialista em revolução, foi derrotada na maioria dos partidos social-

democratas europeus, levando a cisões internas e à criação de partidos comunistas. O mesmo ocorreu na Segunda Internacional, que ruiu sob os efeitos dos socialdemocratas alemães em guerra contra os socialdemocratas franceses, russos e de outros países. Mas a guerra imperialista de 1914 a 1918, como já vimos, produziu as condições para a revolução russa de 1917 e para a disseminação da possibilidade socialista nos países pouco desenvolvidos do ponto de vista capitalista, transformando o fantasma comunista que rondava a Europa, como afirmava o Manifesto Comunista, numa realidade ameaçadora.

Nessas condições, como lembrou Hobsbawn, outro dos resultados mais paradoxais da vitória socialista revolucionária na Rússia consistiu em obrigar a burguesia a garantir a democracia formal para o mundo capitalista desenvolvido, “numa ironia da história”. E os partidos em melhores condições para realizar essa missão foram justamente os partidos socialdemocratas reformistas, na linha de Bernstein. Foi o partido socialdemocrata alemão, por exemplo, que convocou as legiões militares imperiais germânicas para assassinar Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht e liquidar a revolução alemã de 1918.

No entanto, o mundo europeu ainda não estava completamente desenvolvido para garantir a democracia formal. As cinzas da primeira hecatombe mundial ainda não haviam esfriado quando, na Itália e na Alemanha, combinando um falso socialismo mobilizador com um nacionalismo radical burguês, emergiram o fascismo e o nazismo. Ambos, assim como o fascismo japonês, com a firme e declarada intenção de promover uma nova divisão colonial.

Apesar disso, os socialdemocratas continuaram tomando os comunistas, fossem os soviéticos, fossem os de seus próprios países, como os inimigos principais para a conquista do desejado Estado de Bem-Estar. Ainda mais que a propalada expansão territorial nazista tinha o território da União Soviética como objetivo declarado. Assim, os socialdemocratas europeus, mais uma vez, ao invés de se oporem à guerra, dedicaram-se a apoiar os movimentos de suas

burguesias para empurrar os nazistas sobre os soviéticos. Só mudaram quando a Alemanha deixou evidente que seu alvo era toda a Europa e não somente o leste.

Após o final da segunda guerra mundial, mais uma vez dedicaram-se a reivindicar o Estado capitalista de bem-estar social, dessa vez com evidente sucesso. Diante das tropas soviéticas acantonadas em Berlim e no leste da Alemanha, e da viragem do leste europeu para o socialismo, os Estados Unidos não só declararam a Guerra Fria, como executaram o Plano Marshall de reconstrução rápida da Alemanha, França e Inglaterra, e aceitaram que nesses países fossem instalados Estados de Bem-Estar Social como instrumentos políticos de disputa com o novo campo socialista.

A socialdemocracia europeia tornou-se um dos principais instrumentos teóricos e práticos para a construção desses Estados. Ao mesmo tempo, a compreensão socialdemocrata do papel das colônias e semicolônias como principais fornecedoras dos recursos ou lucros complementares indispensáveis para a reprodução capitalista e para a manutenção do novo padrão de vida dos trabalhadores europeus se manifestou no seu apoio à repressão desses Estados contra os movimentos de libertação das colônias e semicolônias.

De qualquer modo, a garantia da democracia formal burguesa e a construção de Estados de bem-estar social colocaram não só os socialdemocratas, mas também os comunistas e socialistas revolucionários da Europa e de outras regiões do mundo, talvez com mais ênfase do que na época de Bernstein, frente a frente com o problema da passagem do capitalismo para o socialismo, por meio de um processo de reformas contínuas das instituições econômicas e políticas da burguesia.

Os acontecimentos que levaram à extinção o socialismo de tipo soviético no leste da Europa disseminaram ainda mais a crença sobre as condições favoráveis para alcançar o poder e realizar as transformações na sociedade, sem a necessidade de romper com as regras institucionais burguesas abruptamente. A ascensão de partidos socialdemocratas ao poder seria uma demonstração cabal da

possibilidade de realizar as reformas necessárias sem chegar ao uso da violência e, portanto, de sistemas autoritários e repressivos.

No entanto, após os anos 1990, a viragem nessas perspectivas e possibilidades está sendo muito veloz. Aquilo que parecia um período duradouro de paz, prosperidade e democracia transformou-se num complexo processo de barbarização. Disseminaram-se guerras de baixa intensidade. A crescente independência dos países do terceiro mundo reduziu o volume dos lucros complementares possíveis de serem transferidos para o primeiro mundo, e a prosperidade das massas do centro do capitalismo despencaram. E ampliação da democracia liberal começou a ser repensada pelo próprio capital, diante do crescimento das lutas e movimentos sociais e de incipientes demonstrações de que partidos e correntes socialistas parecem renascer das cinzas, até mesmo em antigos países socialistas do leste europeu.

Os trabalhadores europeus voltaram a realizar greves e demonstrações radicais contra o desemprego e as reestruturações modernizadoras do sistema. Os movimentos por redução das jornadas de trabalho, manutenção dos benefícios da seguridade social, contra a fome, por moradia, contra os ataques ao meio ambiente, pelos direitos humanos, etc, que vinham sendo assimilados com certa indulgência pelas democracias liberais passaram a chocar-se com a barbarização presente e com um capitalismo que tende a aumentar sua impermeabilidade às preocupações sociais. A continuidade das reformas sob o capitalismo tornou-se cada vez mais incerta e improvável.

Cada vez mais se tornou evidente que a socialdemocracia só foi aceita como partícipe na alternância de poder após haver abandonado qualquer veleidade por reformas que tocassem profundamente no estatuto da propriedade. Apesar disso, a expansão da democracia liberal apoiada pela socialdemocracia talvez seja mais perniciosa do que positiva para o capitalismo. Lênin já reconhecia, acompanhando Marx, que a república democrática é, sob o capitalismo, a melhor forma de Estado para o proletariado. A democracia é o reco-

nhecimento formal da igualdade entre os cidadãos, do direito igual para todos de determinar a forma do Estado e de o administrar.

Se todos os homens participarem realmente da gestão do Estado, já não será possível ao capitalismo manter-se. O progresso político da burguesia cria as premissas para que todos possam efetivamente participar da gestão do Estado. Tomado em si mesmo, nenhum democratismo dará no socialismo. Mas, na vida nunca o democratismo será tomado em si mesmo. Será tomado no conjunto, e exercerá sua influência inclusive sobre a economia. Estimulará a transformação desta e, ao mesmo tempo, também sofrerá a influência do desenvolvimento econômico. Vista desse modo, a democracia ou o processo de democratização ganha uma importância decisiva para a luta socialista.

A socialdemocracia perdeu-se em pequenas reformas e, como afirmou Semprum, não foi suficientemente reformista na elaboração de seu objetivo social. Ela, na realidade, abandonou o objetivo final ao optar por uma política de reformas. Bastava-se com o aumento do poder social dos trabalhadores e com sua capacidade para arrancar da burguesia, nas lutas parlamentares e sindicais, concessões que melhorassem seu padrão econômico de vida. Essa situação deteriorou-se quando a socialdemocracia rendeu-se ao neoliberalismo e impôs duras penas aos trabalhadores, desde os anos 1990 e, particularmente, nas crises sistêmicas capitalistas iniciadas em 2008 e até hoje não debeladas.

O socialismo no Brasil

A introdução do pensamento socialista no Brasil ocorreu ainda na vigência do escravismo, por volta de 1840. Estudantes e intelectuais brasileiros com possibilidades de estudar na França, tomaram conhecimento das obras dos socialistas utópicos (Fourier, Saint-Simon, Proudhon e Blanc). Além disso, alguns historiadores sustentam que engenheiros franceses que trabalharam em Pernambuco eram adeptos de Fourier e tiveram certa influência nas reivindicações da Revolução Praieira (1848-1849).

O intelectual Antônio Pedro de Figueiredo (1814-1859), fundador da revista *O Progresso*, acompanhou com admiração as revoluções europeias de 1848, mas teve consciência de que “estas revoluções radicais são obra do tempo, e apenas meia dúzia de exaltados podem conceber a esperança de realizá-las imediatamente”. Em 1857, Figueiredo defendeu, em sua revista, que “O bem-estar material é uma condição da humanidade, e o desenvolvimento da indústria tende constantemente para consegui-lo, e destarte o progresso da sociedade em todos os sentidos, no desenvolvimento da riqueza pública e particular, no desenvolvimento das artes, das letras, da moral acham interesse na satisfação do bem-estar material”.

José Inácio de Abreu e Lima, pernambucano que participou da guerra pela independência dos venezuelanos contra os conquistadores espanhóis e foi um dos participantes da Revolução Praieira, referiu-se ao socialismo como uma futura tendência na sociedade brasileira, embora não passasse de “aberrações do espírito humano”. Em certa medida tinha razão porque, nas condições escravistas da sociedade brasileira de então, as ideias socialistas estavam totalmente fora de lugar.

Nessas condições, somente a partir do final do século 19, já nos estertores do sistema escravista e início incipiente da indústria, as ideias socialistas começaram a ter alguma utilidade nos centros urbanos mais adiantados. O afluxo de ex-escravos para tais centros representou a criação de um excedente de força de trabalho livre que fez os salários caírem e as jornadas de trabalho aumentarem, levando parcelas dos trabalhadores a enfrentar a proibição das greves e criando um ambiente social propício ao debate do socialismo, como eco das lutas operárias na Europa. No início do século 20 formaram-se associações e clubes operários que discutem sua situação, levando setores intelectuais a se interessarem pelo assunto e, de certa maneira, repercuti-los na imprensa da época. E surgem as **primeiras tentativas de organização de um partido socialista**.

No entanto, as condições reais para um incremento da difusão do socialismo no Brasil só brotaram após as grandes greves operárias do final da década de 1910, dirigidas pelos anarquistas. Após o impacto das notícias revolução russa de 1917, tomada por vários intelectuais como uma revolução “maximalista”, uma parcela significativa de anarquistas assumiram a difusão das ideias comunistas e socialistas, e a fundação do partido comunista, em 1922. No entanto, a influência das ideias anarquistas no novo partido era de tal ordem que sua adesão à Internacional Comunista – IC não foi aceita inicialmente.

Anos depois, a IC recrutou o capitão Luiz Carlos Prestes, que havia se destacado na revolta de 1924 e liderado a marcha e os combates de uma Coluna militar, que acabou por receber o seu nome e atravessou grande parte do território brasileiro e se exilou na Bolívia. A adesão de Prestes ao comunismo, transformando-se no principal dirigente do PCB, estimulou a adesão de inúmeros ex-oficiais do exército, cuja formação filosófica era positivista.

Nessas condições, a partir de então a formação marxista dos comunistas navegou em meio às influências anarquistas e positivistas, tendo o comunismo e o socialismo como conceitos equivalentes, e apresentando variações extremas em suas estratégias e táticas.

Entre 1930 e 1935 o PCB estabeleceu a estratégia de organizar uma rebelião armada como base para um processo revolucionário que deveria se estender às áreas rurais, rebelião que fracassou, promoveu uma intensa repressão policial e militar contras as direções e organizações do PC, e serviu como pretexto para o golpe que instituiu o Estado Novo pró-fascista de Vargas, em 1937.

O PCB só conseguiu se reorganizar a partir da Conferência Nacional da Mantiqueira, em 1943, que adotou a tática de frente única nacional contra o nazismo, apesar de ter tido que conviver com um setor do partido que se negava a aceitar a aliança com o governo Vargas. Na prática, a tática de frente única permitiu ao PC mobilizar grandes setores da população em apoio à guerra, ao envio da força expedicionária contra a Itália fascista e a Alemanha nazista, pela anistia política, por eleições democráticas e pela convocação de uma assembleia constituinte.

Decretada a anistia e a legalidade democrática, nas eleições gerais de 1946 e nas complementares de 1947, o PC elegeu fortes bancadas parlamentares nas esferas federal, estaduais, e municipais das principais cidades. Ainda sem uma estratégia definida, embora a tendência de considerar inimigos principais e imperialismo e as forças ou restos semifeudais predominasse na literatura comunista da ocasião, o PC foi apanhado no contrapé da Guerra Fria, teve seus deputados cassados e seu registro legal anulado. O que se seguiu foi uma ofensiva retrógrada não só contra os comunistas, mas contra o movimento sindical e contra os trabalhadores em geral. Apesar disso, os comunistas mantiveram sua hegemonia sobre a esquerda e eram a força principal de resistência socialista e democrática.

A reação comunista à ofensiva reacionária, comandada pelo general e presidente Dutra, que fora ministro da guerra durante a ditadura Vargas, apareceu na forma do Manifesto de Agosto de 1950, que reiterou o imperialismo e os restos semifeudais como principais inimigos, propôs a formação de uma frente democrática de libertação nacional dirigida pela classe operária, estabeleceu a luta armada como forma de luta principal, e orientou o partido a criar um movimento sindical independente.

Essa linha política procurava aproveitar o crescimento do movimento nacionalista, a exemplo do “petróleo é nosso”, mas não levou em conta os esforços de setores da burguesia e da pequena burguesia para incentivar a industrialização, aproveitando-se dos capitais excedentes norte-americanos. Também não considerou os movimentos dentro dos sindicatos para burlar as proibições governamentais. Desconsiderou totalmente que a luta armada não estava na ordem do dia e que crescia o movimento para trazer Vargas ao governo nas próximas eleições presidenciais, como ocorreu realmente.

Nessas condições, a linha do Manifesto de Agosto foi sendo cortada aos pedaços. Em 1952 foi modificada a orientação sindical, o que permitiu ao PC ter papel saliente nas grandes greves de 1953. Em 1954, o IV Congresso do PC manteve como entraves ao desenvolvimento nacional o imperialismo e os restos feudais, reiterando que a revolução brasileira ainda se encontrava na etapa democrático-burguesa e teria como forças principais o proletariado, a pequena burguesia urbana e rural e a burguesia nacional. As suas principais tarefas seriam a reforma agrária, o desenvolvimento nacional, e a democratização da vida política.

Foi com base nessa orientação que o PC decidiu apoiar a aliança JK-Jango para a disputa eleitoral de 1955 e conquistou o direito de ter atuação legal, mesmo sem ser oficialmente legalizado. No entanto, a abertura do país à penetração indiscriminada de capitais estrangeiros e a oposição prática da burguesia brasileira à reforma agrária tiveram como contraponto, pela direita, o incremento das conspirações militares e civis para estabelecer uma ditadura. E, pela esquerda, o crescimento das lutas operárias, a exemplo da grande greve de 1957, a ampliação das organizações e movimentos camponeses, como a Liga Camponesa, assim como movimentos diversos que colocavam em dúvida a justeza da estratégia oficial do PC.

Além disso, a situação internacional apontava um crescimento das lutas de libertação nacional, muitas delas orientadas para uma solução socialista, o que colocava em dúvida o etapismo formal da estratégia do PCB. Isso não só acirrou a discussão sobre o projeto

revolucionário brasileiro, como levou à formação de novos agrupamentos políticos de esquerda críticos das políticas do PC. Para complicar, em 1956 veio à luz o chamado “relatório secreto” de Krushiov, secretário geral do Partido Comunista da União Soviética sobre o “culto da personalidade” e os “crimes de Stálin”, e sobre a possibilidade e a imperiosidade de seguir um caminho revolucionário pacífico na luta pelo socialismo.

O debate em torno da estratégia revolucionária socialista viu-se então desviado para a discussão em torno da forma de luta principal, invertendo todos os termos das definições estratégicas e táticas. As correntes hegemônicas internas no PC elaboraram e fizeram aprovar, em 1958, a Declaração de Março, na qual reiteraram o papel “revolucionário” da burguesia nacional, a necessidade de enfrentar o imperialismo norte-americano e de liquidar os restos semifeudais através da reforma agrária, e o caminho pacífico da revolução brasileira, como condições essenciais para ingressar na etapa democrático-burguesa e, depois, avançar no rumo socialista.

À Declaração de Março seguiram-se a mudança do nome do PCB, de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, de modo a abrir condições para nova legalização partidária oficial, assim como mudanças na imprensa do partido e em sua estrutura organizativa, sacramentadas no seu V Congresso. O período que vai de março de 1958 a dezembro de 1961, em boa parte estimulado pela, vitória da revolução cubana, é tanto de reação de inúmeros militantes e dirigentes às novas diretivas do PC, mas também de expulsão acelerada dos discordantes. O que se agravou com a tentativa militar de impedir a posse de Jango, em virtude da renúncia presidencial de Jânio, e com o apoio do PC à conciliação com os golpistas.

O período de 1962 a 1964 marca não só a chamada reorganização do Partido Comunista do Brasil, a partir de então conhecido pela sigla PCdoB, mas também o aparecimento de várias outros correntes dissidentes, a exemplo da AP, e a aceleração das conspirações militares e civis para estabelecer uma ditadura capaz de barrar

o que consideravam a transformação do Brasil numa república sindicalista e comunista. A crença no chamado “caminho pacífico” fez com que o PCB, que ainda mantinha papel hegemônico na esquerda, apesar das dissidências, não acreditasse, nem se preparasse para o golpe militar, desencadeado em abril de 1964, que resultou numa das ditaduras mais sanguinárias da história brasileira.

Dentro do PCB, seja por aquela crença arraigada, seja pela ausência de uma perspectiva real de resistência, ocorreu uma implosão generalizada. Com o PCdoB, Liga Camponesa, POLOP e AP passaram a concorrer diversas novas “Dissidências”, que foram constituindo organizações políticas diferentes, como ANL, MR8, PCBR, COLINA, VPR e outras. Em geral, elas tinham em comum com as dissidências mais antigas a crença de que o imperialismo seria incapaz de desenvolver as forças produtivas no Brasil, por tender à estagnação e de que as condições estavam maduras para desencadear a revolução armada.

Divergiam, porém, quanto à força revolucionária fundamental (operário e pequena burguesia urbana, ou campesinato), quanto ao cenário principal (zonas urbanas ou rurais), quanto à forma principal da luta armada (guerrilhas urbanas, sabotagens e atos de expropriação e sequestros, ou guerrilhas rurais) e quanto à tática geral (assembleia constituinte e anistia política para unificar todas as forças contrárias à ditadura, ou luta direta pelo socialismo). Essas divergências permaneceram por um longo período, impedindo a constituição de uma frente única contra a ditadura.

Essa situação começou a mudar em 1974. Nesse ano, o “milagre econômico” da ditadura se mostrou incapaz de enfrentar a crise internacional, e o imperialismo norte-americano dera passos consistentes para voltar a levantar a bandeira da democracia como forma de luta contra a União Soviética. Além disso, a maior parte das tentativas de luta armada já havia fracassado, enquanto as cisões internas no estamento militar se tornaram conflituoso. E a possibilidade de impor derrotas à ditadura através do processo eleitoral se mostrou viável com a vitória dos candidatos do MDB.

Mesmo assim, foram precisos vários outros anos até que a nova classe operária do ABC paulista se levantasse em luta e mostrasse sua força e independência de classe, fundando o Partido dos Trabalhadores, declarando seu objetivo socialista, e propondo “eleições diretas já” para dar fim à ditadura. Apesar disso, diante das novas condições democráticas, e dos problemas legados pela ditadura e pelos governos Sarney (estagnante), Collor e FHC (desmonte neoliberal), o socialismo se tornou um penduricalho, ao invés de uma luz no final do túnel.

A crise do neoliberalismo e as perspectivas socialistas

A partir dos anos 1970 o desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos e, em parte, na Alemanha, França e Inglaterra, alcançou um nível em que certas contradições inerentes a ele tornaram-se irreprimíveis. Por um lado, a exploração complementar realizada através da exportação de capitais para os países em desenvolvimento e subdesenvolvidas já não conseguia superar o custo da força de trabalho nacional.

Em outras palavras, apesar da crescente acumulação de capitais, o capitalismo desses países já não conseguia manter uma taxa média de lucro economicamente viável. Alguns economistas chegaram a dizer que tal taxa média entrara em colapso. Para enfrentar essa situação, o capitalismo entrou num processo intenso de reestruturação, intensificando as exportações de capitais, seja na forma financeira (especulação de todo tipo, gerando dinheiro de dinheiro), seja na forma de exportação de plantas inteiras ou segmentadas para países de baixo salário, de forma a extrair mais-valia relativa, introduzindo um processo de desindustrialização em suas economias.

Para realizar esse processo, em especial a exportação de capitais financeiros, o capitalismo desenvolvido necessitava desregular os sistemas financeiros e produtivos internacionais e nacionais, que lhes permitisse livre trânsito para movimentar dinheiro-papel e sistemas produtivos.

Estatismo e monetarismo, Estado e anarquia da produção, planejamento e mercado, são polos contrários de uma mesma unidade, aspectos opostos de uma mesma contradição. Um só pode ser abolido quando o outro for transformado. O neoliberalismo supôs

possível reduzir o Estado a um estado mínimo, com vistas a um funcionamento menos crítico do capital. O mercado, retomando as velhas teses de Adam Smith, seria capaz de solucionar seus próprios problemas pela ação de sua mão invisível. Thatcher e Reagan impuseram esse princípio e procuraram levá-lo às últimas consequências na Inglaterra e nos Estados Unidos.

No entanto, para impulsionar seu surto monetarista, os Estados inglês e americano reforçaram sua intervenção no mercado, impondo desregulamentações, privatizações e financiamentos ao capital privado, num esforço desesperado para alcançar a síntese dialética de transformação do polo estatista em seu contrário monetarista. Os países centrais, de um modo ou outro, procuraram seguir a mesma receita neoliberal monetarista, transformando seus Estados de bem-estar social em Estados de incentivo à rentabilidade e eficiência econômica do capital.

O socialismo de tipo soviético naufragou no período neoliberal. Ele havia absolutizado o estatismo como pretensa negação do próprio capitalismo e não somente de seu aspecto monetarista. Pretendeu abolir administrativamente a propriedade privada e o mercado. Nos momentos de maior exacerbação estatista, achou possível abolir o dinheiro e o salário. No entanto, o Estado máximo soviético igualmente não foi capaz de liquidar os mecanismos econômicos que expressavam a necessidade de existência da propriedade privada e do mercado.

A força de trabalho para movimentar os instrumentos de produção, o salário para remunerar o trabalho, o dinheiro como meio de troca, o preço como medida de valor, a compra e a venda de mercadorias, todos esses elementos do sistema capitalista povoavam como almas penadas um mundo que se pretendia livre da materialidade dessas reinvenções do capital. Nessas condições, a sociedade acabou mostrando ser mais forte do que o Estado criado para ordená-la, quando essa ordenação se contrapôs às tendências materiais de seu desenvolvimento.

Acabou criando mecanismos próprios que rompiam as ordens do Estado e recolocaram na pauta da sociedade suas necessidades

concretas, monetaristas e privatistas, artificialmente extintas. O engessamento do estatismo soviético, sufocando o monetarismo, desenvolveu um prolongado processo de supurações anárquicas na economia, como os negócios subterrâneos, e estimulou um exagerado privatismo na política e nas relações pessoais.

Paradoxalmente, quanto mais estas manifestações eram tomadas ou confundidas com o individualismo, o liberalismo e o capitalismo (portanto, com seu aspecto monetarista), mais estatização as autoridades soviéticas aplicavam, num esforço desesperado para livrar-se dos resquícios burgueses e, supostamente, avançar na construção socialista. Esse fenômeno se transformou em seu contrário, levando o estatismo soviético a ser aspirado pelo monetarismo neoliberal, embora para isso necessitasse de um novo estatismo, tão ou mais autoritário quanto o anterior.

No entanto, apesar do esforço estatista em socorro do monetarismo, os resultados de mais de dez anos de predomínio neoliberal, onde tal predomínio foi aceito, foram desastrosos. Isto, tanto em países como os Estados Unidos e os da periferia europeia em processo de desindustrialização, quanto nos países de bem-estar social, cuja crise fiscal levou a socialdemocracia à degradação e à derrota.

O fracasso neoliberal levou os conservadores a amargar sérios revezes, obrigando a tendência monetarista a ceder lugar, novamente, a um o estatismo, seja patrocinado por partidos conservadores, como na Espanha, seja por partidos progressistas e/ou socialistas, como na América Latina. E, na Ásia, os países que não seguiram as receitas neoliberais, como os Tigres Asiáticos, assim como a Índia, China, Vietnã, e novos países industriais, aproveitaram a exportação de capitais na forma de plantas e tecnologias para industrializar-se e desenvolver-se, transformando-se em concorrentes dos países capitalistas desenvolvidos. A China, em particular, ao adotar reformas aproveitando-se da crise de realização e da reestruturação do capitalismo desenvolvido, ingressou num desenvolvimento rápido que, em 30 anos, a levou ao segundo lugar no ranking dos países mais desenvolvidos, embora se classificando ainda como país socialista na etapa primário de seu desenvolvimento.

A partir dos anos 1990, na América Latina organizações, movimentos e partidos progressistas e socialistas começaram a ganhar eleições e ascender a governos na Venezuela, Argentina, El Salvador, Brasil, Bolívia, Equador e Paraguai, abrindo perspectivas diferenciadas de desenvolvimento no sentido socialista e sobre o próprio desenvolvimento capitalista.

Assim, não é por acaso que, nos mais de 150 anos posteriores à publicação do Tomo I de O Capital, tenham surgido inúmeras outras interpretações sobre o capitalismo, suas origens, suas contradições internas, suas tendências de desenvolvimento, e seus limites históricos. Mesmo entre os que autodenominam “marxistas” é possível encontrar uma variedade de temas extremamente controversos, que têm alimentado a polêmica entre diversas “escolas de pensamento”, muitas vezes antagônicas, em especial quanto aos conceitos “socialismo” e “comunismo”.

Grande parte dos proletários, tanto hoje quanto em 1848, não tem consciência política independente. Ou seja, seu pensamento, sua consciência está na maioria dos casos subordinada à ideologia da classe dominante, à ideologia dos capitalistas. Quanto aos que têm consciência de classe, estes em geral dividem-se entre duas posturas principais: os que lutam por melhorar de vida nos marcos do capitalismo e os que lutam por melhorar de vida nos marcos do capitalismo, mas também lutam para superar o capitalismo.

Noutras palavras: há os que lutam apenas por reformas; e os que lutam por reformas, mas também para revolucionar o sistema e transformá-lo. Neste último caso, há os que pensam que depende deles decidir quando e como fazer tal revolução. Engels, ao contrário, reiterava que a decisão sobre a revolução dependia mais dos inimigos do que dos socialistas. Estes deveriam esgotar todas as possibilidades legais e eleitorais para alcançar o poder. O ônus de romper com a legalidade existente, diante das grandes massas do povo, deveria caber à burguesia e seus aliados. Só diante da violência reacionária e por decisão dos trabalhadores como classe, os socialistas deveriam empregar a violência revolucionária.

Lênin também defendia que os trabalhadores conscientes, para se tornarem poder, deveriam conquistar a maioria. Para ele, enquanto não houvesse violência contra as massas, não haveria outro modo para chegar ao poder. E frisava que os socialistas não deveriam ser adeptos daqueles que pretendiam a conquista do poder por parte de uma minoria. Concordava com Engels quando falava em esgotar todas as possibilidades. Na verdade, isso significava a necessidade de fazer com que os círculos da democracia política (ou da socialização das instituições políticas) fossem alargados, pela luta dos trabalhadores, até onde a socialização econômica já os comportasse.

Isso era extremamente importante para a luta pela hegemonia, para a expansão da influência dos partidos socialistas sobre as instituições de massa dos trabalhadores e mesmo para facilitar as rupturas necessárias em relação à ordem vigente. No entanto, muitos revolucionários ainda compreendem a democracia política como algo que só estaria presente após a tomada do poder, no momento em que os trabalhadores criariam uma democracia socialista, de novo tipo.

Com isso, entendem a democracia como um recurso tático para a tomada do poder, e não como o núcleo de uma teoria democrática de Estado socialista. Não entendem que os fundamentos do Estado democrático-liberal, baseado na lei, foram conquistados pelas lutas dos trabalhadores contra a própria burguesia. E, como não são suficientes para resolver os problemas que deram nascimento ao movimento proletário dos países capitalistas e aos movimentos de libertação dos pobres do terceiro mundo, serão tais fundamentos democrático-liberais que empurrarão os trabalhadores e os pobres para a revolução.

Assim, hoje como no passado, os socialistas serão obrigados a examinar as mesmas possibilidades com que se confrontaram seus antecessores, em 1848 e em outras revoluções burguesas. Os socialistas podem chegar, por exemplo, àquele limite em que a democracia liberal-burguesa se transforma, por um lado, em socialismo, e exige, por outro, o socialismo, tanto como forma política, como enquanto modo de produção.

Do ponto de vista histórico, tanto a socialdemocracia quanto os revolucionários socialistas partiram, muitas vezes, do pressuposto de que a democracia liberal era a única forma de Estado existente sob o domínio da burguesia. A socialdemocracia sucumbiu a essa conclusão e, conjugando-a à hipótese de melhorias contínuas da situação dos trabalhadores sob o capital, incapacitou-se para ser consequentemente reformista. Os revolucionários socialistas, exasperados diante da mesma conclusão, apelaram para a insurreição, sonharam com uma nova democracia pós-revolucionária e jogaram para debaixo do tapete as opiniões principais de Marx, Engels e Lênin sobre o assunto, assim como as conquistas reais dos trabalhadores em suas lutas por liberdades políticas mais amplas dentro do sistema capitalista.

A luta pela democracia, pela auto-organização popular, é desde o início um momento de luta pelo socialismo. Nesse sentido, a democracia socialista não será a continuação direta da democracia liberal. Mas os elementos de uma nova democracia, de massas, popular, participativa ou radical, são esboçados na luta, dentro do capitalismo, em oposição aos interesses burgueses e aos pressu-postos teóricos do liberalismo clássico. Os partidos de massa, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e bairro, organizações culturais inúmeras outras organizações criadas na base da sociedade constituem sujeitos coletivos, relacionados com os processos de socialização das forças produtivas, que a própria dinâmica capitalista estimula.

Historicamente, as reformas sempre foram o caminho das revoluções, como movimentos de massa e não como ações de minorias, mesmo quando isso não era aceito por uma parcela dos revolucionários. Todos os programas que conduziram às revoluções vitoriosas, como a russa, a chinesa, a cubana, e a vietnamita, eram em primeiro lugar programas de reformas. Sem isso, não teriam tido condições de conquistar grandes massas, obter a hegemonia e alcançar sucesso no confronto com o poder dominante.

O aspecto negativo do processo é muito mais forte. Suas demandas positivas, afirmativas, são mais imediatas, mais reformistas do que revolucionárias. O que transforma a reforma em revolução é a

resistência dos grupos ou classes dominantes, e sua incapacidade em absorver e implementar aquelas reformas, quase sempre possíveis no âmbito de seu próprio sistema. O problema, então, não consiste na escolha dos meios, sejam reformistas inconsequentes, sejam insurreccionais ou violentos. Consiste em compreender a indissolúvel relação entre a luta pelo fim da exploração capitalista e a luta pela eliminação do tipo de democracia limitada pela representação política sem controle social.

Em termos práticos, os socialistas dos países avançados, do mesmo modo que os dos atrasados, se verão na contingência de realizar lutas e travar batalhas que, dentro do sistema capitalista, ampliem a participação eleitoral, reforcem a emergência e a ação do pluralismo popular e da democracia de base, criem novas instituições de consulta e controle social, e definam e consolidem as instâncias de representação e organização da vontade geral da maioria. Evidentemente, tudo isso traz embutido uma série de perigos, que vai desde o cretinismo parlamentar, os compromissos sem princípio, o reformismo limitado, até a aceitação da ordem de coisas vigorante e a recusa e o medo de realizar rupturas nessa ordem.

A maneira de ser conseqüente na luta por transformações realmente qualitativas na situação consiste em tomar o objetivo final como pauta para a hierarquização das reformas. Isto é, fazer com que o objetivo explícito das reformas seja o aprofundamento da democracia e a superação do capitalismo. Isto, para iniciar a construção socialista tendo como perspectiva uma sociedade sem classes e sem exploração, a sociedade comunista.

De qualquer modo, seja através da ampliação ao máximo dos limites da democracia liberal, socializando a política até o ponto em que essa socialização necessita e impõe o socialismo como transição para outra sociedade, seja através das tentativas frustradas de democratizar a sociedade contra a vontade e a resistência do Estado coercitivo e das classes que o dominam, há um ponto em que a continuidade das lutas se transforma em ruptura. Essa é a dialética da vida, na qual a revolução, ou a transformação qualitativa, se impõe, e da qual os socialistas não poderão escapar.

O socialismo como transição

Retomando as ponderações de Marx sobre a transição do capitalismo para o socialismo, mas levando em conta, ao mesmo tempo, as experiências da luta socialista e comunista nestes últimos cem anos, assim como a aguçamento do processo de desenvolvimento desigual do sistema capitalista, é possível prever a ocorrência de novas revoluções sociais (pacíficas ou não), mesmo em países ainda relativamente atrasados.

Em todos os países em que essa situação ocorrer, os socialistas ver-se-ão diante da necessidade, sempre, de rematar o desenvolvimento capitalista não completado pela burguesia, intensificando a socialização da produção e da política a partir do estágio alcançado por aquele desenvolvimento, e não a partir de sua vontade de ver implantadas a igualdade econômica e social e a democracia plena.

Em tese, nos países avançados a transição do capitalismo para uma sociedade realmente igualitária pode ser mais rápida, com as rupturas mais profundas e as continuidades menos extensas. Nos países mais atrasados, a transição pode se arrastar por um longo período, com as continuidades tão longas e as rupturas tão parciais que pode-se ter a impressão de estar reconstruindo (ou construindo) um capitalismo mais civilizado, em lugar do socialismo.

Em outras palavras, a transição socialista será muito diferenciada de país para país, sendo a transição possível em cada um deles. Mas esse é um campo de discussão relativamente novo para os socialistas. Primeiro porque só agora existem experiências concretas e diferenciadas de construção socialista a serem analisadas, embora muitas vezes elas sejam encaradas de forma negativa e preconceituosa por socialistas e comunistas diversos.

Segundo, porque há uma forte resistência dos socialistas em aceitar a transição como um processo de convivência, conflituosa e também cooperativa, entre dois sistemas sociais. Ainda mais que, nessa convivência, um tende a superar o outro, seja retornando ao velho sistema burguês, como aconteceu na União Soviética, seja abolindo os elementos negativos presentes na convivência e avançando no rumo do comunismo, como ainda não aconteceu em lugar algum e talvez não ocorra tão cedo.

Em terceiro lugar, ressurgem com força as esperanças de um socialismo ideal que não repita os erros e desacertos das experiências reais. Alguns sugerem modelos de desenvolvimento autenticamente humanos, com primazia ao valor de uso sobre o valor de troca, um conceito mais amplo e racional da eficiência produtiva, e primazia para a conservação do meio ambiente. Não explicam como alcançar esse patamar sem antes desenvolver as forças produtivas de uma maneira consistente, tendo que atravessar, portanto, pelo sistema de trabalho e pelo sistema produtor de mercadorias.

Além dessas divergências, há aquelas relacionadas com a democratização política. Alguns sugerem que os países que ingressarem na transição socialista poderão se aproveitar melhor das conquistas anteriores da democracia liberal. Esquecem que nem todos os países que realizaram revoluções, como a Rússia, China e Vietnã, jamais conheceram conquistas anteriores da democracia liberal. Portanto, seu aproveitamento não será possível, a não ser teoricamente.

A transição política, nesses e outros casos idênticos, terá que seguir caminhos mais difíceis e pouco sólidos, dependendo dos confrontos que as classes derrubadas impuserem. E, mesmo nos países onde a democracia liberal já tenha alcançado um alto nível de participação, seria ilusão tola supor que o socialismo esteja infenso de ver-se às voltas com situações idênticas às da primavera de 1989 em Pequim.

Por outro lado, qualquer que seja a correlação entre a ação do mercado e do Estado socialista, a distribuição da riqueza social ainda se dará de forma desigual, em virtude dos diferentes tipos de

propriedade e dos desequilíbrios sociais e regionais historicamente herdados. E sempre haverá o perigo de que tais desigualdades se polarizem e gerem conflitos sociais e políticos.

Muitos revolucionários pensam que o socialismo deveria existir eliminando qualquer vestígio do capitalismo e, se possível, surgindo de qualquer outra coisa. Depois de todos esses anos de experiências, em que vitórias e fracassos combinam-se numa equação bastante complexa, vemo-nos obrigados a reconhecer a realidade de que o socialismo surge, indiscutivelmente, dentro do próprio sistema capitalista, como negação a seus aspectos ou elementos negativos.

O socialismo só pode superar o capitalismo, abolindo e eliminando tais aspectos ou elementos negativos e conservando e transformando seus aspectos e elementos positivos. Se todos esses aspectos e elementos do capitalismo, negativos e positivos, não estiverem suficientemente desenvolvidos e em condições de serem abolidos e transformados, mas as forças políticas socialistas forem levadas a assumir o poder político, não lhes restará outro caminho senão desenvolver tais aspectos atrasados do capitalismo, até poder aboli-los e transformá-los. Essa é a condição necessária para desenvolver o próprio socialismo e ingressar no comunismo.

Queiramos ou não, a experiência vem mostrando que essa é a transição possível. Ou os socialistas se dispõem a seguir por ela, apesar de todos os transtornos, dificuldades, incompreensões e riscos, ou serão obrigados a sonhar novas utopias e aguardar o fim abrupto e devastador do capitalismo, como sinal de advento de um novo mundo. Isso, é lógico, se não forem atropelados pelos deserdados do capitalismo que, como todos os deserdados da história, sempre acharam um meio de lutar e criar novas lideranças quando as antigas não conseguiram enxergar seu próprio papel.

Outra questão crucial, tanto para a ruptura com a ordem capitalista dominante quanto para a transição a uma nova ordem de socialização econômica e política, continua sendo a referente ao papel do Estado. Marx dizia que a posse dos meios de produção em nome da sociedade é o primeiro ato no qual o Estado se manifesta, efetiva-

mente, como representante de toda a sociedade. E é, ao mesmo tempo, seu último ato independente como Estado. A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais se fará supérflua num campo atrás do outro da vida social e cessará por si mesma. O Estado não será abolido, se extinguirá.

Entretanto, o próprio Marx era de opinião que esse ideal futuro de apropriação de todos os meios de produção pela sociedade só poderia realizar-se, só poderia converter-se numa necessidade histórica, se antes se dessem as condições efetivas para a sua realização. Ou seja, não bastaria que a razão compreendesse que a existência das classes é incompatível com os ditames da justiça, da igualdade etc. Não bastaria a vontade de abolir essas classes. Seriam necessárias determinadas condições materiais e culturais novas.

Para Marx, pois, só seria possível harmonizar o modo de produção, apropriação e troca com o caráter social dos meios de produção, reconhecendo de modo efetivo o caráter social das forças produtivas modernas. Ou seja, tais forças produtivas deveriam haver alcançado um desenvolvimento de tal ordem que o trabalho global passasse a render muito além do estritamente necessário e o trabalho da maioria dos membros da sociedade houvesse deixado de ser uma necessidade para o funcionamento e a reprodução ampliada da produção. Só então seria possível realizar a extinção paulatina do Estado.

Assim, queiram ou não, os socialistas terão que conviver com o Estado por um longo período, mesmo que destruam o velho e criem um novo. E esse novo Estado socialista não conseguirá fugir das atribuições fundamentais de exercer a coerção e formar o consenso na sociedade que deve ordenar. Continuará sendo um dos polos das contradições geradas pela propriedade privada e existirá enquanto esta não houver esgotado suas possibilidades de desenvolvimento.

A diferença do Estado das sociedades de transição socialista, em relação ao Estado capitalista, consiste em que há uma mudança na natureza de classe do Estado e que, com isso, fortalece-se a tendência a fazer com que a socialização do poder corresponda mais aproximadamente à socialização econômica. O Estado socialista inter-

vém no sentido de elevar o nível da socialização econômica. Desenvolve as forças produtivas, revolucionando-as constantemente. Impede a ação anárquica e destrutiva do mercado e estimula sua própria socialização ou democratização. Em outras palavras, vê-se obrigado a combinar estatismo e monetarismo, planejamento e mercado, propriedade social e propriedade privada, coerção e consenso, pluralismo e vontade geral, representação e consulta.

Mas isso não é consensual entre os socialistas. Muitos não aceitam que nas sociedades de transição socialista continuem presentes a propriedade privada, o mercado, a burguesia e as consequências daí resultantes. Abominam a ideia de que no socialismo possam haver patrões, pelo simples fato de que, com eles controlando ramos inteiros da produção, haveria uma sabotagem econômica sistemática, que impedirá a construção do socialismo.

Não levam em conta que o Estado socialista pode agir economicamente para impedir o domínio de ramos inteiros pelos capitalistas. Mesmo porque na própria sociedade capitalista o mercado também permite uma sabotagem econômica sistemática de uns capitalistas contra outros, sendo esse, paradoxalmente, o motor da construção capitalista. Se o Estado intervém para evitar que sua aceleração da concorrência e da acumulação destrua a si próprio, por que o Estado socialista estaria *a priori* incapacitado para cumprir esse papel na sociedade de transição?

Por tudo isso, se há algo que o estatismo soviético pode ensinar aos socialistas, pelo exemplo negativo, é que as leis contraditórias da economia, por mais indesejáveis que sejam, não podem ser abolidas pelo livre arbítrio dos homens, mas somente pelo desenvolvimento de suas próprias contradições. A política não pode andar na frente da economia: ela pode resolver os problemas colocados por esta, até mesmo embrionariamente, mas não é capaz de substituir a economia e determinar seus rumos administrativamente, por mais justos que sejam os propósitos políticos.

Nessas condições, o Estado socialista de transição deve atuar sobre os aspectos estratégicos da situação econômica, mantendo em

seu poder os setores econômicos que são determinantes na evolução de todo o processo e utilizando seu poder econômico e administrativo para direcionar o desenvolvimento das forças produtivas e a ampliação de novas formas de propriedade social ou pública.

Entretanto, o Estado socialista não deve aproveitar-se de seu poder para estatizar arbitrariamente ou administrativamente empresas privadas, em particular se elas desempenham de forma satisfatória suas funções econômicas e produtivas. Não deve apressar-se nesse processo, nem mesmo quando situações políticas de aguçamento da luta de classes o obrigam a golpear setores da burguesia. Num contexto desses, se houver que estatizar ou nacionalizar empresas por imposição política, o Estado deve estar preparado para recuar no momento seguinte e reprivatizar tais empresas.

O critério fundamental para extinguir setores da propriedade privada é o grau de socialização das forças produtivas, se esse grau comporta ou não o estreitamento da propriedade privada e a ampliação da propriedade social em suas diferentes formas. O mesmo é verdade em relação ao mercado. Em virtude de sua ação cega, o mercado obriga os homens a criar elementos inibidores, como as diversas regulamentações, que impedem ou suavizam seus efeitos destrutivos.

No capitalismo, as regulamentações foram estabelecidas sempre que foi necessário garantir a rentabilidade do capital ou de seus setores predominantes. Ou foram atacadas ou derrubadas toda vez que as regulamentações se voltaram contra eles. A legislação anti-monopolista é um exemplo típico como tentativa de retardar o processo de concentração e centralização de capitais e evitar que os monopólios esmaguem os pequenos concorrentes e a concorrência em geral, transformando-a em processo administrado ou em luta entre gigantes.

Na transição socialista, os elementos inibidores do mercado deverão continuar existindo. Mas devem voltar-se fundamentalmente para garantir a democracia econômica da competição entre os diferentes tipos de propriedade e de gestão, e para evitar que os monopólios e as grandes empresas empreguem uma ação castradora

sobre o mercado. Para isso, as grandes empresas estatais terão que se subordinar às regras gerais do mercado socialista, o que só será possível se elas tiverem autonomia para gerir seus próprios negócios e condições de elevar sua produtividade e rentabilidade a níveis que lhes permitam enfrentar os padrões gerais de competitividade.

Em certo sentido, o papel gestor (coercitivo e consensual) do Estado na transição socialista é muito mais complexo do que no capitalismo. Ele deve trabalhar no sentido de sua própria extinção, revigorando permanentemente a socialização da economia e, ao mesmo tempo, a sociedade civil que deve apropriar-se das funções políticas da gestão econômica e social. Cabe a ele acelerar o crescimento econômico, investindo em fábricas, agricultura, equipamentos, qualificação e requalificação da força de trabalho, infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento. Mas ele deve fazer tudo isso principalmente por meios econômicos, utilizando as instituições financeiras e seus mecanismos para impulsionar os setores estratégicos, inibir ou, ao contrário, estimular a competitividade e constituir fundos de desenvolvimento que diminuam ou evitem os desequilíbrios sociais e regionais.

O Estado socialista terá, sobretudo, que realizar um esforço consistente para desenvolver a educação, as ciências e a cultura, sem o que será impossível não só realizar um contínuo desenvolvimento das forças produtivas, como uma persistente democratização do poder. No capitalismo, há um círculo vicioso, cada vez mais amplo, no qual os indivíduos sem condições de participar no mercado de trabalho não são, sequer, considerados cidadãos de segunda categoria. O socialismo de transição terá que inverter essa tendência, que é tão mais forte quanto mais atrasado (menos socializado e menos democratizado) é o país.

A educação, as ciências e a cultura são componentes indispensáveis nesse esforço, do mesmo modo que a construção e o desenvolvimento da sociedade civil, do paulatino e complexo processo de transformação dos indivíduos em cidadãos, de difusão do pluralismo político e da construção de uma vontade geral. Nesse sentido, não há

reformas radicais na ordem econômica e social, sem uma concomitante reforma radical na máquina do Estado, com alteração da direção política e uma democratização no modo de fazer política. O problema consiste em superar a contradição existente entre a socialização da participação política, por um lado, e a apropriação não social dos mecanismos de governo da sociedade, por outro.

Os socialistas têm diante de si, assim, além da superação da alienação econômica, a superação da alienação política, através da reabsorção social do poder político. Onde entra, nesse processo, a democracia de massas, um conceito que também qualifica positivamente o tipo de democracia que os socialistas desejam? Como condição para a superação das alienações econômica e política, ou como resultado do processo de desalienação? Ou a democratização de massas é um processo que se alarga à medida que há socialização econômica e política e reabsorção social do poder político?

Estas são questões teóricas e práticas que têm dividido os socialistas em suas políticas direcionadas a romper com a ordem capitalista e que, como vimos devem continuar gerando polêmica na transição socialista. Marx, por exemplo, achava que entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista deveria mediar um período de transformação revolucionária, à qual corresponderia também um período de transição política. Ao Estado desse período ele chamou de ditadura revolucionária do proletariado, conceito que, como outros, o socialismo real transformou em maldito.

Lenin, porém, explicitava esse Estado como uma alternativa baseada na expansão da democracia, na participação direta dos produtores, na elegibilidade e destituição dos funcionários públicos e na reabsorção das funções políticas nas atividades civis. Em outras palavras, uma mudança das estruturas políticas e econômicas baseada na autodireção dos produtores, algo que o amadurecimento da revolução científica e tecnológica está tornando uma exigência cada vez mais concreta.

De qualquer modo, a alternativa de Marx à democracia representativa da burguesia baseava-se na necessidade de criar formas

mais diretas de expressão da soberania popular e do poder democrático, que mantivessem as formas de representação constantemente e vigilantemente sob a supervisão de seus constituintes e sujeitas a frequentes eleições e chamadas. A representação seria, sempre, uma meia representação, perpetuando a alienação da massa do povo em relação ao poder político.

Olhando o mundo real dos dias de hoje, nos diferentes e desiguais países que o formam, talvez os problemas-chave da transição socialista e de seu Estado venham a ser, afinal, como evitar a miséria e aumentar o poder social das massas da população cujo trabalho a produtividade torna supérfluo. E como incorporar à direção do Estado, através de múltiplos instrumentos de participação, os diversos segmentos de trabalhadores, tanto os que continuam permanentemente empregados, quanto os que vão sendo colocados à parte dessa atividade.

Evidentemente, esse reducionismo pode parecer forçado. Mas, sem dar solução prática a esses assuntos que parecem menores, dificilmente se conseguirá ir muito longe na transição socialista e no enfrentamento dos grandes problemas da modernidade.

Capítulo II

Bibliografia

Segundo ordem alfabética do sobrenome do autor.

- ALMEIDA, Marcelo F. **A Revista O Progresso e a proposta de reformas sociais**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Campinas, 2001.
- ANDERSON, Perry e CAMILLER. **Um mapa da esquerda na Europa Ocidental**. 1996.
- ANDERSON, Perry. **Pós-neoliberalismo**.
- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**.
- ANDERSON, Perry. **As antinomias de Antonio Gramsci**.
- AZEVEDO, Denilton N. **A história da publicação das obras de Marx e Engels no Brasil: 1930 a 1964**. Curitiba, 2008.
- BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo Evolucionário**.
- CASTRO, Nils. **As esquerdas latino-americanas**.
- CHACON, Vamireh. **História das idéias socialistas no Brasil**. Civilização Brasileira, 1981.
- DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**.
- CARR, E.H. **A revolução russa, de Lenin a Stalin**.
- CLAUDIN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. Global Editora
- ENGELS, F. **Princípios do comunismo**.
- ENGELS, F. **Revolução e contrarrevolução na Alemanha**.
- ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**.

FIORI, José Luís. **O poder americano**. Editora Vozes

GARCES, Joan. **Allende e as armas da política**.

GEOF, Eley. **Forjando a democracia**. Fundação Perseu Abramo, 2005

GIAP, Vo Nguyen. **Guerra do povo, exército do povo**.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**.

GRAMSCI, Antônio. **O Estado**.

GRAMSCI, Antônia. **A construção do Partido Comunista**.

GRAMSCI, Antônio. **Socialismo e fascismo**.

HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções**.

HOBSBAWN, Eric. **A era do capital**.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos impérios**.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**.

HOBSBAWM, Eric. **História do marxismo**.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. Viramundo.

KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967**. Alfa-Omega, 1968.

LENIN, Vladimir. **Duas táticas da social democracia na revolução democrática**.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**.

LENIN, Vladimir. **A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la**.

LENIN, Vladimir. **A doença infantil do esquerdismo no comunismo**.

LOSURDO, Domenico. **Liberalismo, a Counter-History**.

LOWY, Michael. **Marxismo na América Latina**. Fundação Perseu Abramo.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução.**

MAO, Zedong. **Sobre o governo de coalizão.**

MAO, Zedong. **Sobre a Nova Democracia.**

MARX, K. **A luta de classes em França.**

MARX, K. **A miséria da filosofia.**

MARX, K. **O dezoito Brumário de Luís Bonaparte.**

MARX, K. **A guerra civil na França.**

MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha.**

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã.**

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto Comunista.**

MARX, K. e ENGELS, F. **Contribuição à crítica da economia política.**

MENDONÇA, Curvello Manoel. **O movimento socialista no Brasil.**

MODONESI. **La crisis histórica de la izquierda mexicana.**

MORAES, Evaristo Filho. (org.). **O Socialismo brasileiro.** Brasília: 1981.

MORRIS, William.

MORUS, Thomas. **A Utopia.**

PANSARDI, Marcos A. **Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889-1903).** Dissertação 1993.

POMAR, Wladimir. **O enigma chinês.**

POMAR, Wladimir. **A ilusão dos inocentes.**

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa.** UNESP

POMAR, Wladimir. **Um mundo a ganhar.** Viramundo

POMAR, Wladimir. **Dialética da História,** Tomo IV.

PROUDHON. **A filosofia da miséria.**

- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Fourier e o Brasil**. 1990.
- REED, John. **Dez dias que abalaram o mundo**.
- REGALADO, Roberto. **América Latina entre siglos**. Oceanpress
- RIAZANOV, D. **Marx, Engels e a história do movimento operário**. Global Editora
- RODRIGUES, Edgar. **Socialismo e sindicalismo no Brasil**. Laemmert, 1969.
- SADER, Emir. **A vingança da história**. Boitempo editorial, 2003
- SECCO, Lincoln. **A revolução dos cravos**.
- SECRETARIA NACIONAL PT, Formação Política. **Apostila de Estratégia**.
- SISMONDI,
- TAVARES, José N. **Marx, o Socialismo e o Brasil**. Civilização Brasileira, 1983.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas**.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **Revoluções e regimes marxistas**.

Filmes sobre lutas sociais e socialismo

- **O Encouraçado Potemkin:** Sergei M. Eisenstein, União Soviética, 1925.
- **A Greve,** Sergei M. Eisenstein, União Soviética, 1925.
- **O Fim de São Petersburgo,** Vsevolod Pudovkin, União Soviética, 1927
- **Outubro,** Sergei M. Eisenstein, União Soviética, 1927.
- **Metrópolis,** Fritz Lang, Alemanha, 1927.
- **Tempos Modernos,** Charlie Chaplin, Estados Unidos, 1936
- **As Vinhas da Ira,** John Ford, Estados Unidos, 1940.
- **Ladrões de Bicicletas,** Vittorio de Sica, Itália, 1948.
- **O Sal da Terra,** Herbert J. Biberman, Estados Unidos, 1954.
- **Horizontes de Glória,** Stanley Kubrick, Estados Unidos, 1957.
- **Spartacus,** Stanley Kubrick, Estados Unidos, 1960.
- **Os Companheiros,** Mario Monicelli, Itália, 1963.
- **O Leopardo,** Luchino Visconti, Itália, 1963.
- **Doutor Strangelove,** Stanley Kubrick, Estados Unidos, 1964.
- **Eu Sou Cuba,** Mikhail Kalatozov, Cuba e União Soviética, 1964.
- **A Batalha de Argel,** Gillo Pontecorvo, Argélia e Itália, 1966.
- **28º Queimada,** Gillo Pontecorvo, Itália, 1969.
- **O Pequeno Grande Homem,** Arthur Penn, Estados Unidos, 1970.
- **Sacco e Vanzetti,** Giuliano Montaldo, Itália e França, 1971.

- **Salmo Vermelho**, Miklós Jancsó, Hungria, 1972.
- **Estado de Sítio**, Costa-Gavras, França e Itália, 1972.
- **Sambizanga**, Sarah Maldoror, Angola, 1973.
- **Corações e Mentes**, Peter Davis, Estados Unidos, 1974.
- **Actas de Marusia**, Miguel Littín, México, 1975.
- **1900 (Novecento)**, Bernardo Bertolucci, Itália, França e Alemanha Ocidental, 1976.
- **Harlan County**, Barbara Kopple, Estados Unidos, 1976.
- **Norma Era**, Martin Ritt, Estados Unidos, 1979.
- **A Batalha do Chile**, Patricio Guzmán, Chile, 1978-1980.
- **Apocalypse Now**, Francis Ford Coppola, Estados Unidos, 1979.
- **Reds**, Warren Beatty, Estados Unidos, 1981.
- **Os Santos Inocentes**, Mario Camus, Espanha, 1984.
- **Eles não Usam Black Tie**, Leon Hirshman, Brasil, 1981.
- **Pra Frente Brasil**, Roberto Farias, Brasil, 1982.
- **Rosa Luxemburgo**, Margarethe von Trotta, Alemanha, 1986.
- **Matewan**, John Sayles, Estados Unidos, 1987.
- **Em nome do pai**, Jim Sheridan, Inglaterra, 1993.
- **O Ódio**, Mathieu Kassovitz, França, 1995.
- **Tierra y Libertad**, Ken Loach, Inglaterra, 1995.
- **Cinco Dias, Cinco Noites**, José Fonseca e Costa, Portugal, 1996.
- **O Que É Isso, Companheiro?**, Bruno Barreto, Brasil, 1997.
- **Clube de Combate**, David Fincher, Estados Unidos, 1999.
- **Recursos Humanos**, Laurent Cantet, França, 1999.
- **Às Segundas ao Sol**, Fernando León de Aranoa, Espanha, 2002.
- **A Melhor Juventude**, Marco Tullio Giordana, Itália, 2003.
- **Machuca**, Andrés Wood, Chile, 2004.
- **Os Educadores**, Hans Weingartner, Alemanha e Áustria, 2004.

- **Os Diários de Motocicleta**, Walter Salles, Argentina, Chile, EUA, Peru, França. Alemanha e Reino Unido, 2004.
- **Cabra Cega**, Toni Venturi, Brasil, 2005.
- **Brisa de Mudança**, Ken Loach, Irlanda, Reino Unido, Alemanha, Itália, Espanha, França, Bélgica e Suíça, 2006.
- **A Culpa é de Fidel**, Julie Gavras, França, 2006.
- **Complexo Baader Meinhof**, Uli Edel, Alemanha, 2008.
- **Che**, Steven Soderbergh, Espanha, França, Estados Unidos, 2008.
- **Capitalismo, uma História de Amor**, Michael Moore, Estados Unidos, 2009.
- **Inside Job - A Verdade da Crise**, Charles Ferguson, Estados Unidos, 2010.
- **Também a Chuva**, Icíar Bollaín, Espanha, México, Bolívia e França, 2010.
- **The Black Power Mixtape 1967-1975**, Göran Olsson, Suécia e Estados Unidos, 2011.
- **Dois dias, uma noite**, Jean-Pierre Dardenne e Luc Dardenne, França, 2014.